

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**RODRIGO DOS SANTOS CASSEL**

**O CHIFRE DA ÁFRICA ENTRE A PRESENÇA EXTRARREGIONAL E O  
PROTAGONISMO ETÍOPE: UMA NOVA CORRELAÇÃO DE FORÇAS?**

**Porto Alegre**

**2019**

**RODRIGO DOS SANTOS CASSEL**

**O CHIFRE DA ÁFRICA ENTRE A PRESENÇA EXTRARREGIONAL E O  
PROTAGONISMO ETÍOPE: UMA NOVA CORRELAÇÃO DE FORÇAS?**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Analúcia Danilevicz Pereira

**Porto Alegre**

**2019**

### CIP - Catalogação na Publicação

Cassel, Rodrigo dos Santos  
O Chifre da África entre a Presença Extrarregional  
e o Protagonismo Etíope: uma nova correlação de  
forças? / Rodrigo dos Santos Cassel. -- 2019.  
95 f.  
Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Relações  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Chifre da África. 2. Etiópia. 3. Eritreia. 4.  
Djibouti. 5. Somália. I. Danilevicz Pereira, Analúcia,  
orient. II. Título.

**RODRIGO DOS SANTOS CASSEL**

**O CHIFRE DA ÁFRICA ENTRE A PRESENÇA EXTRARREGIONAL E O  
PROTAGONISMO ETÍOPE: UMA NOVA CORRELAÇÃO DE FORÇAS?**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora

UFRGS

---

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro

UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

UFRGS

Aos meus pais, Adriana e Alexandre,  
ao meu irmão, Murilo,  
e às minhas avós, Maria de Lourdes e Zélia.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) por tudo a mim proporcionado nos últimos cinco anos. Sinto-me privilegiado por ter tido acesso a uma Universidade pública de tamanha excelência, bem como a um curso de Relações Internacionais que me suscitou o pensamento crítico, o rigor acadêmico e a observação do mundo a partir de uma visão brasileira, de uma nação em desenvolvimento. Também agradeço ao Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA), na pessoa da Professora Dr<sup>a</sup>. Analúcia Danilevicz Pereira, pela oportunidade de, desde 2016, aprofundar-me no estudo do continente africano e de suas particularidades. Sem as pesquisas de Iniciação Científica, os aprendizados, o profissionalismo, as trocas de experiências entre colegas e o contato inicial com o meio acadêmico, o presente trabalho não teria sido possível.

Registro também a sorte e a honra que sinto de ter encontrado amigos e amigas incríveis ao longo dos anos de graduação na UFRGS. Dentre tantos e tantas, teço, aqui, um especial agradecimento à Joana Lopes, à Maria Gabriela Vieira, à Rafaela Serpa e ao Victor Hugo Dresch, que dispuseram de seu tempo e senso crítico para a revisão do presente trabalho. Agradeço, ademais, aos e às colegas extensionistas do curso de Relações Internacionais, com quem pude compartilhar inúmeros momentos de trabalho e de crescimento. Sou grato pela oportunidade de ter participado da Atlântica Consultoria Internacional, quando muito aprendi e onde me aproximei de amigos e amigas que me acompanharão ao longo dos meus caminhos futuros. O engajamento no UFRGSMUN, notadamente, marcou de maneira profunda a minha trajetória como graduando, de tal maneira que agradeço aos e às amigas de equipe e, em especial, de secretariado, em 2017 e 2018, pelas muitas horas de debate e de trabalho, bem como por juntos acreditarmos no papel deste projeto como vetor de crescimento, pessoal e coletivo, e de promoção de valores alinhados à difusão do conhecimento crítico em Relações Internacionais e à promoção da justiça social.

Por fim, agradeço à minha família, sem a qual eu nada seria. Agradeço à minha mãe, Adriana, ao meu pai, Alexandre, ao meu irmão, Murilo, e às minhas avós, Maria de Lourdes e Zélia, pelo amor incondicional e por todas as oportunidades proporcionadas desde o início.

## RESUMO

O presente trabalho possui como objetivo analisar a correlação de forças no Chifre da África vigente nas duas primeiras décadas do século XXI. Destaca-se como marco analítico a ascensão de Abiy Ahmed Ali como Primeiro-Ministro etíope, em 2018, o qual inaugurou uma nova fase na política externa do país - com ênfase na aproximação Etiópia e Eritreia. É justamente diante deste novo direcionamento, juntamente com os consequentes realinhamentos no plano internacional, que emerge a importância da discussão acerca de uma possível nova correlação de forças na região. Importa salientar que ao Chifre da África, separado da Península Arábica pelo estreito de Bab-el-Mandeb, foi conferido relevância, ao longo da história, devido à sua localização estratégica: já antes do estabelecimento dos Estados hoje ali existentes, a sua significância estratégica reverberava em disputas das mais diferentes magnitudes, tanto entre unidades políticas relevantes formadas em momentos anteriores ao período colonial africano quanto entre as diferentes potências europeias que estenderam seu domínio sobre a região a partir do século XIX. Após os diversos processos de independência e dos conflitos intra e interestatais do período da Guerra Fria, a construção da correlação de forças regional funda-se a partir das aproximações e rivalidades locais e da crescente influência exercida por atores extrarregionais sobre o Chifre da África. Todos esses fatores, portanto, confluem em direção à construção do entendimento acerca de uma possível nova correlação de forças regional e fazem emergir o seguinte questionamento: a presença de atores extrarregionais e as transformações na política externa e de segurança da Etiópia acarretam mudanças na estrutura da correlação de forças do Chifre da África? Nesse contexto, a fim de endereçar o objetivo proposto, este trabalho realizará, em um primeiro momento, um resgate da história dos países da região destacando os componentes que a tornaram estratégica e, também, a formação de seus focos de tensão. Em seguida, realizar-se-á uma análise dos principais atores envolvidos na dinâmica da região - incluindo aqui as Grandes Potências. Por fim, analisar-se-á o papel desempenhado pela Etiópia na configuração regional.

**Palavras-chave:** Chifre da África. Etiópia. Djibouti. Eritreia. Somália.

## ABSTRACT

This paper aims at analyzing the correlation of forces in the Horn of Africa in force in the first two decades of the 21st century. An analytical milestone is the rise of Abiy Ahmed Ali as Ethiopian Prime Minister in 2018, which inaugurated a new phase in the country's foreign policy – with an emphasis on bringing Ethiopia and Eritrea closer together. It is precisely in view of this new direction, together with the consequent realignments at the international level, that the importance of the discussion about a possible new correlation of forces in the region emerges. It is noteworthy that the Horn of Africa, separated from the Arabian Peninsula by the Bab-el-Mandeb Strait, has been given relevance throughout history because of its strategic location: even before the establishment of the regional states, its strategic significance reverberates in disputes of varying magnitude, both between relevant political units formed in moments prior to the African colonial period and between the different European powers that extended their dominion over the region from the nineteenth century. Following the various processes of independence and intra and interstate conflicts of the Cold War period, the formation of the regional correlation of forces is based on local approaches and rivalries and the increasing influence exerted by extrarregional actors in the Horn of Africa. All these factors, therefore, converge towards the construction of the understanding about a possible new correlation of regional forces and raise the following question: the presence of extrarregional actors and the changes in Ethiopia's foreign and security policy lead to changes in the structure of the correlation of forces of the Horn of Africa? In this context, in order to address the proposed objective, this paper will first review the history of the countries of the region, highlighting the components that made it strategic and the formation of their tension spots. This will be followed by an analysis of the key actors involved in the dynamics of the region - including the Great Powers. Finally, the role played by Ethiopia in the regional system will be analyzed.

**Keywords:** Horn of Africa. Ethiopia. Djibouti. Eritrea. Somalia.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Colonialismo Europeu no Chifre da África (1930) .....	27
Figura 2 – Bases Militares Extrarregionais e Controle de Portos no Chifre da África .....	51
Figura 3 – O Estreito de Bab-el-Mandeb e seu Entorno .....	54
Figura 4 – A Guerra Civil no Iêmen (junho de 2019) .....	57
Figura 5 – Bases Militares na República do Djibouti (setembro de 2019) .....	63
Figura 6 – Estados regionais étnicos da Etiópia .....	75

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAPS	Arquitetura Africana de Paz e Segurança
AFRICOM	Comando dos Estados Unidos para a África
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AIE	Administração de Informações sobre Energia dos Estados Unidos da América
AMB	Administração Militar Britânica
AMISOM	Missão da União Africana para a Somália
AQPA	Al-Qaeda na Península Arábica
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BRI	<i>Belt and Road Initiative</i>
CCG	Conselho de Cooperação do Golfo
CFEE	Comissão de Fronteiras Eritreia-Etiópia
CJTF	<i>Combined Joint Task Force – Horn of Africa</i>
CNU	Comissão das Nações Unidas
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DERG	Comitê de Coordenação das Forças Armadas, Polícia e Exército Territorial
EAU	Emirados Árabes Unidos
EIA	Exército Imperial Etíope
EUA	Estados Unidos da América
FDPSE	Frente Democrática dos Povos do Sul da Etiópia
FDRPE	Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope
FLE	Frente de Libertação da Eritreia
FLPT	Frente de Libertação do Povo Tigré
FMAJ	Força Marítima de Autodefesa do Japão
FPLE	Frente Popular para a Libertação da Eritreia
FTC-151	Força-Tarefa Combinada 151
GFS	Governo Federal da Somália
GFT	Governo Federal de Transição
GWoT	<i>Global War on Terror</i>
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
LJS	Liga da Juventude Somali
MDPSE	Movimento Democrático dos Povos do Sul da Etiópia
MLE	Movimento de Libertação da Eritreia

MNDA	Movimento Nacional Democrático Amhara
ODPO	Organização Democrática dos Povos de Oromo
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA	Organização da Unidade Africana
SSN	Serviço de Segurança Nacional
SUMED	Oleoduto Suez-Mediterrâneo
UA	União Africana
UE	União Europeia
UNECA	Comissão Económica das Nações Unidas para a África
UNOSOM	Operação das Nações Unidas na Somália
UNOSOM II	Operação das Nações Unidas na Somália II
UNOVER	Missão de Observação da ONU para a Verificação do Referendo na Eritreia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE	Zona Económica Exclusiva

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>A CONFORMAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL: O CHIFRE DA ÁFRICA SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA.....</b>	<b>16</b>
2.1	A ÁFRICA E O CHIFRE AFRICANO NO PERÍODO PRÉ-COLONIAL .....	17
2.2	DO COLONIALISMO EUROPEU AOS ESTADOS INDEPENDENTES .....	21
2.3	O CENÁRIO REGIONAL DURANTE A GUERRA FRIA E OS IMPACTOS COM O FIM DA BIPOLARIDADE.....	34
<b>3</b>	<b>A CORRELAÇÃO DE FORÇAS NO CHIFRE DA ÁFRICA.....</b>	<b>45</b>
3.1	AS DINÂMICAS REGIONAIS: ESTRUTURAS, ATORES E RIVALIDADES ....	45
3.2	A PRESENÇA EXTRARREGIONAL NO CHIFRE DA ÁFRICA.....	51
3.2.1	O Chifre da África como um Espaço Geoestratégico .....	52
3.2.2	Estados Unidos, China, Japão, França e Rússia no Chifre da África.....	60
3.2.3	As Monarquias do Golfo Pérsico, a Turquia e o Irã: as disputas geopolíticas no Chifre da África.....	67
<b>4</b>	<b>A NOVA POLÍTICA EXTERNA ETÍOPE E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA A REGIÃO .....</b>	<b>73</b>
4.1	OS DESDOBRAMENTOS REGIONAIS DA APROXIMAÇÃO ETIÓPIA-ERITREIA.....	79
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>82</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>85</b>
	<b>APÊNDICE A – CRONOLOGIA DO CHIFRE AFRICANO ATÉ 2008.....</b>	<b>95</b>

## 1 INTRODUÇÃO

À região do Chifre da África, separada da Península Arábica pelo estreito de Bab-el-Mandeb, foi conferida relevância, ao longo da história, devido à sua localização estratégica. Tal região, convencionalmente, possui um núcleo composto pela Etiópia, pela Eritreia, pelo Djibouti e pela Somália. Por vezes, autores se referem ao “Grande Chifre da África”, o qual também abrangeria, para além dos Estados supracitados, o Sudão, o Sudão do Sul, o Quênia e Uganda. Para os fins da presente monografia, o termo “Chifre da África” será utilizado para se referir, exclusivamente, ao núcleo mencionado, ou seja, Etiópia, Eritreia, Djibouti e Somália, muito embora se reconheça que todos esses Estados compartilham traços sociais e culturais, resultantes de séculos de relacionamentos, engajamentos, rivalidades e laços econômicos. A opção pelo sistema reduzido é motivada pela busca por maior precisão analítica ao longo das questões observadas pelo presente trabalho.

Historicamente, o Chifre da África foi foco de atenção e palco de operações para potências externas, as quais se tornaram, paulatinamente, variáveis intervenientes no cenário regional. A saber, desde o colonialismo europeu, não foram poucas as incursões externas, por exemplo, ao Império Etíope, única formação estatal a se manter independente na África quando desse contexto. Posteriormente, já no cenário de Guerra Fria, até a década de 1970, a região apresentava predomínio de conflitos intraestatais, e com atuação majoritária de ameaças internas. Após a referida data, no entanto, a presença extrarregional foi sendo incrementada. Muito disso está atrelado ao esgotamento das possibilidades de atuação em teatros tradicionais, em especial Europa, Ásia e Oriente Médio, que já estavam divididos nas zonas de influência da Guerra Fria (CASTELLANO, 2012; ADEBAJO, 2013, CARDOSO, 2016). O Chifre da África foi acoplado, assim, às dinâmicas de guerras por procuração, que foram a reverberação do conflito bipolar em solo africano (CLAPHAM, 1996)

No imediato pós-Guerra Fria, no entanto, a região sofreu um esvaziamento estratégico, majoritariamente relacionado ao colapso da União Soviética e ao desengajamento dos Estados Unidos após o fracasso da intervenção humanitária na Somália (CARDOSO, 2016). Seria apenas após o 11 de setembro de 2001 que a militarização voltaria a se alastrar pelo Chifre africano. No contexto da Doutrina Bush e da Guerra Global contra o Terror, reconhecida como propícia para a disseminação do terrorismo devido à sua instabilidade, a região tornou-se foco das ações de contraterrorismo por parte dos Estados Unidos. Em 2002, assim, tem-se o estabelecimento de uma base militar estadunidense no Djibouti – Camp Lemonnier –, a qual serviria aos propósitos antiterroristas da referida potência.

Para além da atuação em questões relacionadas ao terrorismo, o Chifre da África retornou ao centro dos interesses internacionais, no século XXI, devido às dinâmicas que circundam o estreito de Bab-el-Mandeb. Este estreito conecta o Canal de Suez e o Mar Vermelho ao Golfo de Áden – e, conseqüentemente, ao Oceano Índico –, representando uma das linhas de comunicação marítimas mais importantes e um dos pontos de estrangulamento marítimo mais instáveis (RODRIGUE, 2004). Cumpre observar que os dois principais fatores de desestabilização do estreito, atualmente, são (i) a atual Guerra Civil no Iêmen e seus desdobramentos regionais e (ii) a ameaça da pirataria no Golfo de Áden. É a partir desse entendimento, dentre diversos outros fatores que serão analisados ao longo do presente trabalho, que se verifica o estabelecimento de bases militares e/ou logísticas no Chifre.

As monarquias do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) – em especial Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos (EAU) e Qatar –, bem como o Irã, a Turquia, o Japão, a Rússia e a França, ao longo do século XXI, também aumentaram a sua projeção em direção ao Chifre da África, seja por meio do estabelecimento de pontos militares estratégicos na região, seja por meio de cooperação econômico-financeira com os países locais. Hoje, tais atores lá estão presentes e, assim, integram o “componente extrarregional” da correlação de forças regional. Isso se dá em meio a uma já complexa estrutura do que, aqui, chamar-se-á de “componente regional” da correlação de forças, isto é, os atores, estruturas, polarizações e instituições endógenas aos Estados do Chifre, em um sistema no qual a Etiópia parece funcionar como polo gravitacional. Recentes acontecimentos, como a súbita aproximação Etiópia-Eritreia, suscitam questionamentos quanto ao peso de tais novos atores na transformação das estruturas existentes na região.

A presente monografia, dessa forma, visa a entender o seguinte problema de pesquisa: a presença de atores extrarregionais e transformações na política externa e de segurança da Etiópia acarretam mudanças na estrutura da correlação de forças do Chifre da África? A partir disso, como objetivo geral, visa-se à análise e à descrição da correlação de forças no Chifre da África vigente nas duas primeiras décadas do século XXI, para, após, observar se há alterações em tal correlação e, em caso afirmativo, quais atores contribuem para este processo. Como objetivos específicos, tem-se: (i) o estudo acerca da base histórica e dos macroprocessos sobre os quais se assentam as estruturas do atual sistema regional no Chifre da África, analisando-se desde as formações políticas da África pré-colonial até os desdobramentos imediatos do fim da Guerra Fria; (ii) o entendimento dos elementos que conferem ao Chifre da África uma condição geoestratégica; (iii) a análise a respeito da correlação de forças na região, descrevendo-se quais atores a compõem, em torno do que

giram as suas tradicionais aproximações e as rivalidades, e qual o seu grau de permeabilidade à influência externa; e (iv) a verificação a respeito dos recentes eventos político-diplomáticos que influenciaram o cenário regional do Chifre da África, no contexto de transformações na Etiópia, almejando analisar se eles representam uma mudança estrutural ou apenas circunstancial na correlação de forças regional.

Para a consecução dos objetivos propostos, o presente trabalho realiza uma análise qualitativa de fontes e obras teóricas, baseando-se, principalmente no primeiro capítulo de desenvolvimento, no método histórico e, posteriormente, no método descritivo-explicativo. Para encadeamento lógico, está dividido em três capítulos de desenvolvimento, além da introdução e das considerações finais. O *primeiro* capítulo de desenvolvimento versa a respeito da conformação do espaço regional do Chifre da África sob uma perspectiva histórica, analisando as dinâmicas que envolveram a região em três momentos, quais sejam: a África pré-colonial; o colonialismo e as posteriores independências; a Guerra Fria e seus desdobramentos imediatos. O *segundo* capítulo de desenvolvimento parte para a apresentação dos componentes regional e extrarregional na correlação de forças do Chifre da África, além considerações quanto à proeminência estratégica da região, que suscita interesse externo. O *terceiro* capítulo de desenvolvimento, por fim, debate as transformações na política externa etíope (2018...) e seus desdobramentos, buscando verificar se há, nesse contexto, uma correlação de forças emergente na região.

As justificativas acadêmicas para a realização do presente trabalho são diversas. Em primeiro lugar, cita-se a necessidade da ampliação dos estudos sobre a África no Brasil, sob a perspectiva de um país em desenvolvimento que visa à cooperação mutuamente benéfica com o continente. Em segundo lugar, percebe-se certa lacuna em relação às pesquisas sobre o Chifre da África, especificamente. Muito embora haja trabalhos altamente qualificados produzidos no Brasil e, inclusive, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – citados neste trabalho –, a percepção tradicional da academia e da sociedade tende a abordar tal região sob uma ótica exclusivamente relacionada a questões de desenvolvimento humano e econômico, denotando uma visão que desconsidera a proeminência estratégica desta e as particularidades das estruturas estatais ali existentes. Em terceiro lugar, o presente trabalho também se justifica em função da relevância que as dinâmicas do Chifre Africano obtiveram, recentemente, em função da aproximação Etiópia-Eritreia e do consequente Prêmio Nobel da Paz ao Primeiro-Ministro etíope, Abiy Ahmed Ali. Nesse sentido, a produção e divulgação de trabalhos acadêmicos com rigor científico acerca do Chifre da África contribui para o embasamento de futuras análises que digam respeito aos acontecimentos supracitados.

## 2 A CONFORMAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL: O CHIFRE DA ÁFRICA SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

A área de Relações Internacionais está intimamente relacionada ao campo de estudo da História. Ekkehart Krippendorff (1979, p. 64), nesse sentido, é categórico ao afirmar que “a teoria das relações internacionais é idêntica à sua história; só é possível e só tem sentido, enquanto teoria, como teoria histórica”. A ausência do instrumental histórico, portanto, favorece perspectivas generalistas que buscam aplicar uma única teoria, seja ela qual for, supostamente válida para “[...] as relações entre atores estatais em qualquer período e lugar, independentemente do tamanho, dimensão, perfil ideológico e posição geral de determinados Estados no sistema internacional” (KRIPPENDORFF, 1987, p. 213, tradução nossa). Tal argumentação, cumpre ressaltar, não invalida o papel da análise conjuntural para a formação do saber científico em Relações Internacionais: visa-se, na verdade, ao entendimento e à conceituação das estruturas contemporâneas como um produto de seus processos históricos. De maneira adicional, é possível afirmar que a variável histórica contribui para que a análise de Relações Internacionais adquira caráter explicativo, assentando-se, assim, na exploração dos elementos que compõem a ocorrência de determinado fenômeno em detrimento de perspectivas que tornam “[...] a teoria um fim em si mesma, e não um instrumento oportuno” para o saber científico (QUIRK, 2008, p. 519, tradução nossa).

Na mesma medida que, em 1961, Edward H. Carr pergunta “o que é história” (CARR, 2002), é possível questionar se a história, de fato, importa. Situando tal questionamento no espaço político-geográfico sobre o qual a presente monografia se debruça – nomeadamente, o Chifre da África – a resposta quase unânime entre acadêmicos é afirmativa, isto é, de que a história muito importa (HENZE, 1991; CHAZAN *et al.*, 1999; FLINT, 2008). A fim de compreender as dinâmicas e a formação dos Estados regionais, portanto, faz-se necessário considerar a existência de um império milenar – a Etiópia, única formação estatal que se manteve independente quando do imperialismo europeu –, além de três outros Estados – Somália, Djibouti e Eritreia – colonizados por diferentes metrópoles, detentores de matrizes populacionais diversas, bem como expostos a distintos engajamentos e intervenções externas ao longo de sua história. Assim, o entendimento dos atores, das estruturas e das rivalidades hoje existentes no cenário regional perpassa a observância: (i) das características das unidades políticas e das instituições existentes na era pré-colonial, bem como do grau de centralização destas; (ii) do processo de colonização levado a cabo pelas potências europeias à época, considerando-se, ademais, a forma de administração empenhada por cada uma delas em

relação aos territórios e as suas respectivas políticas de descolonização; e, por fim, (iii) do cenário regional quando da consolidação dos Estados independentes, já no contexto da bipolaridade sistêmica da Guerra Fria, e do histórico conflitivo inter e intraestatal desenvolvido no período.

Para tanto, o presente capítulo está subdividido em três partes. A saber, o primeiro subcapítulo analisa a África pré-colonial, visando à corroboração do argumento de que lá, e, em específico, no Chifre da África, havia estruturas estatais de vulto mesmo antes do acirramento da corrida imperialista europeia pelo continente, a exemplo do Império Abissínio. Subsequentemente, o segundo subcapítulo explora o período de avanço europeu ao continente nos quadros da inauguração do Canal de Suez (1869), da Conferência de Berlim (1885) e da sua conseqüente partilha, resultando na Somalilândia Britânica, na Somalilândia Italiana, na Somalilândia Francesa, na Eritreia italiana e nas lutas de resistência que asseguraram a independência do Império Etíope nesse ínterim; a segunda subseção finaliza ao abordar a retirada das forças europeias da região, juntamente ao processo de independência das Somalilândias britânica e italiana, que são unificadas, e de federação da Eritreia à Etiópia. O terceiro subcapítulo, assim, analisa o período de Guerra Fria e seus desdobramentos imediatos até a virada do milênio; nesse sentido, abordam-se, sob o pano de fundo da bipolaridade sistêmica, a Revolução Etíope de 1974, a Guerra de Libertação da Eritreia (1961/1962-1991), a Guerra do Ogaden (1977-1978), bem como a eclosão da Guerra Civil na Somália, dentre outros eventos de relevância regional. Isto posto, conclui-se, portanto, que, ao longo do presente capítulo, constrói-se a base histórica para a atual ordem regional no Chifre da África. Parte-se da premissa, como exposto acima, de que as dinâmicas hoje existentes são fruto do processo histórico elucidado nos três subcapítulos aqui apresentados.

## 2.1 A ÁFRICA E O CHIFRE AFRICANO NO PERÍODO PRÉ-COLONIAL

A gênese da estrutura dos Estados africanos, bem como do sistema regional entre eles existente, não advém mera e puramente das heranças do período de ingerência adventícia. Tampouco são os sistemas políticos atuais, ou mesmo pré-coloniais, uma simples extensão daqueles existentes no Mediterrâneo ou no Oriente, incidindo-se em igual equívoco ao afirmar que foi o imperialismo europeu o responsável por expor e integrar a África à história e à tecnologia (M'BOKOLO, 2009). Anteriormente à partilha do continente, nos quadros da Conferência de Berlim (1885), ou mesmo previamente ao prelúdio das explorações europeias, observavam-se unidades políticas pré-coloniais, ora impérios e reinos ora arranjos de menor

complexidade institucional, dotadas de poder coercitivo e econômico, cujos resquícios permanecem vigorantes na composição hodierna da África (VISENTINI, 2010). Algumas das formações políticas mais proeminentes da etapa pré-colonial podem ser constatadas na milenar civilização egípcia – cujas dinâmicas, dada a sua condição de elo entre a África e a Ásia, por vezes, fogem ao padrão do continente –, no Império de Axum e no Reino Zagué – predecessores da Abissínia, antiga entidade imperial localizada no território das atuais Etiópia e Eritreia –, no Reino do Zimbábwe, bem como nos reinos da África Ocidental – ancorados nas atividades econômicas relacionadas ao comércio transaariano –, notadamente o Reino de Gana, e os impérios Mali e Songai (MACEDO, 2013; PEREIRA, 2014).

À grande parte dessas estruturas estatais, quem assegurava unidade era o rei – ou quaisquer outras figuras de centralização do poder –, cuja legitimidade advinha, majoritariamente, de condições religiosas e morais, sendo a posse de terra um fator somente módico, de forma dessemelhante aos padrões empregados na Europa, do poder emanado do controle territorial (HERBST, 2001). O rei, no contexto do continente africano, constituía o centro de uma espécie de federação, em cujas províncias havia governadores ou monarcas minoritários incumbidos da representação política e da salvaguarda dos interesses da autoridade central. Dentre as atribuições destes, destaca-se a administração da atividade econômica, que funcionava por meio de uma divisão do trabalho baseada em categorias profissionais. É importante assinalar que, nessas sociedades, a condição de chefia difere da concepção ocidental e contemporânea de que hoje se dispõe: à época, o chefe resguardava-se à função de representante de seu povo, interligando-se ao grupo e tornando-se um elo entre este e autoridades superiores (PEREIRA, 2014). Constata-se, por conseguinte, que os africanos possuíam estruturas e sistemas endógenos antes mesmo da dominação europeia, de maneira que, “até 1880, em cerca de 80% do seu território, a África era governada por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, em impérios, reinos, comunidades e unidades políticas de porte e natureza variados” (BOAHEN, 2010, p. 3).

As estruturas estatais africanas, contudo, não se desenvolveram de maneira reclusa, apartadas e submissas às transformações mundiais e aos fluxos internacionais de pessoas e capitais. Para além dos povos europeus da Europa mediterrânea, árabes e islâmicos oriundos da Ásia ocidental e meridional também estabeleceram longínquos laços com a África, em especial no que tange aos espaços norte e nordeste do continente, culminando com a arabização e islamização destes. Ao longo do período de expansão muçulmana, ademais, a conversão ao islã foi adentrando o continente de maneira paulatina, partindo da porção norte em direção ao sul, estendendo-se também a áreas costeiras como o litoral do Mar Vermelho –

em especial, a Eritreia –, da Somália e do Golfo da Guiné, entre outros. No liminar do século X, excetuando-se o fator político-religioso da referida expansão, foi o comércio o fator que passou promover o incremento de laços do mundo islâmico com o continente africano, notadamente com a África Oriental, onde comerciantes árabes passaram a se assentar e a aprender os idiomas da região, enfim provocando forte miscigenação sociocultural entre estes e as populações que ali residiam. Ressalta-se, ademais, que, antes mesmo das investidas europeias sobre o continente, árabes já praticavam o tráfico negreiro em direção à Arábia e ao Mediterrâneo, motivados também pela exploração de ouro, como no caso do Sudão (VISENTINI, 2012).

A Europa Meridional, nada obstante já possuísse contato com a África por intermédio dos comerciantes árabes, embarcaria nos seus empreendimentos expansionistas apenas a partir do século XIV. As Grandes Navegações europeias, que não somente chegariam aos litorais africanos, contornando-os, mas também ao espaço americano, foram produto da necessidade de novas rotas ao Oriente, da tentativa de escapar ao monopólio comercial transaariano árabe, bem como da busca por fontes alternativas de especiarias e metais nobres. Ao longo de tal momento histórico, que perdurou do século XIV a meados de 1800, a disputa intereuropeia por entrepostos, rotas e possessões foi uma constante. Foge ao escopo do presente trabalho, contudo, uma exposição minuciosa quanto à expansão europeia além-mar, quanto às bases econômicas do mercantilismo e quanto ao pernicioso tráfico humano interatlântico nos moldes da escravidão africana. Muito interessa, por outro lado, pontuar que, ao longo desse processo, os governantes africanos, em especial aqueles Estados assentados no litoral, detiveram certo grau de poder e simetria para com os europeus ao negociar quer especiarias quer escravos. No tocante à escravização de povos africanos, não raramente eram autoridades locais – como o Reino do Benim, a Costa dos Escravos – aqueles a subjugar e a negociar o escravo – geralmente em tal condição devido a derrotas em guerras ou à hierarquia entre grupos – junto ao europeu escravocrata (WALLERSTEIN, 2010; M'BOKOLO, 2009). Os portugueses, por exemplo, lograram estabelecer convênio com os etíopes, a partir do qual obtiveram acesso à exploração de minas no Império de Monomotapa; quando tal aliança já não mais lhe era conveniente, o reino cristão da Etiópia a cessou, expulsando os portugueses e encerrando as atividades econômicas destes na região (PEREIRA, 2014).

Uma vez analisadas as considerações expostas acima, faz-se necessário situá-las no contexto do Chifre Africano, palco do objeto de estudo do presente trabalho. A saber, no Chifre da África, destaca-se o milenar Império Etíope, que sobreviveu a inúmeras alternâncias dinásticas, a trocas na matriz religiosa e à oscilação entre períodos de fortalecimento e

desintegração, de expansão e retração. O reino originário de que se possui registro era denominado Da'amat, o qual se utilizou da geografia acidentada para o erguimento de um Estado aos padrões árabes. No século I d.C., contudo, o Império Axum adquiriria a dominação desta unidade política – também referida mediante o termo Abissínia (CARDOSO, 2019) –, sendo a sua principal e mais duradoura contribuição a introdução do cristianismo, representado pela Igreja Ortodoxa Etíope. Posteriormente, sucederam-se diversas incursões ao Estado abissíneo, em especial perpetradas por árabes-muçulmanos, forçando-lhes ao isolamento e apartando-lhes dos mares Vermelho e Mediterrâneo, bem como do Oceano Índico. Nesse ínterim, face a alternâncias dinásticas diversas, emerge a Dinastia Salomônica, em meados do século XIII, responsável pela fusão, sob o trono, de diversos povos e pelo recrudescimento do poder da Igreja como instituição intimamente atada ao Estado, lançando os alicerces para a expansão do Império em direção ao sul (MARCUS, 1994; SCHWAB, 1985).

Paralelamente à Abissínia, tinha-se o território da atual Somália, palco à época de um sistema descentralizado baseado em unidades clânico-políticas, sem a existência de um Estado central detentor de coerção. Observa-se que tal região constituía um espaço estratégico para o comércio, sendo a porção mais oriental do continente africano, de tal maneira que cidades litorâneas como Mogadíscio, Berbera e Zeila, desde cedo, funcionavam como entrepostos comerciais com árabes e persas, em especial. Como consequência, penetrava o islamismo em áreas somalis; lá, este era mesclado ao sistema de crenças local, traduzindo-se em uma espécie de islamismo à somali, o qual ainda perdura na região. Paulatinamente, ademais, adentravam os europeus no comércio costeiro da Somália, a exemplo dos portugueses nos séculos XV e XVI. Os egípcios, por sua vez, assentados a norte, não raramente operavam incursões ao território somali, motivados pela sabida rentabilidade do controle de entrepostos no litoral deste. Os egípcios não lograram êxito – ao menos não até 1870 –, porém os portugueses, de fato, obtiveram acesso a bases litorâneas dedicadas ao comércio. Após serem expulsos, tal como o foram pelos etíopes – conforme visto acima –, o Sultanato de Zanzibar adquiriu o controle da região. Em suma, pois, a região da atual Somália – conquanto sem uma autoridade central, como havia no Império Etíope – servia como ponte comercial entre diversos povos e regiões: sabe-se, por exemplo, que “o café era trazido [...] das terras altas da Abissínia e escravos do interior do continente; estes eram trocados por armas, tecidos, ferro, cerâmica, tâmaras [...]” de outros continentes (HARPER, 2012, p. 46 apud CARDOSO 2019, p. 78).

Conclui-se, assim, que, na África e no Chifre<sup>1</sup> especificamente, havia estruturas políticas, unificadas ou descentralizadas, que operavam autonomamente, sem a dominação direta de Estados europeus. Tanto o Império Etíope, cristão e de relevante capacidade coercitiva, quanto o sistema clânico dos territórios da atual Somália, caracterizado pelo islamismo-somali e pela vocação marítimo-comercial de suas cidades litorâneas, retinham a gerência de suas dinâmicas internas e de suas interações com outros povos. Seria a partir de meados do século XIX, contudo, que esse panorama alterar-se-ia de maneira significativa. Não obstante tal retrospecto milenar, conforme descrito acima, dos intercâmbios de povos africanos entre si e desses com o mundo, a segunda metade do século XIX representou o momento em que se sucederam os engajamentos estrangeiros de mais intenso impacto para as estruturas políticas hoje existentes na África. No Chifre, tal transformação está intimamente atrelada ao advento do Canal de Suez, que conferiu relevância estratégica redobrada à região.

## 2.2 DO COLONIALISMO EUROPEU AOS ESTADOS INDEPENDENTES

Ao longo do século XIX, o Império Etíope perpassou um momento de reestruturação e reunificação. Em 1855, após quase um século de instabilidade e de colapso das instituições estatais, Tewodros II sobe ao trono sob o manto de “Rei dos Reis”, incumbido da modernização do império. Para tanto, buscou enfraquecer divisões administrativas minoritárias, alienando reis locais do poder decisório de que outrora usufruíam, na mesma medida que levou a cabo um processo de fortificação do exército etíope, treinando tropas e introduzindo-lhes artilharia de ponta. Para além das intenções de modernização de Tewodros II, o governante também possuía o objetivo de dissuadir – ou, ao menos, antecipar – a expansão de influência não apenas britânica no Chifre da África, mas também egípcia, de quem logrou quebrar o domínio sobre o porto de Massawa, uma base comercial relevante no Mar Vermelho, no território da atual Eritreia. Ambas pretensões – a fragmentação do poder de autoridades locais e a resistência à presença estrangeira –, contudo, funcionariam como um tiro saído pela culatra. Rejeitado por líderes regionais, conquanto possuísse um exército de vulto a seu dispor, Tewodros II percebe o seu governo incapaz de realizar as reformas

---

<sup>1</sup> Embora uma análise aprofundada quanto ao Sudão fuja ao escopo do presente trabalho, convém assinalar que também havia, na região, estruturas políticas de vulto. De origem tradicionalmente cristã, as sociedades sudanesas foram, desde o século IX, sendo paulatinamente penetradas pela influência árabe, de tal maneira que, no limiar do século XVI, o Sudão já era composto por dois sultanatos muçulmanos principais. Posteriormente, o Egito passou a desempenhar interesse pelo território, o que culminou com uma invasão em 1821. Excetuadas as distintas e constantes conquistas por forças externas, a região de Darfur reteve a sua independência até a década de 1870 (CARDOSO, 2019).

institucionais propostas, bem como observa a sua popularidade frente ao império atingir patamares críticos. Assim, em uma desesperada operação que visou ao aprisionamento de diplomatas e missionários britânicos em Magdala, não obtém apoio de governantes interioranos, o que resulta em uma rápida vitória dos beligerantes europeus, que haviam enviado uma expedição à região como resposta. Face a tal incursão, Tewodros II comete suicídio antes mesmo do final da batalha, em 1868 (ADEJUMOBI, 2007).

Em paralelo, em 1869, ocorre a inauguração do Canal de Suez, momento a partir do qual se intensifica a já em curso corrida europeia por possessões na África. Possibilitando o acesso marítimo do Oceano Índico ao Mar Mediterrâneo e vice-versa, além de suprimir a necessidade de contornar a África pelo Cabo da Boa Esperança a sul, o referido canal catalisou a disputa por possessões costeiras no Mar Vermelho e no Golfo de Áden. Como consequência, otomanos, britânicos, franceses e italianos incrementam suas investidas em direção ao Chifre Africano. Tal presença nos arredores do canal, ademais, representaria um importante entreposto de conexão entre as metrópoles europeias e suas já estabelecidas colônias asiáticas. Por outro lado, ainda não dominado pelos britânicos, o Egito também passou a ser um ator relevante nesse contexto, uma vez que passa a empreender uma expansão ao sul, culminando com a ampliação da sua influência a portos somalis como Berbera, Bulhar e Zeila. De igual maneira, ao norte do Império Abissínio, a ameaça expansionista egípcia passa a ser um dos principais focos de tensão (FLINT, 2008; ADEJUMOBI, 2007). Schneider (2010), nesse sentido, é categórica ao afirmar que a formação do Estado etíope sempre esteve intimamente relacionada à guerra e às ameaças externas, argumento que permanece evidente no governo sucessor a Tewodros II, de Yohannes IV, conforme apresentado abaixo.

Após a morte por suicídio de Tewodros II em 1868, o trono abissínio se mantém virtualmente indefinido até a ascensão de Yohannes IV em 1872. Este, muito embora preconizasse uma política de unificação tal como o seu antecessor, executá-la-ia de maneira cautelosa e tolerante, isto é, evitando desgaste junto a governantes locais. Apesar de que ainda existissem dissidentes internos contrários à autoridade central, Yohannes IV obtém sucesso em um de seus empreendimentos que demandavam união: é capaz de mobilizar e integrar as tropas etíopes contra os egípcios que atacavam o império a norte, utilizando-se do argumento de defesa do Cristianismo frente aos invasores islâmicos. Envolvida, portanto, nesse conflito desde 1872, quando do primeiro ataque, a Etiópia sairia vitoriosa apenas em 1876, ao cessarem, por desistência, as beligerâncias por parte dos egípcios. Zewde (2001), nesse sentido, argumenta que a erosão causada pela vitória etíope, posteriormente, constituiria um dos fatores que catalisariam o domínio britânico sobre o Egito em 1882. Dado tal cenário,

é possível afirmar que os principais desafios de Yohannes IV foram alavancados por guerras interestatais (SCHNEIDER, 2010), abrindo espaço, como consequência, para que seus mais significativos feitos tenham sido em matéria de política externa e de expansão em direção ao sul (ADEJUMOBI, 2007).

Nessa altura, a meados da década de 1880, faz-se necessário, novamente, recorrer a uma análise da África em sua integralidade, dado que os eventos no Chifre Africano seriam duramente influenciados pelas dinâmicas a que o continente seria exposto nesse momento. O final do século XIX foi, assim, decisivo tanto para o Chifre quanto para a África como um todo. Como visto na seção anterior do presente trabalho, muito embora os europeus já mantivessem significativa presença no continente, o modelo de engajamento seria alterado substancialmente a partir de então. A saber, uma vez abandonados os padrões colonialistas de outrora, de predominância do sistema de domínio indireto, bem como de priorização das áreas costeiras em detrimento da expansão ao interior africano, prevaleceriam, agora, os moldes do imperialismo clássico. Krippendorff (1979, p. 125), nesse sentido, analisando a segunda metade do século XIX, versa sobre o que considera uma “ruptura com os 150 anos precedentes”. Segundo o autor, à parte dos portugueses e espanhóis, que, em suas possessões sul-americanas, estabeleceram administração direta sobre os territórios e populações, os demais europeus, desde o prelúdio das colonizações e povoamentos, mantinham-se restritos a “bases, portos e estações de carvão [...], sem se interessarem pelo controle direto de grandes áreas”, a exemplo das cidades costeiras na Somália. A dita ruptura ocorrida nas décadas de 1880 e 1890 transformaria o cenário descrito acima, inaugurando o momento de imperialismo clássico, por meio do qual as potências europeias avançariam sobre a África e, lá, estabeleceriam o controle direto de suas possessões. Há, pois, nesse contexto, o adensamento da corrida entre Estados europeus pelo controle direto da África, que seria partilhada e exposta à lógica colonial<sup>2</sup> das potências à época.

Nomeadamente, entre 1884 e 1885, ocorreu a Conferência de Berlim sobre a África Ocidental. Embora, de início, não se visasse primordialmente à partilha da África, o que houve, de fato, foi uma distribuição arbitrária de territórios entre potências europeias, oficializando a doutrina das esferas de influência no continente, a partir da qual a posse de

---

<sup>2</sup> Conquanto, aqui, “lógica colonial” refira-se à organização (método) que os colonizadores impunham às colônias, o termo “lógica” também denota racionalidade, fundamento. Como tal, faz-se pertinente observar os motivos pelos quais os europeus passaram a empreender controle direto sobre suas possessões africanas. Krippendorff (1979, p. 127) atrela tal movimento à Revolução Industrial. Afirma que, embora, pela ótica econômica, fora o imperialismo um projeto oneroso e deficitário, “os conflitos políticos entre os Estados europeus pela partilha e controle exclusivo do mundo foram consequência da acumulação capitalista concorrencial através do comércio e da produção de mercadorias em expansão”. Havia dependência “[...] do mundo como mercado e fornecedor de matérias-primas”.

uma porção territorial costeira garantia também o domínio sobre o seu interior contíguo – *hinterland*. Em linhas gerais, “estabelecendo as regras e modalidades de apropriação ‘legal’ do território africano, os europeus se arrogavam o direito de sancionar o princípio da partilha e da conquista de um outro continente” (UZOIGWE, 2010, p. 35). Consoante Visentini (2010, p. 18), muito embora possa “[...] parecer pouco tempo para um continente com mais de cinco mil anos de história documentada”, o hiato entre 1885 e 1960 lançou muitos dos alicerces que sustentam as formações estatais da África moderna, além de semear significativa parte dos reveses por elas hoje enfrentados. O imperialismo estava vinculado à noção de submissão do africano e ao acoplamento das sociedades africanas à emergente divisão internacional do trabalho, na qual a África desempenharia o papel de periferia do sistema (RIBEIRO, 2014).

De maneira geral, as divisões administrativo-territoriais impostas pelas metrópoles europeias seguiram pouca ou nenhuma consonância com a composição etnográfica, institucional e geológica das regiões africanas, instituindo-lhes conceitos westfalianos<sup>3</sup> de territorialidade e de nacionalidade que, em determinados casos, mostrar-se-iam insustentáveis no longo prazo. Ademais, embora a lógica colonial implicasse a mera extração de recursos e a dominação das sociedades nativas em função de interesses externos, havia esforços direcionados ao desenvolvimento de instituições locais espelhadas nos moldes europeus: conformavam-se, assim, um ordenamento jurídico, um sistema político, relações materiais na sociedade e uma máquina pública à luz de estruturas ocidentais. Somado a isso, apesar de estarem a administração e o poder político desses territórios restritos às mãos estrangeiras, havia funcionários africanos, conquanto subordinados, que participavam dos assuntos de governo e que, paulatinamente, moldavam-se aos padrões do colonizador. Quiçá tenha sido esse último traço o mais determinante para os aspectos que constituiriam o Estado moderno na África, haja vista que, no pós-independência, tais funcionários africanos, anteriormente secundários, tornar-se-iam a base do poder político: independente, porém ainda ocidentalizado (WALLERSTEIN, 2005).

É necessário pontuar, ademais, que as metrópoles europeias – Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Itália, Portugal e Reino Unido –, empreenderam distintas formas de administração nos seus territórios, o que acarretou a herança de blocos linguístico-culturais diversos, bem como de estruturas internas e conexões externas díspares. Enquanto

---

<sup>3</sup> Os preceitos westfalianos têm origem na Paz de Westfália (1648), composta por uma série de tratados que impuseram fim à Guerra dos Trinta Anos. A mais proeminente relevância histórica desse contexto, contudo, reside nos conceitos introduzidos, os quais, segundo autores, formaram a concepção moderna de um sistema internacional de Estados-nação soberanos. Os Estados, assim, seriam os únicos intitulados à gerência de seus assuntos internos e estariam protegidos de agentes externos pelo princípio da soberania e da igualdade jurídica (WATSON, 1992).

portugueses, belgas, alemães e franceses mantinham forte domínio e centralização administrativa, o padrão colonial britânico ainda operava por meio do domínio indireto; ao passo que os belgas desenvolviam precárias estruturas institucionais no Congo e os franceses tentavam estabelecer uma dispendiosa e burocrática hierarquia na África Equatorial Francesa e na África Ocidental Francesa, os britânicos dominavam pela cooptação de forças locais e inserção dessas à consecução de seus interesses (WALLERSTEIN, 2005; CLAPHAM, 1996).

O imperialismo europeu no continente africano provocou importantes reverberações no Chifre da África. Na região, onde havia o milenar império cristão etíope, bem como o sistema articulado – embora descentralizado – dos somalis, a partilha seria feita entre três Estados europeus: Itália, Reino Unido e França, originando a Somalilândia Italiana (sul), a Somalilândia Britânica (norte), a Somalilândia Francesa (Djibouti) e a Eritreia, que também fora dominada pelos italianos. Tais Estados europeus possuíam objetivos diversos no Chifre Africano: ao passo que a Itália visava à ocupação territorial e ao consequente estabelecimento de colônias, os britânicos almejavam o controle de porções de água, em especial da Bacia do Nilo, e de corredores marítimos em direção às Índias, como o Canal de Suez, o Mar Vermelho e o Oceano Índico; os franceses, por sua vez, retinham apenas uma pequena porção territorial na costa Oeste do estreito de Bab-el-Mandeb (NOVATI, 2009). De maneira geral, portanto, até a década de 1920, o domínio europeu no Chifre da África esteve apenas circunscrito a alguns portos marítimos como Djibouti, Zeila, Berbera e Mogadíscio (CAULK, 2008).

O controle italiano sobre a Eritreia possui suas raízes na inauguração do Canal de Suez, quando corredores marítimos ao longo do Mar Vermelho passaram a receber maior fluxo de navegação de embarcações europeias. Desde 1869, a baía de Assab já era posse da Companhia de Navegação Rubattino, a qual, posteriormente, tornar-se-ia *Navigazione Generale Italiana* (NGI). A primeira leva de colonos italianos, contudo, só chegaria à Eritreia em 1880, e a proclamação da colônia Eritreia Italiana seria apenas chancelada ao final da década, no ano de 1889. Pelo Tratado de Ucciali, celebrado entre a Itália e o Rei Menelik de Shoa – futuro imperador abissínio, como será visto abaixo –, a Etiópia cedia o território eritreu aos italianos, os quais, em contrapartida, reconheciam-na como entidade estatal, fornecendo-lhe, ademais, assistência via capital, armamentos e munições (MESGHENNA, 1988). Na Eritreia, entre 1889 e 1941, a Itália desenvolveu setores chave<sup>4</sup> da economia, como a indústria leve e de construção (redes de infraestrutura); especial progresso material ocorreu

---

<sup>4</sup> O interesse da Itália no desenvolvimento econômico da Eritreia centrava-se no fato de que o envio de colonos italianos era uma prática encorajada e comum; assim, os novos serviços e oportunidades implementados serviriam aos colonos italianos, e não aos africanos nativos (TROCO, 2019).

na década de 1930, quando os italianos preparavam a invasão<sup>5</sup> à Etiópia (TROCO, 2019). O atual Djibouti – à época, Somalilândia Francesa –, anteriormente à dominação europeia, era governado por sultões somalis; desde 1883, no entanto, os franceses já estabeleciam tratados com as autoridades locais, visando à ampliação da sua influência na região para a consecução de interesses exploratórios. Foi apenas em 1894, cerca de uma década após a Conferência de Berlim, que se estabeleceu uma administração permanente francesa no território, o qual passou a ser denominado Somalilândia Francesa. A principal função deste território estava relacionada ao reabastecimento de carvão para embarcações francesas que rumavam à Indochina (CARDOSO, 2019).

Quanto ao território somali, a sua atual composição estava, à época, dividida entre britânicos a norte e italianos a sul. Além da sua presença no Egito, os britânicos utilizavam a Somalilândia Britânica como entreposto de abastecimento para as suas navegações ao Oriente e como fornecedor de produtos destinados à exportação, como a carne bovina somali, que supria tanto a metrópole quanto as suas demais possessões além-mar. Ademais, dado o temor da expansão francesa no nordeste africano – isto é, nos arredores do Canal de Suez –, que ameaçaria a liberdade de navegação britânica no Mar Vermelho e no Golfo de Áden, tornava-crucial para o império salvaguardar este território. Na porção sul do território, a Somalilândia Italiana foi sendo formada de maneira paulatina: ao longo do final do século XIX, sultanatos eram gradualmente incorporados ao protetorado italiano na região. Indubitavelmente, o interesse da Itália também estava atrelado aos portos e corredores marítimos proporcionados pela costa somali; diferia dos britânicos, contudo, a administração italiana, que promovia o envio de colonos ao continente africano e desenvolvia novos setores na economia local mediante a inserção de novas culturas – banana, em especial. Cardoso (2012, p. 21), analisando as distintas formas de administração operadas por Reino Unido e Itália no atual território somali, enfatiza que tais diferenças agudizaram – ou, ao menos, tornaram-se mais evidentes – durante (e após) os processos de descolonização e unificação: “o Norte era relativamente mais atrasado em comparação ao Sul, pois esse último possuía infraestruturas econômicas e mão de obra qualificada, [de tal maneira que] o Sul passou a dominar a vida política e econômica [...]” da Somália independente.

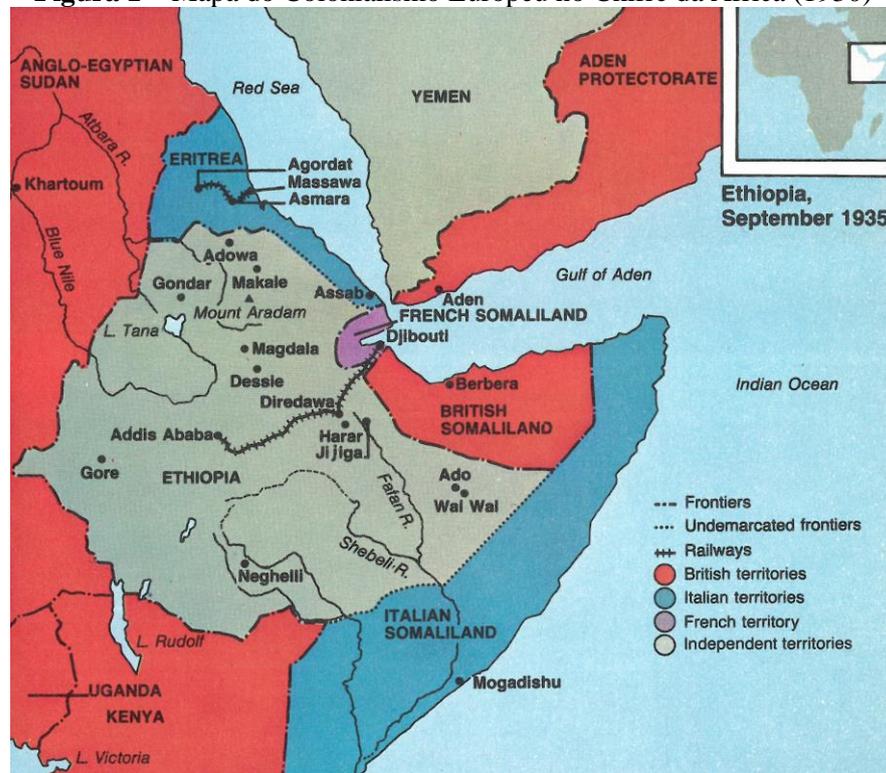
Nesse contexto, uma vez analisadas as situações dos atuais Djibouti, Eritreia e Somália, é de suma importância assinalar que a Etiópia, no contexto de partilha da África

---

<sup>5</sup> Conforme será visto abaixo.

pelos europeus e do conseqüente imperialismo, foi o único<sup>6</sup> Estado africano a manter-se independente, muito embora estivesse integralmente cercada territorialmente por possessões coloniais. Tal condição, contudo, ocorreu apenas devido à longa e constante resistência do império contra os estrangeiros. A saber – retomando a discussão apresentada anteriormente –, Yohannes IV ainda era o governante abissíneo à época da Conferência de Berlim, em um reinado que apenas se findaria em 1889, quando da sua morte em combate contra forças sudanesas (MARCUS, 1994). O novo imperador seria Menelik II, que permaneceria no trono de 1889 até 1914, representando um dos mais importantes<sup>7</sup> momentos da história etíope, haja vista o seu êxito ao unificar e expandir em larga escala o território nacional, mesmo em meio às investidas imperialistas europeias, em especial a incursão italiana, conforme abaixo (ADEJUMOBI 2007).

**Figura 1** – Mapa do Colonialismo Europeu no Chifre da África (1930)



Fonte: Luscombe, 19--

<sup>6</sup> A Libéria, Estado localizado na África Ocidental, tampouco foi partilhada pelos europeus. Sua história está atrelada aos escravos libertos dos Estados Unidos da América (EUA), que foram enviados a uma colônia africana em 1824. A sua independência foi obtida em 1847 (ALAO; MACKINLAY; OLONISAKIN, 2000).

<sup>7</sup> Menelik de Shoa era o mais importante e mais poderoso dos governantes vassalos, tornando-se, portanto, um sucessor natural ao trono. Ao longo de seu reinado, a política expansionista da Abissínia foi de vulto, principalmente em direção ao Sudeste e ao Golfo de Aden. Dentre suas principais contribuições, citam-se a fundação da capital, Addis Abeba, bem como a modernização do Estado e de linhas de infraestrutura – como a ferrovia Adis Abeba–Djibouti, visando à integração e defesa do território (CARDOSO, 2019).

O novo imperador, anteriormente, era o mais proeminente governador local, sendo, inclusive, adversário de Yohannes IV na ascensão ao trono. Nesse quadro, Menelik de Shoa – seu nome pré-posses – possuía estreitos laços, ainda que tácitos, com os italianos, os quais forneciam-lhe capital e armamentos com o intuito de pulverizar o poder da autoridade central (SCHNEIDER, 2010). Ao subir ao trono, numa falsa percepção de que a afinidade anterior garantiria tratamento privilegiado, logo é celebrado o Tratado de Ucciali, mediante o qual – como visto acima – a Etiópia cedia a Eritreia para os italianos e recebia o reconhecimento de sua independência. Tal acordo representou, contudo, uma manobra astuta e enganosa operada pela Itália. O texto do tratado continha conteúdos em italiano e em amárico que divergiam entre si: enquanto, em amárico, o tratado sugeria que a Etiópia poderia utilizar a Itália como um agente de política externa caso desejasse, o texto em italiano postulava que a Etiópia estava obrigada a reportar à Itália em matéria de política externa, o que, em termos práticos, tornava a nação africana um protetorado italiano. Posteriormente, Menelik II denunciou o tratado, fazendo com que a guerra fosse iminente (ADEJUMOBI, 2007).

De fato, a posição beligerante da Itália foi catalisada. Em 1896, por conseguinte, os italianos invadem a Etiópia na tentativa de dominá-la e acoplá-la à sua já existente colônia na Eritreia. Encontram, contudo, um exército etíope extenso em quantidade, bem organizado e adequadamente armado, capaz de derrotar as forças invasoras, o que é consumado na Batalha de Adowa. Nessa ocasião, os cerca de 100.000 homens etíopes derrotaram o efetivo de 20.000 italianos, enfim ratificando a independência da Etiópia frente à penetração imperialista europeia. Faz-se necessário pontuar, ademais, que o feito etíope contra as forças italianas representou uma das “mais incríveis e esmagadoras vitórias de um país africano sobre uma potência europeia e colocou o país no mapa político mundial [...], [bem como] teve um importante significado ao questionar diretamente os mitos da supremacia racial comuns à época” (SCHNEIDER, 2010, p. 67). A partir disso, fortificado, Menelik II prosseguiu com a expansão ao sul, o que culminou com a definição das atuais fronteiras etíopes mediante o Tratado de Adowa. Por outro lado, a vitória da Batalha de Adowa não foi capaz de conter o imperialismo europeu no continente; a manutenção da colônia italiana na Eritreia, mesmo frente à recente derrota destes, é um exemplo de tal argumento (SCHNEIDER, 2010).

Nesse sentido, no começo do século XX, a costa do Chifre Africano estava formalmente dividida pelas potências europeias, na mesma medida que a Etiópia já havia recebido o reconhecimento da sua independência por meio do Tratado Tripartite, celebrado entre França, Itália e Reino Unido em 1906 (CARDOSO, 2019). Além de tais nações, destaca-se que os sudaneses madistas, o sultão do Império Otomano e o Czar da Rússia

também enviaram pedidos para o mútuo reconhecimento diplomático, o que enfim alçava a Etiópia a uma posição sólida no “concerto” das nações (ADEJUMOBI, 2007). Ademais, excetuando-se os feitos etíopes contra a Itália, ressalta-se que, na Somália, formou-se um movimento de resistência à ocupação europeia, cujo líder era Sayyid Mohammed, um proeminente e religioso islâmico (CARDOSO, 2019). Em resumo, assim, a situação do Chifre da África no imediato início de século XX era a seguinte:

Dez anos após a vitória sobre os italianos em Adowa (1896), a monarquia cristã etíope estava mais poderosa do que em qualquer momento desde o século XV. A recente expansão territorial havia levado as fronteiras nacionais às partes mais férteis e populosas do nordeste africano. Um quarto do povo somali estava incorporado à Etiópia. O restante estava nominalmente subordinado aos britânicos, franceses e italianos, os quais haviam anexado aos seus impérios a totalidade da costa marítima [...]. Pouco espalhados, os pastores somalis e afares permaneciam virtualmente independentes em 1905. À parte do império cristão etíope, e do estreito controle europeu, o único centro político em torno do qual lealdades mais amplas poderiam gravitar era o movimento islâmico reformista de Sayyid Muhammad ‘Abdallah Hasan (CAULK, 2008, p. 702, tradução nossa).

O íterim entre o começo do século e as independências foi longo, evidentemente, e turbulento. A começar pelo trono etíope: Menelik II morre, em 1909, em função de problemas de saúde. Após uma série de oscilações, bem como de um breve reinado de Zawditu, filha do antigo governante, Hailé Selassié I torna-se imperador em 1928. Selassié busca elaborar projetos tanto de modernização quanto de unificação; para tanto, proclama uma nova Constituição em 1931 (SCHNEIDER, 2010), que peca ao acenar demasiadamente aos europeus<sup>8</sup> e insuficientemente ao povo local. A recente magna-carta, sobretudo, limitava os poderes da nobreza minoritária, a qual passa a ser impedida, por exemplo, de manter relações com Estados terceiros ou de receber armamentos destes (ZEWDE, 2001). Paralelamente, contudo, má política econômica foi implementada, haja vista que as bases materiais e o sistema de produção do Império também foram minados quando do confisco de poder das autoridades locais. Restou, por exemplo, ao campesinato, a designação de pesada tributação, relegando-lhes os encargos sociais das mudanças (SELASSIE, 1982; CAULK, 2008).

O cenário, portanto, era de uma Etiópia cambaleante econômica e defensivamente. Em paralelo, as potências europeias digladiavam-se sucessivamente no contexto da Primeira Guerra Mundial, do Entreguerras e da Segunda Guerra Mundial, fato o qual acarretaria reverberações no Chifre da África. Na metade da década de 1930, em uma tentativa de evitar, por meio de suborno tácito, que a Itália se aliasse à Alemanha nazista, britânicos e franceses

---

<sup>8</sup> Schneider (2010, p. 74), nesse sentido, pontua que “[...] a vontade do imperador [Selassié] de divulgar a modernidade da Etiópia seria uma constante de seu governo, mesmo que isso não fosse verdadeiro”.

propuseram que o Imperador Selassie I<sup>9</sup> cedesse grandes porções territoriais aos italianos, tais como a anexação da região do Tigré – no extremo norte da Etiópia – pela colônia eritreia e do Ogaden – ao sudoeste, sendo considerada a região “somali” da Abissínia – pela Somalilândia Italiana. Tais esforços, contudo, não obtiveram o resultado esperado, uma vez que as motivações italianas<sup>10</sup> iam além da mera expansão territorial: sob o fascismo de Mussolini, a Itália conservava o desejo de revanche relacionado à derrota na Batalha de Adowa, ainda 1896. Em 1935, portanto, as forças fascistas invadem a Abissínia, enfim ocupando-a e forçando o imperador a fugir. Nesse contexto, como membro da organização, a Etiópia apela à Liga das Nações, requisitando-lhe que denunciasse o ato de agressão por parte da Itália e administrasse os trâmites para a invocação da cláusula de segurança coletiva a seu favor. Tanto França quanto Reino Unido, no entanto, abstiveram-se<sup>11</sup> de confrontar a Itália, selando definitivamente a derrocada etíope frente ao exército fascista (MARCUS, 1994).

Tal quadro seria alterado quando da eclosão da Segunda Guerra Mundial em solo europeu, em 1939: “estando agora as três potências imperiais no Chifre divididas, com a Itália e a Grã-Bretanha em lados opostos e a França capitulada, a guerra chegou também ao Chifre” (WOODWARD, 2002, p. 17, tradução nossa). Com efeito, os britânicos invadem a Etiópia, então ocupada pelos italianos, partindo do Sudão e da África Oriental, uma vez que a libertação desta era vista como uma forma de proteger o flanco do Mar Vermelho do Canal de Suez contra as forças do Eixo (WOODWARD, 2002). Este movimento obtém sucesso, culminando com a vitória, na África, sobre a Itália e com o retorno de Haile Selassie I ao trono etíope em 1941. Faz-se necessário pontuar, por outro lado, que, embora tivesse o imperador contado com o apoio britânico para a restauração da independência etíope, a influência externa, mesmo que indireta, não lhe era interessante. O Acordo de Adis Abeba de 1942, por exemplo, ainda que reconhecesse a Etiópia como uma nação soberana e independente, resguardava concessões e prioridades aos britânicos, limitando, em última

---

<sup>9</sup> Consoante Lata (2004, p. 108) as negociações intereuropeias quanto ao território etíope não foram informadas ao Imperador Selassie I; em termos práticos, tal fato acarreta o entendimento de que tanto britânicos quanto franceses guiavam-se pela premissa italiana de que a Etiópia não era um país que usufruía de plena condição de independência: assim, “os etíopes assistiam impotentes enquanto as potências negociavam o seu destino”.

<sup>10</sup> A progressiva incursão italiana data já de 1925, quando iniciaram a patrulhar estratégicas porções de água ao longo do território etíope, inclusive com a construção de rodovias para interligação das regiões nas quais estavam presentes. A principal frente de avanço italiano partia de Mogadíscio e da Somália Italiana como um todo. Não raramente, a Itália fascista buscava a reinterpretção de textos legais que estabeleciam os limites etíopes e italianos, visando a abordagens de demarcação que favorecessem os europeus (MARCUS, 1994).

<sup>11</sup> Em outubro de 1935, deve-se pontuar, a Liga das Nações de fato reconheceu a Itália como um agressor, impondo-lhe sanções. Tal movimento, contudo, foi tardio e não repercutiu de maneira prática contra a invasão italiana à Etiópia (MARCUS, 1994).

instância, a liberdade de ação<sup>12</sup> do governo etíope. Selassie I, assim, recorre aos Estados Unidos da América<sup>13</sup> (EUA), para que intercedessem, em negociações, a seu favor, obtendo uma resposta positiva de seus pares estadunidenses – o que está relacionado à política anticolonial destes e à visão de que a Etiópia possuía extenso potencial para desempenhar um papel estratégico no cenário africano pós-guerra (MARCUS, 1994).

Isto posto, o fato é que, a meados da década de 1940, o sistema internacional como um todo perpassava um momento de remanejamento. O final da Segunda Guerra Mundial, a vitória dos Aliados e a consequente derrota do Eixo, a edificação da Organização das Nações Unidas (ONU), a emergência dos EUA e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como superpotências sistêmicas, bem como o declínio relativo das potências imperialistas europeias, transformavam as relações tanto entre os Estados quanto entre metrópoles e colônias. As negociações acerca das muitas questões pendentes herdadas da Segunda Guerra Mundial, destarte, seriam permeadas por novos atores e novas motivações. Aqui, em específico, cumpre analisar as discussões relacionadas ao destino das colônias italianas no pós-guerra. A saber, mediante o Tratado de Paz de Paris (1947), abordaram-se os ajustes territoriais resultantes da extinção da África Oriental Italiana – Eritreia e Somalilândia Italiana<sup>14</sup> –, ou seja, a renúncia da soberania italiana sobre estes territórios, abrindo espaço para as discussões acerca de quem se tornaria responsável por tais colônias. Tais negociações foram levadas a cabo nos quadros da Comissão das Quatro Potências, composta pelos EUA, pela URSS, pela França e pelo Reino Unido (WOODWARD, 2002).

Inicialmente, os britânicos, cujo papel fora essencial na libertação da Etiópia, passam a orquestrar uma divisão territorial por meio da qual as colônias italianas fossem colocadas sob a sua esfera de influência (LATA, 2004). De acordo com Cardoso (2019), na realidade, desde a expulsão da ocupação italiana, o Ogaden, a Eritreia e a Somalilândia Italiana já estavam sob gerência da Administração Militar Britânica (AMB); permanecia pendente, no entanto, a chancela internacional quanto à concretização desta administração. Com efeito, considerando as transições sistêmicas acima dispostas, é possível afirmar que os britânicos não mais

---

<sup>12</sup>Marcus (1994, p. 153, tradução nossa) é preciso ao descrever algumas das medidas estabelecidas por Selassie I na tentativa de dirimir a ingerência externa na Etiópia: “[...] a obtenção de conselheiros não-britânicos, o efúgio do controle de Londres sobre as finanças e os costumes etíopes, e o término da presença militar britânica no Ogaden, em Dire Daua e ao longo da linha férrea”.

<sup>13</sup>De volta ao trono, Selassie I leva a cabo, dentre outras medidas de modernização, um processo de fortificação do exército nacional, visando à garantia de que o destino do Império não fora, mais uma vez, subjugado por uma força adventícia. Houve, nesse contexto, aproximação etíope-estadunidense, sendo um dos mais significativos resultados a cooperação na criação do Exército Imperial Etíope (EIA), em 1943 (CARDOSO, 2019, p. 87).

<sup>14</sup>Entre 1935 e 1941, no ínterim de domínio italiano sobre a Etiópia, tal nação também compunha a África Oriental Italiana.

usufruíam do capital político necessário para levar a cabo tal intuito (WOODWARD, 2002). Nesse sentido, a primeira e prioritária frente diplomática em torno da qual os Estados Unidos, fortalecidos no pós-guerra, atuaram foi quanto à reintegração de posse do Ogaden por parte da Etiópia, sua nova aliada estratégica no Chifre Africano. Assim, em setembro de 1948, o Ogaden é reincorporado à Etiópia. O próximo passo na pauta do país africano e dos Estados Unidos seria quanto à Eritreia, sobre a qual os etíopes reivindicavam soberania histórica (MARCUS, 1994).

Muito embora visasse a Etiópia à incorporação do território eritreu ao Império, as potências à época percebiam a questão com maior cautela. Havia, no entanto, divergências substanciais entre britânicos, estadunidenses, franceses e soviéticos quanto ao destino da Eritreia, tornando complexa a resolução de tal questão. Soviéticos e estadunidenses propunham uma gestão fiduciária; divergiam, contudo, quanto à natureza de tal gestão: os EUA advogavam por uma administração coletiva da ONU, enquanto a URSS priorizava a gestão individual. De igual maneira, a posição britânica diferia da opinião francesa: ao passo que o Reino Unido visava à partilha do território entre etíopes e sudaneses, a França propunha a volta da administração italiana (TROCO, 2019). Nesse sentido, a recém-criada ONU tornou-se o modelo institucional utilizado para abordar a questão eritreia, sendo, assim, estabelecida uma Comissão das Nações Unidas (CNU) encarregada da emissão de um parecer. A CNU deveria considerar “as opiniões da população eritreia, a sua capacidade de autogoverno, os interesses regionais sobre paz e segurança da África Oriental, e as reivindicações da Etiópia para que a Eritreia se juntasse novamente à sua ‘pátria etíope’ [...]” (IYOB, 1995, p. 64 apud TROCO, 2019). Novamente, houve divergências internas na CNU, cujo parecer não fora categoricamente esclarecedor, enfim culminando com a apreciação da questão eritreia na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) em 1950. A Resolução 390 A(V), aprovada com 46 votos, conclamava a federação da Etiópia e da Eritreia, o que foi selado quando da ratificação da Constituição eritreia pelo Imperador Selassie I em 1952 (ARAYA, 1990). De certa maneira, a federação da Etiópia e da Eritreia, em 1952, representa a independência<sup>15</sup> – ou, ao menos, o desprendimento – destes territórios frente à administração colonial europeia.

---

<sup>15</sup>É necessário destacar, contudo, que tal movimento, para os eritreus, não representou a independência da Eritreia – haja vista os sucessivos movimentos de libertação nacional que serão analisados adiante –, mas sim a retirada de forças europeias da região. A independência formal do Estado da Eritreia data de maio de 1993.

Quanto aos territórios somalis<sup>16</sup>, o desfecho foi adverso. Após a derrota italiana, os britânicos haviam tanto retomado a Somalilândia Britânica quanto conquistado a Somalilândia Italiana, com ambas, agora, sendo administradas como protetorados. Nos quadros da Comissão das Quatro Potências, contudo, novamente devido ao receio de que o Reino Unido expandisse seu império em demasia no Chifre da África, decidiu-se pela priorização do *status quo ante bellum*, ou seja, pela devolução da Somalilândia Italiana aos italianos, cuja administração passaria a estar sob o regime de tutela<sup>17</sup> internacional da ONU, o que também foi chancelado pela AGNU em 1949. Em 1950, assim, a Itália retorna ao Chifre da África, responsável por preparar, dentro de um período de dez anos, a Somalilândia Italiana para a independência. Nesse ínterim, também adquire força a Liga da Juventude Somali (LJS), um movimento político dominante com atuação em todos os territórios nos quais o povo somali estava assentado. Dentre suas reivindicações, a garantia da retirada imperialista ao final do período de dez anos e a preferência da unificação à descentralização clânica recebiam redobrado destaque (AHMED, 1999).

De fato, ao longo da década de 1950, a preparação para a independência era uma realidade na Somalilândia Italiana, inclusive com o incentivo às atividades político-partidárias por parte dos colonizadores. A aceitação britânica quanto à descolonização, por outro lado, foi realizada de maneira súbita, tardia e, portanto, desordenada. Na Somalilândia Britânica, manifestações políticas evidentes eram reprimidas, na mesma medida que a atuação da LJS não era reconhecida oficialmente pelas autoridades coloniais. De qualquer maneira, na segunda metade da década de 1950 – em parte devido às experiências britânicas na Crise de Suez de 1956 –, o Reino Unido decide pela desistência da sua colônia somali, culminando com a independência da Somalilândia Britânica em junho de 1960. Cinco dias depois, a Somalilândia Italiana também se junta ao rol dos Estados independentes, fato que abre espaço para a unificação de ambas sob a República Somali, com sede em Mogadíscio. Woodward afirma que (2002, p. 28, tradução nossa) a independência somali, em especial da sua porção britânica, “foi uma jogada apressada para a qual pouco planejamento havia sido realizado, o que significava que parte do legado do novo estado era uma unificação deveras súbita”.

Para todos os efeitos, no limiar da década de 1960, apenas a Somalilândia Francesa ainda não havia obtido independência. A saber, em 1958, Charles de Gaulle cria a Quinta

---

<sup>16</sup>O povo somali, no contexto do imperialismo europeu, estava espalhado pelas seguintes divisões territoriais: Somalilândia Francesa, Somalilândia Britânica, Somalilândia Italiana, região do Ogaden (Etiópia) e norte do Quênia (WOODWARD, 2002).

<sup>17</sup>O Sistema de Tutela Internacional da ONU incumbia os colonizadores da promoção do desenvolvimento humano e material das colônias, visando à futura independência.

República na França, em um contexto de crise do modelo colonial francês tanto na África quanto na Indochina. A proposta gaullista para as colônias foi impressa na nova Constituição, que, além de criar a Comunidade Francesa, sugeria a manutenção da sujeição das colônias frente à metrópole por meio da transformação destas em Estados comunitários. A grande questão, contudo, é que de Gaulle propunha referendos nos territórios africanos, por meio dos quais um voto negativo à metrópole resultaria em independência automática. Nesse sentido, uma vez realizados tais referendos, apenas a Guiné havia votado de maneira contrária à federação à Comunidade Francesa (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2014). Na Somalilândia Francesa, dada a iminência da independência e unificação somali (1960), o referendo buscava averiguar o desejo da população de vincular-se à República Somali ou de permanecer junto à Comunidade Francesa. As parcelas issas e afares – dois dos principais grupos étnicos –, juntamente aos residentes europeus, venceram a população somali em uma votação tumultuada, marcada por alegações de fraude e de criação de empecilhos, por parte dos franceses, à participação somali. De qualquer maneira, a vitória do “não” à independência garantiu a vinculação do território à Comunidade Francesa até 1977 (BARRINGTON, 2006).

### 2.3 O CENÁRIO REGIONAL DURANTE A GUERRA FRIA E OS IMPACTOS COM O FIM DA BIPOLARIDADE

No contexto das independências africanas, era inegável a proeminência político-diplomática da Etiópia e de Haile Selassie I: o simbolismo em torno de ambos, relacionado ao fardo de única elite nacional a resistir ao imperialismo europeu, fazia com que demais líderes africanos admirassem o Império, ou ao menos que o respeitassem. Devido a tal capitalização política, Selassie logrou concentrar em Addis Abeba a sede de duas organizações internacionais emergentes: a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA), em 1958, e a Organização da Unidade Africana (OUA), em 1963. Para os etíopes, além da natural afeição ao prestígio em escala continental, interessava-lhes a política da recente OUA de manutenção das fronteiras africanas vigentes. Nesse sentido, “o papel de Haile Selassie de estadista sênior [...] proporcionou aos etíopes uma espécie de estatura moral diplomática que neutralizou as reivindicações da Somália e da Eritreia contra o império” (CHAZAN *et al.*, 1999, p. 384, tradução nossa). Além disso, a parceria estratégica etíope-estadunidense também contribuía para a manutenção da proeminência regional de tal nação, o que parecia indicar um caminho de estabilidade à frente. O Chifre da África, na segunda metade do século XX, no entanto, vivenciou tudo, exceto estabilidade. A Revolução Etíope de

1974, a Guerra de Libertação da Eritreia (1961/1962-1991), a Guerra do Ogaden (1977-1978), bem como a eclosão da Guerra Civil na Somália corroboram tal afirmação. É necessário enfatizar, ademais, que a região foi palco da bipolaridade sistêmica entre EUA e URSS no contexto da Guerra Fria, o que reverberou regionalmente através de guerras por procuração e de fragmentação institucional dos Estados via guerras intraestatais (SCHMIDT, 2013).

Iniciemos, assim, pela análise da questão da Eritreia, a fim de seguir o desenrolar cronológico dos acontecimentos. Tão logo estabeleceu-se a federação etíope-eritreia (1952), conforme visto acima, o Império Etíope implementou uma política de erosão da autonomia eritreia, haja vista a percepção de que tal território compunha a Etiópia “histórica” previamente ao imperialismo europeu. Como consequência, o governo de Selassie I lançou mão de artifícios institucionais a seu alcance para a consecução deste propósito, a exemplo da subordinação da corte federal eritreia à corte federal etíope (1952), da remoção de tigre e tigrínia como idiomas oficiais da Eritreia e da substituição destes pelo amárico, bem como da alteração denominativa de “governo” para “administração” eritreia. Tais ações, de maneira contraintuitiva, eram chanceladas pela própria Assembleia eritreia, a qual, em 1962, enfim votou pela revogação do pacto federal, culminando com a incorporação da Eritreia como 14ª província do Império Etíope (TESFAGIORGIS, 2010; IYOB, 1995; TROCO, 2019).

O cenário montado, evidentemente, causava insatisfação entre a população eritreia, que passou a organizar frentes de resistência ainda na década de 1950. Em 1958, destarte, surge o Movimento de Libertação da Eritreia (MLE), porém este logo seria dissolvido e substituído, em 1960, pela Frente de Libertação da Eritreia (FLE), que passou a liderar e incentivar a luta armada. Após sucessivas dissidências internas e constante surgimento de novas organizações, houve certa unificação destas, abrindo espaço para a emergência e solidificação de mais um braço armado da resistência: a Frente Popular para a Libertação da Eritreia (FPLE). As divisões internas na Eritreia – que, posteriormente (1970), tornar-se-iam uma guerra civil entre a FLE e a FPLE – eram exploradas pelo Império de Hailé Selassie, que emulava a já existente estratégia militar de dividir para conquistar (PATEMAN, 1990).

Faz-se imperativo pontuar que, nesse ínterim, a penetração extrarregional passou a ser um fator interveniente de intensa escala no Chifre da África. Como visto, os estadunidenses mantinham estreitos laços com os etíopes, considerados o mais estável pilar de resistência contra o comunismo na região. Além disso, os EUA mantinham uma base de comunicações em Asmara e utilizavam frequentemente o porto de Massawa, estando ambas instalações no território eritreu, de tal maneira que o apoio ao governo etíope contra a resistência armada ia diretamente ao encontro dos interesses estadunidenses. Nesse sentido, “os EUA provieram à

Etiópia mais de US\$280 milhões em auxílio militar entre 1953 e 1977, [...] construindo um exército de 47 mil homens utilizado para reprimir a dissidência interna, para combater a luta de independência eritreia e para afastar o expansionismo somali” (SCHMIDT, 2013, p. 145, tradução nossa). Na mesma medida, o Estado de Israel, receoso de que uma Eritreia independente – cuja população era 56% islâmica – se juntasse ao mundo árabe na oposição a si e operasse um bloqueio marítimo no Mar Vermelho, também supria militarmente a Etiópia (VISENTINI et al., 2013). Por outro lado, a resistência armada dos eritreus recebia apoio de Estados expoentes do pan-arabismo, como Egito, Líbia, Síria, Iraque e Iêmen do Sul (HERACLIDES, 1991 apud TROCO, 2019), e, de maneira indireta, via Síria, da União Soviética e da República Popular da China até 1972<sup>18</sup> (PATMAN, 1990). Não obstante fosse o auxílio externo dos eritreus módico comparado à assistência militar recebida dos EUA e de Israel pela Etiópia, Visentini *et al.* (2013, p. 312) pontuam que, “[...] em 1974, os rebeldes já haviam tomado mais de 95% do território da Eritreia, de forma que pareciam remotas as chances de derrotar os movimentos secessionistas militarmente”. Este ponto será retomado adiante.

O ano de 1974 foi, na realidade, extremamente emblemático para o cenário regional do Chifre da África, haja vista os movimentos político-militares que se desenvolviam na Etiópia, cujo resultado alteraria diametralmente a correlação de forças e o engajamento externo na região. A saber, conforme analisa Selassie (1982, p. 22), utilizando-se de observações de Marx quanto à essência do capitalismo: “todo sistema produz os seus próprios coveiros”. De fato, a Revolução Etíope de 1974, que depôs o Imperador Hailé Selassie I, que dissolveu o parlamento e que representou a “[...] única revolução social que a África moderna já vivenciou” (CLAPHAM, 2000, p. 7 apud VISENTINI et al., 2013, p. 327), foi produto da decepcionante política econômica *à la* Ocidente empregada pelo imperador. A economia etíope havia sido indexada ao capitalismo internacional, de tal maneira que massiva parte da produção nacional estava voltada exclusivamente às exportações de café e de oleaginosas. As produções alimentícia e industrial para abastecimento interno minguavam, na mesma medida que o desemprego aumentava tanto no campo quanto nas cidades; as condições de vida em diversas regiões do Império, portanto, eram já subumanas. Três acontecimentos, em especial, contribuíram para a catalisação do ímpeto revolucionário: (i) o primeiro choque do petróleo, que aumentou o preço da gasolina no país, causando a primeira greve geral da história nacional; (ii) as derrotas arrasadoras que a Etiópia sofreu em território eritreu, entre dezembro

---

<sup>18</sup>Cardoso (2019, p. 95) destaca que o apoio militar chinês à FLE cessou quando do reconhecimento da República Popular da China pelo Império Etíope.

de 1973 e janeiro de 1974, o que exacerbou a revolta dos militares quanto às más condições sob as quais as forças armadas operavam; e, por fim, (iii) a seca generalizada, seguida de fome, nas regiões do Wolo e do Tigré, culminando com a morte de, aproximadamente, 200 mil pessoas. O quadro de crise, portanto, abriu espaço para que um grupo de oficiais militares intitulado DERG – Comitê de Coordenação das Forças Armadas, Polícia e Exército Territorial – tomasse o poder, extinguindo a monarquia e substituindo-a por um governo militar de orientação Marxista-Leninista<sup>19</sup> (SELASSIE, 1982; VISENTINI, 2013; SCHMIDT, 2013).

Inicialmente, a administração estadunidense de Gerald Ford manteve o apoio à Etiópia – agora governada pelo DERG, apesar das inclinações socialistas deste –, de tal maneira que o auxílio militar dos EUA à nação africana, nos três anos subsequentes à revolução, inclusive aumentou, atingindo o patamar de US\$180 milhões. O vetor de mudança, na verdade, seria a própria Etiópia, que, pressentindo a vulnerabilidade da aliança estadunidense-etíope, especialmente com a iminência da vitória eleitoral de Jimmy Carter<sup>20</sup>, assina um acordo secreto de transferência de armas com a URSS em dezembro de 1976. No ano seguinte, já sob Carter, os EUA realizam o corte integral de todas as entregas de armamento e de quaisquer formas de crédito militar à Etiópia, além de anunciarem o início da venda de armas à Somália, adversária regional do DERG (SCHMIDT, 2013). Com isso – lê-se, a transição de engajamento da Etiópia em favor da URSS –, inicia-se a dança dos Estados do Chifre da África entre as duas superpotências da Guerra Fria. O outro realinhamento estratégico de vulto ocorreria com a Somália, que faria o caminho inverso, conforme descrito abaixo.

A saber, desde a independência em 1960, a Somália vivenciava um íterim de ordem democrático-republicana; em 1969, contudo, ocorre uma ruptura institucional por meio de um golpe militar, culminando com a ascensão do General Mohammed Said Barre ao cargo de Presidente, com a dissolução do parlamento e com a proclamação da República Democrática da Somália<sup>21</sup>. Nessa altura, mesmo anteriormente ao golpe militar, a nação já possuía laços com a URSS, com a qual os africanos haviam firmado um pacote de US\$55 milhões em

---

<sup>19</sup>Quanto às políticas implementadas pelo DERG, Schmidt (2013, p. 146, tradução nossa) enfatiza que “[...] o regime aboliu a monarquia e nacionalizou grande parte da economia, incluindo bancos, indústrias, empresas comerciais e terras. Um grande programa de reforma agrária dividiu grandes propriedades feudais em cooperativas de camponeses. Uma campanha de alfabetização em massa altamente eficaz disseminou a educação no interior”.

<sup>20</sup>Jimmy Carter preconizava a vinculação do auxílio militar estadunidense para Estados terceiros à observância de valores liberais e de práticas humanitárias nestes (SCHMIDT, 2013).

<sup>21</sup>A fase republicana na Somália, previamente a 1969, havia deixado o país sob severas condições socioeconômicas, de tal maneira que os primeiros objetivos de Said Barre estiveram relacionados ao desenvolvimento pela via socialista. Para tanto, houve a nacionalização de setores-chave para a economia nacional – petróleo, infraestrutura, bancos, etc. –, bem como uma política de alfabetização generalizada, visando à redução das vulnerabilidades humanas existentes no país (LEWIS, 2008).

auxílio e treinamento militar. Com a aproximação de Said Barre ao socialismo, estreitou-se a relação com os soviéticos, de tal maneira que, devido à cooperação técnico-militar, em 1976, as forças armadas somalis já possuíam o quarto maior poder de fogo da África Subsaariana, e os soviéticos já haviam firmado pé em Berbera e Mogadíscio, mediante a construção de bases aéreas e navais. Aliados globais da URSS também se faziam presentes na Somália: os cubanos, por exemplo, treinavam o exército somali, ao passo que a Alemanha Oriental contribuía para o desenvolvimento do Serviço de Segurança Nacional (SSN) da Somália (PATMAN, 1990).

A oscilação na correlação de forças regional, contudo, logo ocorreria novamente. Em 1974, sucede o ingresso da Somália na Liga Árabe, uma organização, na visão dos soviéticos, demasiadamente exposta à influência da Arábia Saudita<sup>22</sup>, que visava à contenção da URSS no Oriente Médio. Outro fator que contribui para o esfriamento do interesse soviético na Somália, como visto acima, foi a consolidação do marxismo-leninismo do DERG etíope, haja vista que, já em 1977, “[...] o Kremlin estava convencido de que o DERG possuía credenciais marxistas mais fortes do que o seu homólogo somali [...]” (SCHMIDT, 2013, p. 149, tradução nossa), sendo, portanto, mais merecedor do auxílio econômico-militar da URSS. A guerra etíope-somali de 1977-1978, também conhecida como Guerra do Ogaden, selou a nova configuração estratégica do Chifre Africano, conforme abaixo.

Em 1977, de maneira geral, o cenário regional do Chifre da África envolvia os seguintes elementos: (i) o novo governo de Said Barre, empenhado na consolidação de uma Grande Somália que abrangesse todos os territórios de maioria somali, incluindo o Ogaden etíope; (ii) a Revolução Etíope de 1974 e os seus desdobramentos; e (iii) o realinhamento estratégico frente às superpotências, transferindo a polarização regional para o eixo Etiópia-URSS vs. Somália-EUA. As motivações da Guerra do Ogaden, bem como o seu desfecho, foram produto de uma aglutinação de todos esses fatores. A saber, em 1977, na tentativa de conquistar o primeiro território da planejada Grande Somália, Said Barre invade a Etiópia na região do deserto do Ogaden, gerando uma guerra interestatal de atrito entre ambas. Inicialmente, o cálculo somali parecia proceder: após a revolução, o DERG havia herdado um país social e institucionalmente fraturado, permeado por insurgentes eritreus, afares, tigríneos e oromos; além disso, muito embora fosse o exército etíope mais numeroso, os somalis estavam corretos ao perceberem que dispunham de mais avançada tecnologia em seus

---

<sup>22</sup>De acordo com Chazam *et al.* (1999, p. 457, tradução nossa) os sauditas “[...] adotaram a Somália após o rompimento com a União Soviética; a Arábia Saudita [...], ao longo dos anos 1980, forneceu grande ajuda de caráter, dentre outros, militar”.

batalhões, tanques, artilharia, mísseis e aviões-caça, recebida em sua maioria da frutífera cooperação com os soviéticos. De fato, os resultados iniciais da campanha iam ao encontro dos intuítos somalis, culminando com a ocupação de 90% do Ogaden por parte destes (TAREKE, 2009; CARDOSO, 2019; SCHNEIDER, 2010; HENZE, 1991).

Conforme se intensificavam as hostilidades, contudo, um fator não calculado pelas forças de Said Barre tornou-se evidente: dado o realinhamento estratégico recente, não apenas a URSS passou a apoiar militarmente a Etiópia, mas também cubanos, iemenitas e norte-coreanos se juntaram no treinamento das tropas etíopes. Segundo Adejumobi (2007, p. 125, tradução nossa), “entre 1977 e 1978, a ajuda militar dos soviéticos à Etiópia foi estimada em 1 bilhão de dólares americanos, ultrapassando, assim, o montante total de auxílio estadunidenses à Etiópia entre 1953 e 1977”. Igualmente precisa, Schmidt (2013, p. 152, tradução e grifo nossos) pondera o curioso fato de que o “exército etíope *apoiado pelos soviéticos* foi capaz de contra-atacar o exército somali *construído pelos soviéticos [...]*”, enfim ratificando a derrota da Somália de Said Barre e a retumbante vitória da Etiópia pós-revolução (TAREKE, 2009; CARDOSO, 2019; SCHNEIDER, 2010; ADEJUMOBI, 2007; HENZE, 1991). Em balanço, conforme Chazan *et al.* (1999, p. 386, tradução e grifo nossos):

[...] A ajuda soviética, reforçada pelas tropas cubanas, acabou restaurando o *status quo* territorial *ante bellum* no Chifre da África. O estudante de relações interafricanas não pode deixar de ficar impressionado com o paradoxo do Chifre. Por um lado, vemos a determinação inabalável dos atores locais de perseguir seus objetivos por qualquer meio disponível. Por outro lado, vemos como os atores locais dependem do apoio externo. A fim de perseguir seu objetivo principal de integridade territorial, a Etiópia orquestrou uma nova relação de suprimento militar quando a antiga fracassou. A Somália, [frente a isso], foi *obrigada* a trocar seu protetor. A União Soviética, podemos acrescentar, fez uma valente tentativa de reconciliar os adversários em nome de valores socialistas comuns, mas nenhum dos lados se comprometeu, obrigando os soviéticos a escolher seu parceiro. Os Estados africanos tiveram a *liberdade de se realinhar*, mas não os recursos para lidar autonomamente com seu problema.

Retoma-se, agora, a questão da Eritreia: “enquanto a Etiópia e a Somália competiam pelo domínio regional, a Eritreia lutava uma guerra pela sua independência” (SCHMIDT, 2013, p. 165, tradução nossa). Como visto anteriormente, em grande parte da década de 1970, em especial no ápice da Revolução Etíope de 1974, os separatistas eritreus haviam logrado conquistar o controle das mais importantes cidades; Markakis (1987), ademais, afirma que a integralidade da Eritreia já estava sob controle da FLE e da FPLE em 1978. Argumenta-se, contudo, que, nesse ínterim, a atenção etíope estava centrada nos esforços de guerra contra a Somália, que desempenhava maior ameaça, em termos de capacidades, do que os insurgentes eritreus (PATEMAN, 1990). Uma vez vitorioso na Guerra do Ogaden, e agora contando com

massivo auxílio militar soviético<sup>23</sup>, o DERG etíope redirecionou seus esforços contra os separatistas, assim lançando mão de uma forte ofensiva militar na Eritreia. Tal ofensiva, juntamente a operações subsequentes, garantiu-lhes a retomada das principais cidades eritreias ainda no ano de 1978. Nessa altura, entrou-se em um período de impasse estratégico – que duraria até 1984 – no qual o conflito não se intensificava, mas tampouco era resolvido. A principal ocorrência neste intervalo de tempo foi o colapso da FLE, que foi expulsa para o Sudão, e a consequente atuação hegemônica da FPLE (SCHMIDT, 2013).

Nesse ínterim, faz-se necessário assinalar que a Somalilândia Francesa – a qual, na verdade, desde 1967, levava o nome de Território Francês dos Afares e Issas, em uma tentativa de reduzir a importância da parcela somali da população e evitar o ímpeto de unificação desta à vizinha Somália – já havia completado o seu processo de independência, culminando com a proclamação da atual República do Djibouti em 27 de junho de 1977. A independência foi produto de mais um referendo, cujo resultado, dessa vez, apontou a vontade de 98,8% da população de se desvincular da França. Apesar da independência política formal, o auxílio do exército francês garantiu o controle das finanças e a defesa nacional para o governo djibutiano nos primeiros quinze anos de existência do Estado, em meio a um cenário regional marcado por guerras e perene instabilidade. Além disso, tão logo obteve independência, o Djibouti foi circunscrito à esfera de influência francesa em organizações internacionais, a exemplo da ONU e da OUA, seguindo as diretrizes diplomáticas do governo francês e os padrões de voto deste, bem como manteve a hospedagem de bases militares francesas em seu território. Nesse sentido, o termo de cunho pejorativo “*Françafrique*”, que designa as relações neocoloniais da França com suas ex-colônias, cabe também à situação da República do Djibouti (VERSCHAVE, 2003). Hassan Gouled Aptidon foi o primeiro presidente do país, permanecendo no cargo até 1999. A sua política externa estava baseada em duas frentes: (i) desempenhar um perfil discreto no Chifre, lançando-se como um intermediário crível em meio à polarização – o que delegou ao Djibouti a sede da principal instituição regional, a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD); e (ii) compensar a sua pequena extensão territorial por meio de um papel ativo em fóruns internacionais (STYAN, 2016).

---

<sup>23</sup>Nesse contexto, faz-se interessante observar que a FPLE, uma organização de caráter marxista-leninista, parou de receber auxílio da URSS e de países afiliados quando da aproximação etíope-soviética (CARDOSO, 2016), o que simboliza mais uma frente afetada pela “dança” entre as superpotências após a Revolução Etíope de 1974. De acordo com Schmidt (2013), uma Etiópia unida e fortificada, com acesso ao litoral do Mar Vermelho, servia mais aos interesses soviéticos do que a independência eritreia. Quanto aos cubanos especificamente, Cardoso (2016) e Schmidt (2013) apontam que estes não se envolveram na ofensiva etíope contra a Eritreia em 1978; Sherman (1980) aponta o inverso, ressaltando o auxílio cubano e sul-remenita às forças etíopes.

Ao longo da década de 1980, conforme o sistema internacional se encaminhava para a dissolução da União Soviética e o conseqüente fim da Guerra Fria, ambos selados em 1991, os ventos da mudança já sopravam sobre o Chifre da África. Como visto, como desdobramento da Guerra do Ogaden, os EUA aumentaram o auxílio militar e financeiro – que correspondeu a US\$500 milhões até 1986 – ao regime de Said Barre na Somália, em troca de acesso a bases aéreas e navais em Berbera e Mogadíscio, anteriormente pertencentes à URSS. Apesar do vultuoso auxílio, o fato central era que a Somália estava, de fato, já em crise. A derrota no Ogaden representou não apenas um duro golpe no nacionalismo pan-somali a que se visava, mas também a gênese da desintegração do Estado somali. Desde então, as bases tanto materiais quanto políticas do Estado estavam erodidas, e o governo já não mais era plenamente legítimo frente aos seus governados (LAKA, 2004).

Nesse contexto, começaram a surgir grupos dissidentes compostos ora por rebeldes afiliados a clãs ora por militantes islâmicos, o que abre espaço para grande repressão interna pelo exército de Said Barre, seguida de graves violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado. Em 1988, Etiópia e Somália reatam relações diplomáticas, em uma tentativa de conter a insatisfação generalizada em território somali; tal evento não surte o efeito desejado, inclusive acarretando o aumento das hostilidades. Paralelamente, o iminente colapso da URSS diminui o interesse estadunidense na Somália, culminando com o anúncio de George H. W. Bush, sobre o pano de fundo das violações de direitos humanos, do término do auxílio estadunidense à nação africana em 1989. O cenário estava completo, portanto, para a perseguição e deposição de Said Barre, o que ocorre em 1991, e para a derrocada do país ao estado de guerra civil generalizada (SCHMIDT, 2013), que segue ainda vigente em 2019.

No outro polo regional, a Etiópia também minguava. A saber, em 1984, um período de fome vitimou cerca de um milhão de etíopes, exacerbando a insatisfação popular contra o DERG, que desempenhava uma política econômica decepcionante, haja vista o já cambaleante apoio da União Soviética em crise. Com isso, a oposição às autoridades estatais passou a realizar operações de guerrilha; quatro dos principais grupos – Organização Democrática dos Povos de Oromo (ODPO), o Movimento Nacional Democrático Amhara (MNDA), a Frente Democrática dos Povos do Sul da Etiópia (FDPSE) e a Frente de Libertação do Povo Tigré (FLPT) – formaram uma aliança que culminou com a Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (FDRPE), que visava à deposição do DERG. As operações militares da FDRPE resultaram na conquista do porto de Massawa, entre outros, colocando-a na posição de iminente domínio da capital etíope, Addis Abeba. Nesse momento, o DERG buscou apoio político-diplomático internacional para conter o avanço dos

insurgentes, sem, contudo, obter sucesso. Em maio de 1991, a FDRPE toma a capital, depõe o DERG e inicia a formação de um governo de transição na Etiópia, acarretando a redação e adoção de uma nova Constituição, bem como culminando com a proclamação da República Federal Democrática da Etiópia e com a convocação de eleições (ADEJUMOBI, 2007).

Nesse contexto, com a fragmentação do poder etíope, a luta de libertação da Eritreia adquire força. Já em 1988, na Batalha de Afabet, os eritreus haviam logrado uma vitória sobre o exército do DERG, desmoralizando-o. Cumpre ressaltar, ademais, que a FPLE compunha um dos grupos de oposição à autoridade central – conforme descrito acima –, inclusive recebendo apoio da FLPT e de demais frentes armadas. Em 1990, significativa maioria das cidades na Eritreia já estavam libertas e, em 1991, a FPLE conquista Asmara, principal cidade do território, quatro dias antes da vitória da FDRPE em Addis Abeba. A partir disso, a Eritreia passou a exercer, na prática, a sua independência. Logo, atores externos passaram a preparar o caminho para o reconhecimento formal da soberania eritreia; os EUA, que historicamente não apoiavam a luta por autodeterminação do povo eritreu, por exemplo, agora defendiam um referendo da ONU no país, abrindo espaço para que outros o seguissem, inclusive a OUA<sup>24</sup> (PAQUIN, 2010). Tal referendo, destarte, ocorreu em abril de 1993, com 99,8% dos votos em favor da independência. A Missão de Observação das Nações Unidas para a Verificação do Referendo na Eritreia (UNOVER) comprovou a idoneidade do processo eleitoral, enfim ratificando a adesão do Estado da Eritreia à ONU em 1993 (TROCO, 2019).

No pós-Guerra Fria, portanto, todos os Estados que compõem o atual Chifre já haviam obtido independência. Após perpassar um período marcado por severas instabilidades internas, trocas de regime e guerras interestatais convencionais, o sistema regional pedia fôlego. O término do conflito bipolar também contribuía para o esvaziamento estratégico da região, com tanto a União Soviética, em maior escala, quanto os Estados Unidos retraindo as suas operações e seus repasses em auxílio econômico e militar. Nesse sentido, tem-se o cenário descrito por Cliffe (1999 apud CARDOSO, 2016, p. 152), que apontava para “[...] um breve período de détente entre 1991 e 1994, caracterizado por diversas iniciativas regionais para a resolução de conflitos, [...] bem como pelos processos de integração econômica envolvendo países da região”. As expectativas de pacificação, contudo, foram logo frustradas.

A começar pela Guerra Civil na Somália (1991-...), a década de 1990 legou um dos mais complexos períodos da história nacional. Face à generalizada pulverização do Estado

---

<sup>24</sup>Na África, desde as independências, conflitos de secessão e a legitimidade estatal de movimentos de libertação nacional e/ou autodeterminação não são tradicionalmente aceitos pelas organizações regionais. Apenas a Eritreia (1993) e o Sudão do Sul (2011) obtiveram sucesso em tal empreitada. Os escritos de Troco (2019) e Iyob (1995) elucidam os fatores que fizeram da libertação eritreia e sul-sudanesa movimentos bem-sucedidos.

somali, a ONU envia ao país a Operação das Nações Unidas na Somália I (UNOSOM), em 1992, que objetivava ao suprimento de alimentos e à promoção do diálogo entre as partes beligerantes. A questão do desarmamento, contudo, pouco havia sido fomentada, o que abre espaço para substituição da primeira operação pela UNOSOM II, em 1993, agora também incumbida desta atribuição. As forças beligerantes somalis, no entanto, receberam ambas as operações com demasiada inquietude, haja vista o argumento de que as Nações Unidas e outros Estados envolvidos – em especial, os EUA – infringiam a soberania da Somália ao interferirem em assuntos domésticos (LEWIS, 2008).

Ainda em 1993, assim, ocorre a Batalha de Mogadíscio, na qual forças somalis lançam uma ofensiva contra a UNOSOM II e contra os EUA, resultando em, aproximadamente, 500 baixas somalis, 19 baixas estadunidenses e 2 baixas de forças da ONU. Como resultado, em 1994, o presidente estadunidense à época, Bill Clinton, anuncia a total retirada das suas forças armadas da Somália, o que foi sucedido pelo cancelamento da UNOSOM II por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A partir disso, instituições regionais – com a devida ênfase à IGAD – passaram a incrementar o seu papel nas tentativas de negociação, com módico sucesso prático, no entanto. Também na década de 1990, houve o fortalecimento de movimentos que reivindicam, ainda hoje, independência, especialmente a Somalilândia – localizada no noroeste da Somália, onde está localizado o estratégico porto de Berbera – e a Puntlândia – a nordeste, com o porto de Bossasso. Ambas as regiões se localizam na porção norte do território, parcialmente devido ao cenário anárquico do sul, em Mogadíscio (LEWIS, 2008).

Outra frente de instabilidade dos anos 1990 foi o recrudescimento da rivalidade entre Etiópia e a agora independente Eritreia. A saber, a partir de 1993, houve um breve período de normalidade diplomática, com ambos os Estados governados por antigos movimentos insurgentes. Disso, resultaram diversos acordos bilaterais, tais como um acordo de livre comércio, uma parceira portuária em Assab e Massawa – aqui, reitera-se que, com a independência eritreia, a Etiópia voltou a ser uma nação sem acesso ao mar –, bem como a adoção de uma moeda comum, o ETB Birr Etíope, contribuindo para a interligação entre ambas. Muito embora a economia etíope à época dependesse dos portos eritreus, a assimetria em favor da Etiópia – relacionada a fatores estruturais como demografia e inserção internacional – corroía paulatinamente a cordialidade do bilateralismo, situação que agudizava em oscilações negativas dos fatores macroeconômicos etíopes (CARDOSO, 2016).

Em 1997, em função do descontentamento quanto à política econômica da Etiópia, a Eritreia suspende a utilização da moeda etíope e institui a sua própria. Soma-se a este fator,

novamente, os desentendimentos mútuos relacionados à demarcação fronteiriça, uma vez que ambas partiam de justificativas históricas alternativas: “a Eritreia baseava as suas reivindicações no mapa da colônia italiana, enquanto a Etiópia baseava suas demandas nos tratados entre a Itália e o Império Etíope no início do século XX” (CARDOSO, 2016, p. 154). Em 1998, assim, transbordando o tensionamento, a Eritreia opera a invasão de Badme, na Etiópia, causando uma guerra interestatal convencional entre ambas, culminando com a vitória tática das forças etíopes. A partir disso, os EUA, a ONU, a OUA, a União Europeia (UE) e demais atores internacionais atuaram na mediação do conflito, inclusive acarretando o envio de uma missão das Nações Unidas para a garantia do cessar-fogo. Em 2000, as partes beligerantes acordam o fim das hostilidades mediante o Acordo de Paz de Argel e, na sequência, uma comissão independente, a Comissão de Fronteiras Eritreia-Etiópia (CFEE), emite parecer (2002) colocando a cidade de Badme, cuja invasão iniciou a guerra, sob jurisdição da Eritreia, o que não é acatado pela Etiópia (CARDOSO, 2016). Desde 2000, muito embora a eclosão de uma guerra convencional entre Eritreia e Etiópia não tenha recrudescido formalmente, as relações bilaterais foram especialmente hostis, com a iminência perene do conflito fronteiriço e sem o restabelecimento de relações diplomáticas.

### 3 A CORRELAÇÃO DE FORÇAS NO CHIFRE DA ÁFRICA

Uma vez explorados os macroprocessos que permearam a base histórica do cenário regional no Chifre da África – das formações políticas da era pré-colonial às dinâmicas do imediato pós-Guerra Fria –, faz-se possível, portanto, analisar a correlação de forças na região. Antes de avaliar se há mudanças nessa configuração – tema do capítulo 4 –, é necessário descrever minuciosamente quais atores a compõem, em torno do que giram as suas tradicionais aproximações e as rivalidades, e qual o seu grau de permeabilidade à influência externa. O presente capítulo, portanto, dedica-se a tal análise. Para tanto, está estruturado em duas subseções: a primeira (i) analisa o componente regional/endógeno da correlação de forças no Chifre, descrevendo suas estruturas, atores e padrões de rivalidade; a segunda (ii) dedica-se ao componente extrarregional – extracontinental –, avaliando o porquê de o Chifre ser uma região estratégica e apresentando os atores externos atualmente nele presentes.

#### 3.1 AS DINÂMICAS REGIONAIS: ESTRUTURAS, ATORES E RIVALIDADES

Como exposto ao final do capítulo anterior, na virada do milênio, grande parte das estruturas e dinâmicas regionais hoje existentes já estavam sob atuação. Um complexo sistema de alianças e rivalidades havia sido formado baseado no extenso histórico conflitivo dos Estados. Além disso, uma relevante instituição regional, a IGAD, criada em 1986, estava já em pleno funcionamento, muito embora a sua atuação seja por vezes restringida dado o elevado grau de desconfiança interestatal e a baixa conectividade infraestrutural. De maneira geral, é possível afirmar que, tradicionalmente, a polarização regional possui quatro focos de tensionamento, quais sejam: Eritreia-Djibouti, Eritreia-Etiópia, Eritreia-Somália, Etiópia-Somália. A fragmentação na Somália, ademais, torna as regiões autônomas da Puntlândia e Somalilândia atores importantes no cenário regional, com os quais cooperam Estados usualmente em oposição ao Governo Federal da Somália (GFS). Nesse contexto, para o entendimento da polarização no Chifre, é relevante lançar mão das palavras de Thompson (2001, p. 557, tradução nossa) quanto à definição de “rivalidade”: “sentimento de inimizade entre Estados, materializado em um relacionamento caracterizado por extrema competição e, geralmente, hostilidade psicológica, em que os impasses e as posições dos atores são governados principalmente por suas atitudes um frente ao outro”.

Como foi explorado na seção anterior, grande parte dessa rivalidade interestatal é ainda fruto do colonialismo que assolou o Chifre da África. No entanto, o imperialismo

européu legou fraturas não apenas *interestatais*, mas também *intraestatais*, senão vejamos. A aglomeração de distintas matrizes etno-sociais e dessemelhantes formações geográficas sob uma mesma entidade política legou aos Estados da região alta incidência de atritos *intraestatais*, mediante a atuação de movimentos de libertação nacional ou semelhantes.

Não à toa, por exemplo, os únicos movimentos de secessão após 1991 a obterem reconhecimento da ONU e da OUA – posteriormente, em 2002, União Africana (UA) – como Estados soberanos foram a Eritreia (1993) e o Sudão do Sul (2011), o qual também compõe o “Grande Chifre da África”. Dada a existência, portanto, de diversos grupos insurgentes dentro dos Estados, a polarização regional se reflete também nessa frente, ou seja, no apoio indireto, ainda que extraoficial e velado, a movimentos não-estatais além-fronteiras (SHARAMO; MESFIN, 2011). Quanto a tal condição, mediante as palavras de Healy (2008, p. 39, tradução nossa), argumenta-se que “os Estados da região atuam como facilitadores e multiplicadores de conflito em detrimento de seus vizinhos; tal dinâmica regional é suficientemente poderosa para agir como uma causa de conflito por si só, especialmente onde existem muitos problemas de governança”.

O alinhamento regional via alianças também é, de certa maneira, único quando se trata do Chifre Africano. As alianças, que, dentre outros fatores – como as capacidades dos Estados –, compõem a balança de poder de determinado sistema, são usualmente estabelecidas a fim de evitar uma disrupção no sistema regional de segurança ou de garantir o equilíbrio de forças. No Chifre da África, não raramente fogem as alianças à regra, sem lá haver a necessidade de alinhamento político-ideológico entre seus componentes; assim, as lealdades regionais seladas via alianças são, até certo ponto, voláteis, pois servem a propósitos específicos que podem, ou não, maturar ao longo do tempo. O período de Guerra Fria é um exemplo disto, dada a viciosa espiral de alianças e contra-alianças gerada a partir das oscilações entre EUA e URSS. De acordo com Mulugeta (2014, p. 12, tradução nossa), ademais, “os conflitos na região estão frequentemente interligados, criando interdependência securitária; em um sistema tão complexo, até Estados menores buscam desafiar potências regionais por meio da criação de alianças, de contra-alianças ou de apoio a *proxies*”. Mais recentemente, em 2002, surgiu o Fórum de Cooperação de Sanaa como aliança regional para a convergência de políticas de segurança entre os Estados-membros, quais sejam: Etiópia, Sudão e Iêmen – todos com histórico conflitivo com a Eritreia. Posteriormente, Djibouti e Somália se tornaram observadores (SHARAMO; MESFIN, 2011).

É necessário pontuar, ademais, que, nestes arranjos político-diplomáticos regionais, a Etiópia usualmente desempenha um papel protagonista, especialmente em função do seu

tamanho econômico, territorial, populacional, bem como da superioridade (principalmente em termos de contingente) de suas forças armadas. Por outro lado, faz-se imperativo ponderar que os etíopes possuem uma grave vulnerabilidade relacionada à sua falta de acesso ao mar após a independência da Eritreia em 1993, tornando-os, portanto, dependentes dos portos de seus vizinhos. As nações costeiras, dessa forma, obtêm maior poder de barganha frente ao mais proeminente ator do sistema regional – a Etiópia –, o que reverbera na balança de poder, no sistema de alianças e na interdependência econômica entre os Estados. Nesse sentido, abaixo, realizar-se-ão algumas ponderações quanto à política externa e de segurança do Djibouti, da Etiópia, Eritreia e Somália, visando à descrição do posicionamento destes na polarização regional. Subsequentemente, uma breve observação a respeito da principal instituição regional atuante hoje no Chifre da África – a saber, a IGAD – será apresentada. Isto feito, almeja-se que o entendimento quanto às dinâmicas, atores e estruturas do componente endógeno da correlação de forças na região esteja, enfim, realizado por completo.

Iniciemos, portanto, pela República do Djibouti. Ex-colônia francesa, independente desde 1977, o país permaneceu sujeito ao guarda-chuva de defesa da antiga metrópole durante as suas primeiras décadas como Estado soberano. Historicamente, a sua relevância está atrelada ao seu porto, *Port de Djibouti*, e, a partir deste, de uma ferrovia em direção à Etiópia. Em 1998, quando da eclosão da guerra etíope-eritreia, a Eritreia bloqueou o acesso etíope aos portos de Massawa e Assab, culminando com a transferência de quase a totalidade das importações e exportações da Etiópia para o porto djibutiano. Tal movimento causou substantiva repercussão econômica para a pequena nação africana, que, desde então, desenvolveu uma dependência mútua assimétrica com a grande vizinha, inclusive mediante a total conexão da rede elétrica do país a fornecedores na Etiópia. Em função disso, atritos entre o governo do atual presidente – Ismaïl Omar Guelleh, no poder desde 1999 – e autoridades etíopes recorrentemente retornam à pauta, principalmente devido a desacordos quanto a tarifas; por outro lado, as desavenças com os eritreus são um ponto de convergência entre etíopes e djibutianos (STYAN, 2013; 2016).

Em 2008, houve um contencioso fronteiro entre Djibouti e Eritreia, quando esta invadiu a região de Cabo Doumeira, causando um conflito armado que somente seria neutralizado mediante o envio de forças de pacificação do Qatar à fronteira, apenas em 2010. As relações com a Eritreia se mantiveram suspensas até 2018; para além do contencioso supracitado, ambos os países competem pelo investimento externo em suas instalações portuárias, contribuindo para que o *status quo* hostil seja, até certo ponto, favorável aos djibutianos. Ressalta-se, ademais, que o corpo diplomático do país atua de maneira proativa

em organização internacionais e regionais; exemplo disso é o recebimento da sede da IGAD na Cidade de Djibouti, bem como a sua participação nos arranjos de pacificação na Somália. Por fim, é necessário enfatizar que o Djibouti hospeda uma série de bases militares extrarregionais, não apenas em função de sua localização estratégica, mas também de sua relativa estabilidade em meio ao caótico Chifre da África (STYAN, 2013; 2016). Este último ponto será retomado e aprofundado no capítulo subsequente.

A República Democrática Federal da Etiópia, por sua vez, é a principal candidata ao que parte da bibliografia denomina “potência regional”, principalmente em sistemas de análise reduzidos que excluam o Sudão e o Quênia. O Estado etíope, contudo, enfrenta desafios relacionados à sua projeção regional, em especial no que tange à vulnerabilidade econômica, apesar do rápido crescimento, e à complexa estrutura de segurança do Chifre, conforme assinalado acima. Apesar disso, as forças armadas etíopes integram o rol das maiores e mais bem equipadas da África, o que está relacionado à alta e perene atenção que o Estado direciona ao setor de defesa, em observância à sua base histórica. Tradicionalmente, uma tendência contínua na política externa e de segurança da Etiópia parece ser a sua objeção contundente ao regime eritreu, com o qual não mantinha relações diplomáticas até meados de 2018<sup>25</sup> em função da guerra interestatal de 1998. De tal situação contenciosa, decorrem resultados de razão econômica, em especial relacionados à atividade portuária: muito embora o bloqueio eritreu a seus portos prejudique o escoamento da produção etíope, a Etiópia, de maneira reativa, redireciona seu comércio marítimo ao Djibouti e a partes da Somália, fazendo com que a Eritreia seja alienada das atividades econômicas da principal locomotiva econômica regional – a própria Etiópia (MULUGETA, 2014).

As relações da Etiópia com o Djibouti, conforme exposto acima, são usualmente cordiais e próximas em função da interconectividade logística catalisada pela guerra Eritreia-Etiópia (1998). Quanto à Somália, por outro lado, as relações bilaterais perpassaram uma série de eventos desde 2000. A principal frente de instabilidade se dá em razão do apoio etíope ao governo central no país – o Governo Federal de Transição (GFT) e, posteriormente, o Governo Federal da Somália (GFS) –, o que faz com que a Etiópia se torne alvo dos grupos armados não-estatais atuantes na vizinha, como o grupo terrorista Al-Shabaab. Isso, dentre outros fatores, impele Addis Abeba a engajar-se ativamente em iniciativas de paz e segurança na região, a exemplo de suas contribuições para a Missão da União Africana para a Somália (AMISOM). No entanto, cumpre ressaltar que as rivalidades históricas ainda permeiam as

---

<sup>25</sup> As recentes mudanças no relacionamento Etiópia-Eritreia são tema do quarto capítulo do presente trabalho.

relações bilaterais, muito embora a fragmentação somali dificulte um posicionamento mais assertivo contra os etíopes por parte do GFS. Nesse sentido, é notável o próximo relacionamento da Etiópia com regiões autônomas somalis, notadamente a Somalilândia e a Puntlândia, o que data ainda da década de 1980. Ao Estado etíope, interessa a manutenção da estabilidade nessas áreas, uma vez que funcionam tanto como uma zona tampão contra os grupos não-estatais somalis quanto como parceiros logísticos para o escoamento da produção etíope via portos (MULUGETA, 2014). Por fim, é necessário assinalar que, em 2018, um novo primeiro-ministro foi eleito na Etiópia. Abiy Ahmed Ali vem adotando uma série de reformas em matéria de política doméstica e de política externa, o que será tema do quarto capítulo do presente trabalho.

Agora, voltemos as atenções à inserção regional do Estado da Eritreia, governado por Isaias Afewerki desde 1991. Após um breve ínterim de relações cordiais com seus vizinhos, que perdurou até 1998, a Eritreia adentrou um ciclo de isolamento seja regional seja internacional. Além dos contenciosos que teve junto à Etiópia e ao Djibouti – ambos supracitados –, uma resolução do CSNU (Resolução 1907, 2009) impôs sanções multilaterais<sup>26</sup> ao país, por meio das quais se estabelecia um embargo de armas, bem como o congelamento dos ativos de determinadas autoridades nacionais. Tal manobra foi justificada pelo suposto apoio – negado pela Eritreia – a “atividades desestabilizadoras” no Chifre da África – referindo-se tacitamente ao alegado auxílio a forças do Al-Shabaab na Somália, além da recusa eritreia de retirar suas tropas da fronteira com o Djibouti em 2008. Na ocasião, oficiais eritreus vincularam as sanções ao *lobby* diplomático tanto da Etiópia quanto dos EUA contra a nação; Djibouti e Somália, por outro lado, demonstraram satisfação com a adoção da referida resolução. A UA também endossou a decisão, o que acarretou a retirada voluntária<sup>27</sup> do país da organização, intensificando o seu isolamento regional (PYKE, 2009).

É bem verdade, ademais, que as hostilidades junto à Etiópia dão tom a grande parcela das políticas externa e de segurança do Estado da Eritreia ao longo da história. Como visto, as divergências etíope-eritreias impediam a resolução de conflitos não apenas de ordem tática, mas também de ordem econômica. Os portos eritreus, em especial Assab e Massawa, nesse sentido, tornaram-se ativos estratégicos para o país, que buscou diversificar seu leque de parcerias após o bloqueio operado contra a Etiópia ainda na década de 1990, oferecendo o acesso a tais portos como contrapartida. Além disso, a Eritreia usufrui de relevante

---

<sup>26</sup>As sanções foram revogadas em novembro de 2018, em votação unânime no CSNU (NICHOLS, 2018).

<sup>27</sup>Tal decisão foi já revertida, culminando com o retorno eritreu à UA.

posicionamento geoestratégico, com extenso litoral no Mar Vermelho e proximidade do estreito de Bab-el-Mandeb (PYKE, 2019; ERITREIA, 2012).

Finalizando a análise acerca dos atores regionais, debruçamo-nos agora sobre a República Federal da Somália. Governada por Mohamed Abdullahi “Farmajo” desde 2017, o país vem demonstrando certo avanço em direção à redução da instabilidade, ainda que a passos curtos. A atuação do grupo terrorista Al-Shabaab foi minimizada em determinadas regiões, porém o *Daesh*, recentemente, expandiu a sua influência em território somali. Há debates contemporâneos quanto à retirada das forças da AMISOM no país, que está programada para dezembro de 2020, o que gera questionamentos acerca da (in)capacidade das forças de segurança nacionais de manter a ordem no já frágil Estado, potencialmente acarretando o colapso do arranjo federativo. Embora a situação de segurança nas regiões autônomas da Somalilândia e da Puntlândia, ambas a norte, esteja sob melhores condições do que no restante do território nacional, a atuação destas por vezes promove empecilhos à consolidação do GFS. A saber, ambas as regiões buscam reconhecimento e cooperação com atores internacionais, com os quais por vezes firmam acordos, inclusive permitindo-lhes a atuação em regiões portuárias. Não raramente, contudo, firmam as regiões e o GFS parcerias com Estados rivais e competidores, transpondo rivalidades externas para dentro das fronteiras nacionais. É necessário pontuar, ademais, que a pirataria na Somália também constitui uma ameaça não apenas às forças de segurança somalis, mas também às embarcações internacionais que perpassam o Golfo de Áden (DANIDA, 2018; KHAYRE, 2016).

Por fim, finalizamos a análise quanto ao componente regional da correlação de forças no Chifre da África explorando a principal instituição regional: a IGAD<sup>28</sup>. Criada em 1986, as suas principais atribuições estavam relacionadas ao combate à seca na região; em 1995, após uma expansão de agenda, a cooperação em paz e segurança foi acrescida às incumbências da organização. Atualmente, a IGAD possui programas direcionados ao combate ao terrorismo, bem como ao fortalecimento das capacidades estatais de seus membros. Além da sua atuação direta na Guerra Civil da Somália e nos conflitos no Sudão e Sudão do Sul, ela trabalha em prol de mecanismos de construção de confiança mútua entre os Estados da região, muito embora a Eritreia, um dos principais atores envolvidos no complexo sistema regional, esteja suspensa da organização desde 2007. Apesar de tais relevantes contribuições, no entanto, a IGAD não dispõe de um órgão especializado em paz e segurança ou de uma força regional de intervenção, restringindo sua atuação (CARDOSO, 2015).

---

<sup>28</sup> A IGAD é composta pela Eritreia (suspensa), Djibouti, Etiópia, Somália, Sudão, Sudão do Sul, Quênia e Uganda. A instituição é subsidiária da Arquitetura Africana de Paz e Segurança (AAPS) para o Chifre.

### 3.2 A PRESENÇA EXTRARREGIONAL NO CHIFRE DA ÁFRICA

A história comprova, vide capítulo 1, que não é possível analisar a correlação de forças no Chifre sem considerar o engajamento e a presença de atores extrarregionais no cenário regional. As duas últimas décadas, após um breve íterim de vácuo estratégico catalisado pelo fim da Guerra Fria, tornaram tal afirmação especialmente verdadeira, uma vez que o avanço estratégico tanto dos países do Oriente Médio quanto de superpotências à região foi de vulto. Está em curso, assim, um processo de militarização do Chifre Africano, por meio do qual são estabelecidos não apenas acordos de cooperação técnico-militar e de investimento, mas também bases militares e instalações logísticas. Tal cenário é resultado de uma “interdependência entre questões de segurança marítima (proteção de pontos de estrangulamento marítimos, linhas de comunicação marítimas e competição naval) e terrestre (contraterrorismo, operações de paz e competição pelo estabelecimento de bases militares)” (MELVIN, 2019a, p. 3, tradução nossa). O mapa abaixo – Figura 2 – ilustra as informações acima, embora haja atores – a exemplo da Arábia Saudita e do Qatar – nele ausentes, uma vez que seus engajamentos não se dão propriamente mediante bases militares próprias.

**Figura 2 – Bases Militares Extrarregionais e Controle de Portos no Chifre da África**



Fonte: Larsen e Steputat (2019). Adaptado e traduzido pelo autor.

As três subseções abaixo, portanto, são construídas na tentativa de sistematizar, dar sentido e verificar os desdobramentos dessas dinâmicas, que, em essência, são complexas e voláteis. Para tanto, realiza-se, inicialmente, uma descrição dos elementos que cunham ao Chifre da África a sua condição estratégica, responsável pela atração de atores extrarregionais. Após, parte-se para a análise da presença e do engajamento de selecionados atores extrarregionais no Chifre da África. Considera-se, no entanto, que as motivações e o padrão de engajamento destes atores possuem características diversas, fazendo que uma eventual análise conjunta possa incorrer em imprecisão. Nesse sentido, para fins metodológicos, a presença extrarregional está dividida em duas subseções, cada uma responsável por um grupo de atores: (i) selecionados Estados externos à África e ao Oriente Médio – Estados Unidos, China, França, Japão e Rússia; e (ii) selecionados Estados do Oriente Médio – Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irã, Qatar e Turquia.

### 3.2.1 O Chifre da África como um Espaço Geoestratégico

Como visto em seções anteriores do presente trabalho, há décadas o Chifre da África atrai o interesse de atores extrarregionais (BEREKETEAB, 2013).<sup>29</sup> A inauguração do Canal de Suez, ainda no século XIX, e a intensa penetração das duas superpotências, no contexto de Guerra Fria, ajudam a corroborar tal afirmação. A razão para a ocorrência de tal fenômeno, no entanto, não está relacionada à abundância e/ou singularidade de suas matérias-primas e *commodities*, nem à qualidade de seu solo, fugindo, assim, a certos padrões apresentados pelo engajamento externo com a África no geral (SHARAMO; MESFIN, 2011). Os ativos que conferem ao Chifre Africano uma redobrada condição estratégica são, na verdade, de ordem geográfica, uma vez que a região funciona como ponto de intersecção e passagem entre distintas regiões do globo. A saber, localizado no Nordeste da África, no ponto mais a Leste do continente, o Chifre da África é uma península banhada pelo Mar Vermelho, pelo Golfo de Áden – pertencente ao Mar de Omã – e pelo Oceano Índico.<sup>30</sup> Com o advento do Canal de Suez, foi extinta a necessidade de cruzar o Cabo da Boa Esperança, no extremo Sul da África, em navegações da Europa ao Oriente. A conexão marítima do Mar Mediterrâneo e do

<sup>29</sup>Para fins de clareza, explicita-se que, na presente monografia, trabalhar-se-á com o termo “extrarregional” para se referir a atores externos ao Chifre da África e, em mais ampla escala, à África. Nesse sentido, por exemplo, Estados da Península Arábica, da Europa, bem como potências tradicionais como EUA, Rússia e China, serão considerados atores extrarregionais.

<sup>30</sup>O litoral da Eritreia é banhado pelo Mar Vermelho; o do Djibouti, pelo Golfo de Áden; o da Somália, pelo Golfo de Áden a norte e pelo Oceano Índico a sul.

Atlântico Norte ao Oceano Índico e aos mares asiáticos passou a ser realizada, assim, através do Mar Vermelho e do Golfo de Áden (RODRIGUE, 2005). Vê-se, portanto, que o primeiro fator a conferir relevância ao Chifre diz respeito à sua proximidade com o Mar Vermelho e com o Golfo de Áden.

A isso, soma-se um importante fator: na intersecção entre o Mar Vermelho e o Golfo de Áden/Oceano Índico, reside o estreito de Bab-el-Mandeb, o qual representa a separação geográfica entre a África e a Ásia. Bab-el-Mandeb, localizado entre o Iêmen, a leste, e o Djibouti e a Eritreia, a oeste, é, ao mesmo tempo, um estreito internacional e um ponto de estrangulamento marítimo, através do qual passam linhas de comunicação marítimas. A análise minuciosa quanto à definição de cada um desses conceitos – o que, diga-se de passagem, não constitui um consenso entre a bibliografia – foge ao escopo do presente trabalho, porém interessa-nos definir que há três características que conferem ao estreito de Bab-el-Mandeb relevância estratégica global, a saber: (i) ele é uma passagem marítima limitada, estreita e apertada<sup>31</sup> entre duas massas de terra; (ii) por ele, perpassam linhas de comunicação marítimas vitais para o comércio internacional de mercadorias e de energia; e (iii) o seu bloqueio acarretaria tanto severas perdas em matéria de comércio e de suprimento de energia quanto a possibilidade de restringir a movimentação de forças militares navais (MARTÍN, 2010). Dito isso, é possível afirmar que existe interesse internacional na manutenção da liberdade de navegação ao longo de tal estreito.

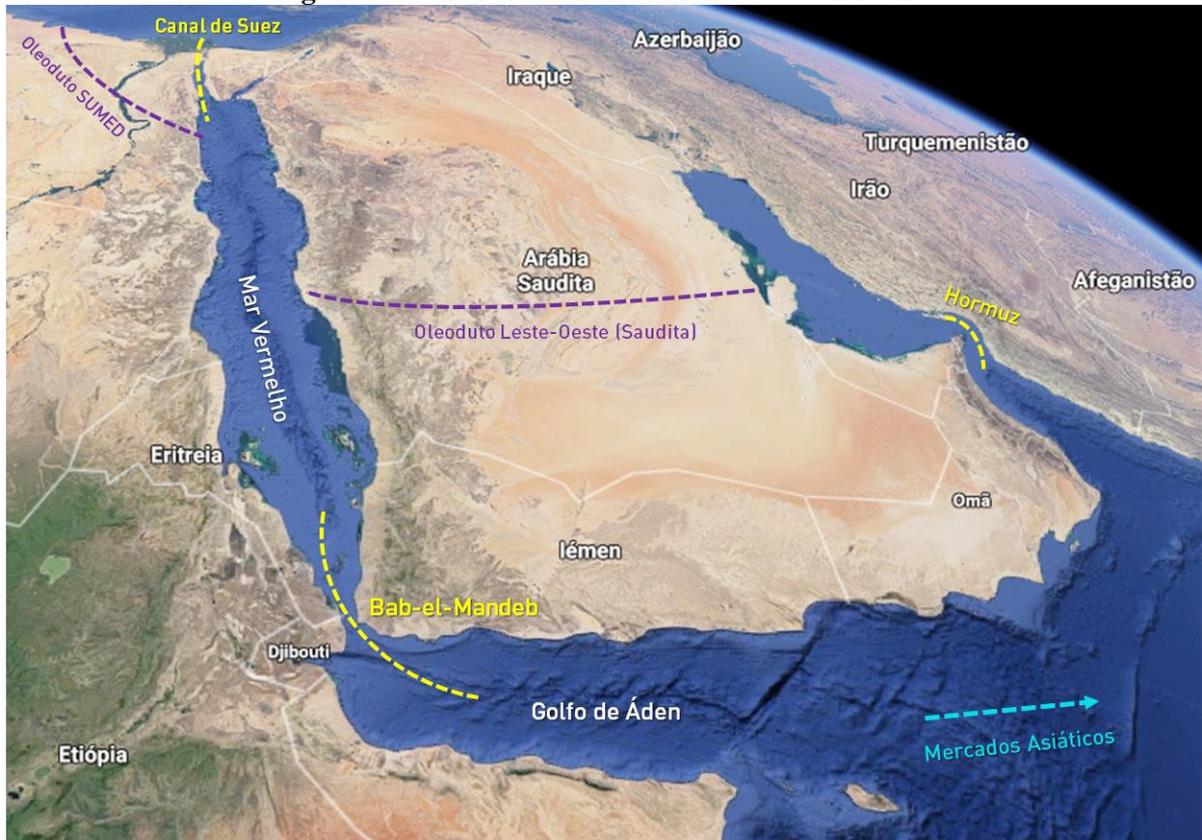
Bab-el-Mandeb é o quarto ponto de estrangulamento marítimo com maior tráfego de embarcações, chegando a cerca de sessenta navios, mercantes ou não, fazendo tal travessia diariamente. A sua proximidade geográfica com os países produtores de petróleo da Península Arábica – notadamente, a Arábia Saudita, o Iraque, o Irã e os Emirados Árabes Unidos (EAU) – faz com que o estreito seja crucial para as dinâmicas energéticas globais, especialmente no que tange ao comércio de petróleo e gás. Nesse sentido, cumpre ressaltar que grande parte das exportações de petróleo que transitam pelo Canal de Suez e pelo Oleoduto Suez-Mediterrâneo (SUMED) passam, antes, por Bab-el-Mandeb (INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES – IISS, 2018). De acordo com a Administração de Informações sobre Energia (AIE) dos Estados Unidos, em 2018, 6,2 milhões de barris de petróleo cru, condensado e refinado atravessavam o estreito de Bab-el-Mandeb diariamente. Com dados de 2017, a mesma organização apontou que o total de petróleo transitado via o estreito representou 9% do comércio marítimo total de tal *commodity*. Do total de 6,2 milhões de

---

<sup>31</sup>Na sua porção mais estreita, Bab-el-Mandeb possui 29km de largura, o que significa que embarcações o perpassando dispõem de canais com cerca de 3km de largura para a travessia (EIA, 2019a).

barris, aproximadamente 3,6 milhões foram destinados ao Mar Mediterrâneo e aos portos europeus, enquanto 2,6 milhões rumaram à Ásia, em especial à China e Índia (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION – EIA, 2019a). O mapa abaixo – Figura 3 – ilustra a disposição geográfica do estreito de Bab-el-Mandeb.

**Figura 3 – O Estreito de Bab-el-Mandeb e seu Entorno**



Fonte: Elaborado pelo autor (2019) a partir de dados de IISS (2018) e Google Earth (2019).

Uma vez apresentados os motivos pelos quais Bab-el-Mandeb e seu entorno são internacionalmente relevantes, é possível inferir que a manutenção da liberdade de navegação ao longo de tal estreito é de interesse não apenas dos países do Oriente Médio exportadores de petróleo – como a Arábia Saudita, o Irã e os Emirados Árabes Unidos (EAU) –, mas também de potências globais como os EUA – junto a seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em especial a França – e a República Popular da China, que aumentam a sua presença militar e econômica em águas próximas paulatinamente. Como acontece com quaisquer ativos estratégicos, tais Estados naturalmente competem pelo domínio e controle do referido estreito. No entanto, tratando-se de Bab-el-Mandeb, há agravantes à questão, senão vejamos. Dada a sua centralidade para as necessidades estratégicas dos países supracitados, quaisquer disrupções à estabilidade de Bab-el-Mandeb e

de suas regiões contíguas constituem ameaças de ordem multilateral, caracterizando, portanto, um problema de segurança internacional. Como visto ao longo da construção do presente trabalho, o cenário regional do Chifre da África já é, por si só, um fator que contribui para a instabilidade de Bab-el-Mandeb. Há, todavia, ameaças de maior intensidade hoje atuando sobre o estreito e catalisando o engajamento militar de potências extrarregionais; abaixo, portanto, tais ameaças são apresentadas.

A competição estratégica por Bab-el-Mandeb acarreta a sua militarização, levada a cabo pelas potências envolvidas. Esse aspecto, se analisado por um viés que percebe um processo de militarização como algo intrinsecamente desestabilizador, pode ser considerado uma ameaça à segurança do estreito. A militarização de um estreito – ou seja, o aprimoramento qualitativo e/ou quantitativo das capacidades bélicas, sejam elas navais ou terrestres, nele e em seu entorno –, gera um ciclo vicioso de percepção de ameaças: ao observar a militarização por parte de forças adversárias, determinado ator, reativamente, realizará o mesmo processo, incrementando o agregado das capacidades militares dispostas na região. Partindo dessa perspectiva, apenas a ameaça do uso da força mediante as capacidades instaladas já contribuiria para uma potencial espiral de desestabilização (PANDYA *et al.*, 2011). Tal discussão, muito embora seja extremamente relevante, é de enquadramento teórico-analítico e sua observação minuciosa acarretaria a extensão argumentativa que a importância do tema demanda. Nesse sentido, aqui, interessa-nos mais, portanto, verificar as variáveis práticas que hoje ameaçam a situação de segurança na região. Há, hoje, dois fatores imediatos que contribuem para a instabilidade do estreito de Bab-el-Mandeb, quais sejam: (i) as atividades de pirataria na costa da Somália e (ii) a Guerra Civil na República do Iêmen (2015-...). Iniciemos, assim, pela questão da pirataria.

É bem verdade que a situação atual demonstra um panorama significativamente mais positivo do que se comparado, por exemplo, ao ano de 2011, no qual a pirataria na Somália atingiu seu ápice. Tal ameaça afeta embarcações tanto mercantes quanto militares e se estende desde o sul da Somália, no Oceano Índico, até o seu norte, no Golfo de Áden, contíguo a Bab-el-Mandeb. Neste referido ápice, a pirataria no Chifre da África chegou a registrar 237 ataques, acarretando perdas materiais avaliadas em US\$16 bilhões ao ano, bem como gerou o comprometimento de navios cargueiros estadunidenses e superpetroleiros sauditas que transportavam o equivalente a US\$100 milhões em petróleo. Embora não seja possível afirmar categoricamente as razões para o fortalecimento da pirataria na Somália, parece haver certa tendência na bibliografia a atrelá-la ao enfraquecimento do Estado somali, seja pela sua incapacidade de patrulhar efetivamente a costa seja pela insuficiência de oportunidades

econômicas lícitas em meio à guerra civil (PHAM, 2011). Já houve e há, contudo, iniciativas multilaterais dedicadas ao combate à pirataria somali. Em 2008, o CSNU determinou que a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) do país fosse colocada sob os auspícios de forças internacionais. Desde tal ano, diversos arranjos militares foram estabelecidos e enviados ao patrulhamento da região – a exemplo da Operação *Ocean Shield* (2009-2016), operada pela OTAN, e da Força-Tarefa Combinada 151 (FTC-151), uma força marítima composta por 31 países. Projetos relacionados ao desenvolvimento das capacidades navais dos Estados costeiros e ao treinamento das marinhas destes também foram incentivados (CARDOSO, 2019). A melhora nos prognósticos quanto à pirataria somali é uma realidade; isso, contudo, não a exime da condição de ameaça à estabilidade em torno de Bab-el-Mandeb.

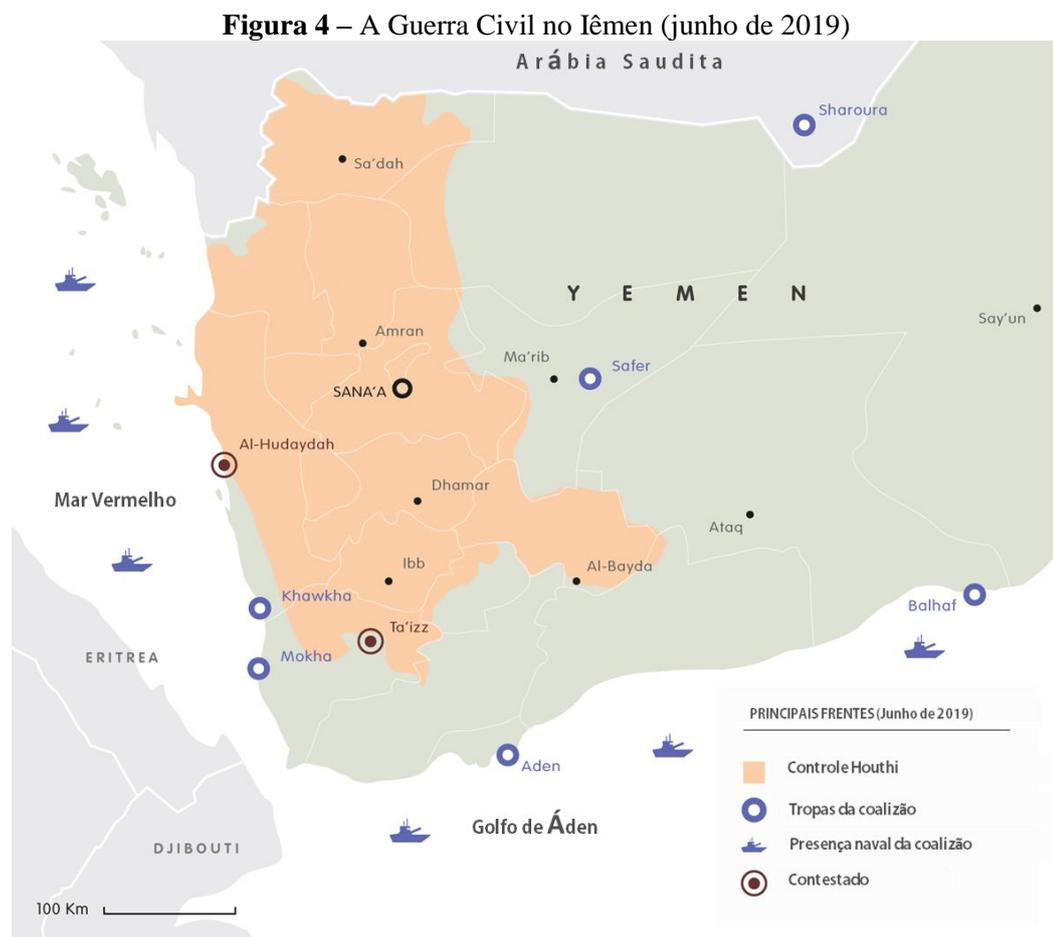
Isto posto, voltemos as atenções, pois, à Guerra Civil no Iêmen e aos seus desdobramentos regionais, os quais, até novembro de 2019, parecem representar a principal ameaça à segurança em torno de Bab-el-Mandeb. Há quatro anos, o Estado localizado na costa leste do referido estreito está imerso em uma guerra civil permeada por intervenções externas e pela atuação de grupos armados não-estatais. Em 2015, os Houthis<sup>32</sup> – um movimento político-religioso islâmico majoritariamente xiita, contrário à influência saudita, israelense e estadunidense – tomaram Sanaa, capital *de jure* do Iêmen, em oposição ao Presidente Abd Rabbu Mansour Hadi, forçando-o a renunciar e a abrigar-se na Arábia Saudita. Em setembro do mesmo ano, contudo, Hadi retorna ao país e à presidência, fortalecido pelo lançamento de uma coalizão militar liderada pela Arábia Saudita – e composta, à época, por todos os Estados do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), à exceção de Omã, pelo Egito, Sudão e Jordânia, e com apoio logístico dos EUA e do Reino Unido – para o restabelecimento do governo iemenita internacionalmente reconhecido. Inicialmente, a coalizão centrava suas atividades em bombardeios aéreos a regiões controladas pelos Houthis (CORDESMAN, 2016). Os grupos terroristas *Daesh* e a Al-Qaeda na Península Arábica (AQPA) também atuam no teatro de operações iemenita, o que magnetiza a atuação estadunidense à região, também mediante bombardeios aéreos. Dado o cenário descrito, a situação humanitária no país também é já calamitosa (MARWAH; CLARK, 2018; SHARP, 2019).

Em mais ampla escala, analistas argumentam que o atual conflito iemenita está circunscrito à existência de uma guerra por procuração entre a Arábia Saudita e o Irã, a qual seria caracterizada pela expressão “Guerra Fria do Oriente Médio”. A saber, desde a

---

<sup>32</sup> No início da Guerra Civil, os Houthis atuavam junto ao antigo Presidente iemenita, Ali Abdullah Saleh. Em 2017, contudo, a aliança foi rompida e Saleh assassinado (MARWAH; CLARK, 2018).

deflagração da guerra civil, há alegações – especialmente veementes por parte do Presidente iemenita e pela coalização saudita – de que os Houthis estariam atuando como aliados do Irã, pelo qual seriam supostamente financiados e armados, contra a Arábia Saudita. A coalizão, juntamente a tradicionais parceiros ocidentais, acusa o Irã de fornecer rifles, lança-foguetes, mísseis antitanque e munições às forças Houthis (GIBBONS-NEFF, 2016). De fato, os iranianos condenam nos mais fortes termos a atuação da coalização saudita, a qual acusam de perpetrar crimes de guerra e de incitar a divisão político-territorial no país. Muito embora tenham sempre sido reticentes quanto ao seu envolvimento no Iêmen, evitando e negando quaisquer vinculações, Teerã demonstra uma posição algo receptiva ao potencial Houthi de atuação como organização política capaz de combater o que considera uma pernicioso influência saudita no Oriente Médio. Por outro lado, há análises que suscitam os argumentos de que (i) o Irã não teria nem a vontade política nem as capacidades para sustentar integralmente as forças Houthis, e de que (ii) os Houthis possuem sua agenda, armamentos e experiência tática próprios, de maneira que uma dependência frente ao Irã não corresponderia a seus propósitos estratégicos (ESFANDIARY; TABATABAI, 2015 apud CERIOLI, 2018).



Fonte: Ugolini (2019). Adaptado pelo autor.

Uma vez completa tal contextualização, cumpre assinalar que, independentemente do envolvimento iraniano – o qual, reforça-se, está longe de constituir um consenso entre a bibliografia – ou não, o fato é que os Houthis são bem equipados, atuam na costa iemenita para o Mar Vermelho e, assim, representam uma ameaça à estabilidade deste e do estreito de Bab-el-Mandeb. Além disso, vide figura 4 acima, observa-se que o conflito no Iêmen gera a militarização tanto do Golfo de Áden quanto do Mar Vermelho, uma vez que há forças navais da coalizão saudita lá dispostas, de tal maneira que a região se torna um barril de pólvora em termos de potencial instabilidade. Em uma série de ocasiões, por exemplo, as forças Houthis lançaram ofensivas a embarcações perpassando Bab-el-Mandeb, como no caso de um navio da marinha de guerra estadunidense que, em 2016, foi atingido por um míssil de cruzeiro anti-navio (IISS, 2018). Recentemente, em julho de 2019, os Houthis também atacaram dois navios petroleiros sauditas no porto da cidade de Al-Hudaydah – vide figura 4 –, uma das principais frentes de disputa, hoje majoritariamente controlada pelos insurgentes referidos. Em resposta, a Arábia Saudita suspendeu temporariamente o seu trânsito de petróleo pelo estreito de Bab-el-Mandeb, a fim de não comprometer suas exportações de óleo cru. Tal suspensão foi revogada no dia 08 de agosto de 2019 (WINDTOUR, 2019).

Em suma, portanto, a relevância geoestratégica do Chifre da África está relacionada aos ativos marítimos que o circundam – o Golfo de Áden, o Mar Vermelho e o estreito de Bab-el-Mandeb – e aos problemas de segurança que ameaçam a liberdade de navegação por tais corredores – a pirataria na Somália e a situação no Iêmen. Isso, no entanto, constitui apenas uma parte dos motivos pelos quais a região magnetiza tamanho interesse extrarregional. As outras razões dizem respeito à disposição territorial da região. Como visto acima, o Chifre da África está situado precisamente na intersecção entre os continentes africano e asiático. Assim, um Estado presente militarmente no Chifre usufruiria da possibilidade de projetar poder para teatros de operações tanto na África quanto no Oriente Médio. A título de exemplo, utilizemos a questão da Guerra Civil no Iêmen: uma presença logístico-militar na Eritreia, no Djibouti ou Somália viabilizaria o estabelecimento de bases de abastecimento e/ou o lançamento de operações direcionados à atuação em território iemenita, localizado a poucos quilômetros do litoral do Chifre Africano. Por outro lado, qualquer ator presente nestes mesmo Estados – e agora também incluindo a Etiópia – seria capaz de atuar em cenários de instabilidade na própria África, como no Sudão do Sul, no Sudão e na República Centro-Africana, onde há operações de paz da ONU atualmente ativas, e até na própria Somália, onde atuam as forças da AMISOM (MAHMOOD, 2019).

Paralelamente, há um terceiro elemento que coloca o Chifre da África em uma posição de destaque no âmbito da segurança internacional, qual seja: a proliferação de células terroristas na região. Embora muito se debata quanto ao terrorismo no Oriente Médio, no Norte da África e no Sahel, por vezes a centralidade do Chifre da África nas discussões sobre tal ameaça não recebe a devida atenção. A saber, após o 11 de setembro de 2001 e o consequente lançamento da Guerra Global contra o Terror (GWOt, sua sigla em inglês para *Global War on Terror*), o Chifre da África foi a primeira frente de atuação estadunidense sob a Doutrina Bush, haja vista a forte presença do grupo Al-Qaeda na região (CARDOSO, 2016). Kessels, Durner e Schwartz (2016), corroborando tal argumento, afirmam que Osama bin Laden, desde 1991, atuava a partir do Sudão, onde maturou e expandiu a organização, culminando com os ataques às embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia, em 1998, e com a posterior proliferação para o Oriente Médio e outras regiões da África. Nesse sentido, o Chifre recebeu uma série de iniciativas de combate ao terrorismo, a exemplo da força-tarefa conjunta *Combined Joint Task Force – Horn of Africa* (CJTF-HOA), hoje mantida pelo Comando dos Estados Unidos para a África (AFRICOM), desde 2002. Somado a isso, dada a instabilidade estatal e a pulverização do poder na Somália, grupos armados não-estatais perceberam espaço para sua expansão e consolidação, como no caso do Al-Shabaab, desde 2006, além de outros minoritários que também atuam em meio à guerra civil, como o braço do *Daesh* na Somália, o autoproclamado “Estado Islâmico na Somália” (WILLIAMS, 2011; WARNER; WEISS, 2017). Vê-se, portanto, que o Chifre da África é um espaço estratégico no combate ao terrorismo internacional. Atores extrarregionais – a exemplo dos EUA, como visto acima – incrementam sua presença na região visando ao lançamento de ofensivas contra grupos armados não-estatais não apenas na África, mas também no Oriente Médio.

Por fim, faz-se necessário assinalar que a proeminência estratégica do Chifre Africano também é de razão econômica. De acordo com dados do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a população da região – nesta amostragem, incluindo-se o Sudão e o Sudão do Sul – soma 175 milhões de habitantes, dos quais 56% está localizado na Etiópia. Tal número é superior à população russa, mexicana e japonesa, bem como ao agregado dos habitantes da França e Alemanha. Cumpre ressaltar, ademais, que a Etiópia, composta por 112 milhões de habitantes – a segunda maior população na África –, não possui acesso ao mar para seu escoamento de produção e abastecimento interno. O produto interno bruto (PIB) regional é avaliado em US\$188 bilhões, sendo US\$95 milhões e US\$72 bilhões provenientes do Sudão e da Etiópia, respectivamente. O PIB etíope, djibutiano e eritreu cresce a taxas entre 5 a 9% ao ano, com a Etiópia desempenhando o maior crescimento econômico do continente africano

(AfDB, 2019). A maior parte das importações etíopes são provenientes da China (33%), França (12%) e Índia (8,6%), cuja massiva maioria – algo em torno de 90% (CLINGENDAEL, 2018) – chega pelo Porto de Djibouti (OEC, 2019). Está em curso, ademais, um processo de transferência de empresas multinacionais cujas indústrias são trabalho-intensivas para o Chifre, notadamente para a Etiópia, motivadas pelos baixos salários operados nessas economias (CLINGENDAEL, 2018). As estruturas macroeconômicas do Chifre, portanto, atraem o envolvimento extrarregional, que firma presença a fim de garantir a segurança de seus fluxos comerciais e a maturação de seus investimentos.

### 3.2.2 Estados Unidos, China, Japão, França e Rússia no Chifre da África

Na subseção imediatamente anterior, portanto, verificou-se o porquê de o Chifre da África ser considerado uma região estratégica, ou seja, vital para a segurança e economia internacionais. Tal condição magnetiza não apenas o *engajamento* de atores externos com os Estados da região, mas também, propriamente, a *presença física* de instalações estrangeiras nos territórios destes, a exemplo de bases militares e/ou logísticas, e do envio de tropas para atuação na região. Agora, interessa-nos analisar quais atores extrarregionais desempenham tal papel no contexto do Chifre Africano.

Há, atualmente, uma série de Estados que possuem significativa presença na região, variando desde vizinhos do Golfo Pérsico, como Arábia Saudita, Qatar e EAU, a potências de alcance global, como Estados Unidos e China. A presente subseção, portanto, versará acerca de selecionados países externos à África e ao Oriente Médio, quais sejam: os Estados Unidos, a China, o Japão, a França – em cujas instalações também operam outros países europeus – e a Rússia – a qual ainda não possui bases no local, mas que, recentemente, incrementa seus laços com os Estados da região. As instalações de todos os países supracitados estão localizadas na República do Djibouti – reforça-se: à exceção da Rússia. Iniciemos, portanto, com os EUA, cuja trajetória está intimamente relacionada a atividades de contraterrorismo.

Após os atentados às suas embaixadas na Tanzânia e no Quênia, em 1998, houve ainda um ataque lançado pela Al-Qaeda ao destroyer *USS Cole*, em 2000. Em ambas as ocasiões, os EUA mantiveram a sua política à época de não responder militarmente a tais ameaças. Com o 11 de setembro, contudo, a doutrina estadunidense sofreu forte reconfiguração, colocando o combate ao terrorismo no topo de suas prioridades estratégicas. Como já visto, o Chifre da África foi identificado como uma das principais frentes de atuação contraterrorista, dada a proliferação da Al-Qaeda na região. Notadamente, ainda em 2001, o Djibouti alugou aos

estadunidenses as instalações de Camp Lemmonier, uma base anteriormente utilizada pelos franceses, sendo hoje a única base militar permanente dos Estados Unidos na África e sede da CJTF-HOA. A área de operações de tal arranjo abrange, além do Djibouti, a Etiópia, a Eritreia, o Quênia, Seychelles, a Somália, o Sudão e o Iêmen, e suas atribuições também incluem o treinamento das forças armadas djibutianas, etíopes e quenianas (SCHMIDT, 2013). Ademais, dada a localização privilegiada de Camp Lemmonier, o contingente lá estabelecido é capaz de operar tanto na África quanto no Oriente Médio, e operações com drones de lá oriundos, por exemplo, podem ser lançadas a teatros de guerra como a Somália, o Iêmen e outros pontos focais de atividades terroristas no entorno (SUN; ZOUBLER, 2016). Segundo dados do IISS (2018), a base militar estadunidense no Djibouti recebe um contingente de cerca de 2 mil em pessoal, o qual, além de ações de contraterrorismo e treinamento de tropas aliadas, desempenha ações relacionadas ao incremento de serviços civis, como o fornecimento de água e a construção de infraestrutura (SUN; ZOUBLER, 2016).

Além da base militar no Djibouti, cujo contrato junto ao governo local foi renovado por 30 anos em 2014, os EUA possuem instalações minoritárias e transitórias na Etiópia e na Somália. No território etíope, a maior parte da atuação estadunidense envolve o lançamento de drones para Leste e Oeste do Chifre, operando, assim, também no Sudão e no Sudão do Sul. Já na Somália, além de operações com drones, as quais aumentaram na gestão do Presidente Donald Trump (2017-...), os EUA firmaram presença em uma antiga base aérea soviética, *Camp Baledogle*, no sul do país. Vê-se, assim, que os objetivos estratégicos estadunidenses permanecem comprometidos com as suas operações de contraterrorismo, respondendo a ameaças de segurança de cunho não-convencional (MELVIN, 2019b).

Por outro lado, há uma tendência que adquire força no contexto da presença dos EUA no Chifre da África. Melvin (2019c, p. 6, tradução nossa) é categórico ao afirmar que “[...] a política de segurança dos EUA para o Chifre da África perpassa um momento chave”. A saber, a crescente militarização da região por atores extrarregionais, em especial no Djibouti, foi mencionada quando do lançamento da nova política africana da administração estadunidense, situação na qual o ex-Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, John Bolton, afirmou que tal processo poderia acarretar uma desestabilizadora alteração na balança de poder regional. Nesse contexto, autoridades estadunidenses também reiteraram a necessidade de garantir a segurança marítima no estreito de Bab-el-Mandeb e em seu entorno – ponto considerado um imperativo estratégico mediante a nova política africana do referido país – contra a presença naval de atores convencionais como o Irã (MELVIN, 2019a). É possível afirmar, portanto, que, após anos baseando a sua política para o Chifre na atuação

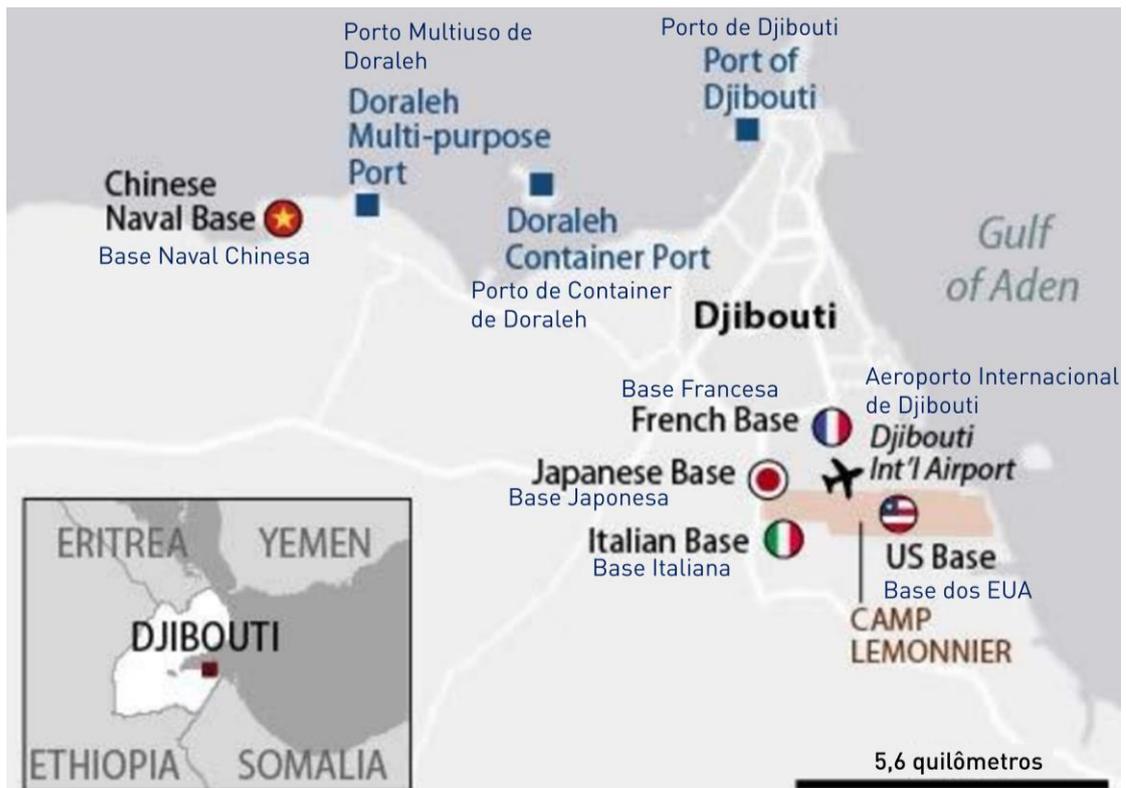
contra ameaças não-tradicionais – a exemplo do terrorismo e da pirataria –, os EUA voltam a perceber uma ameaça de cunho *convencional* na região, qual seja: a presença militar de atores extrarregionais. Muito embora a problemática da crescente presença naval iraniana em torno de Bab-el-Mandeb, como supracitado, contribua para a construção dessa percepção, o principal vetor de mudança parece estar vinculado, especialmente, ao crescente engajamento da República Popular da China com os Estados do Chifre da África. Na percepção da atual administração estadunidense, Beijing seria o principal ator a suscitar a referida alteração na balança de poder da região, senão vejamos.

Em 1º de agosto de 2017, a China inaugurou a sua primeira base extrarregional, a Base de Apoio do Exército de Libertação Popular da China, situada também no Djibouti. As bases estadunidense e chinesa, as duas maiores potências contemporâneas, estão situadas a menos de 20 quilômetros de distância uma da outra – ver Figura 5 abaixo –, na oitava menor nação da África em território. Reiteradamente, autoridades chinesas afirmaram que as atividades da base seriam destinadas majoritariamente para fins de logística a operações de paz na África e ao combate à pirataria no Golfo de Áden, além da proteção aos investimentos e ao comércio chinês na região e no seu entorno, indicando, assim, a hesitação quanto a terminologias explicitamente militares. O Djibouti compõe a Iniciativa do Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative*, BRI, em inglês), uma estratégia de desenvolvimento chinesa que visa à interligação infraestrutural de vastas áreas do globo, incluindo a África Oriental. Nesse sentido, nos últimos cinco anos, uma série de investimentos chineses foram anunciados no país, dos quais se cita a construção de uma ferrovia, que facilita a entrada e saída de mercadorias da e para a Etiópia via portos no Djibouti, e de dois aeroportos no valor de US\$420 milhões, bem como de um conduto tubular para fornecer água etíope ao país. Além disso, faz-se necessário ressaltar que a China está envolvida em uma curiosa situação: em 2014, o Djibouti nacionalizou o Porto de Contêineres de Doraleh, que era operado pela empresa emirati DP World desde 2006; 23,5% das ações do porto, contudo, pertencem à chinesa China Merchants, o que suscitou desentendimentos entre esta, junto aos djibutianos, e os EAU. Ademais, a Marinha do Exército de Libertação Popular opera no Porto Multiuso de Doraleh, também uma iniciativa conjunta entre os dois países (BLANCHARD; COLLINS, 2019). É possível afirmar que tal cooperação é também de caráter triangular, uma vez que a proximidade com o Djibouti proporciona o fortalecimento do comércio chinês com a Etiópia.

Em termos táticos e estratégicos, a presença chinesa no Chifre da África começou a maturar a partir de 2008, especialmente relacionada a ações antipirataria. Na Líbia (2011) e no Iêmen (2016), a marinha chinesa precisou evacuar seus cidadãos – 35 mil e 800,

respectivamente – de ambos os países quando da eclosão de conflitos armados, demonstrando necessidade algo urgente de contar com instalações próximas para apoio a tais operações. De acordo com Blanchard e Collins (2019, p. 2, tradução nossa), as principais operações da China e de suas forças armadas no Chifre da África e no seu entorno envolvem, dessa forma, “escolta, manutenção da paz e ajuda humanitária na África e na Ásia Ocidental, bem como exercícios conjuntos, operações de evacuação e resgate e esforços multinacionais para a garantia da segurança de rotas marítimas internacionais estratégicas”. Ademais, a China participa de missões da ONU, em especial, no Sudão do Sul, na República Democrática do Congo, no Mali, entre outras, fazendo com que haja a necessidade uma presença permanente no continente, também para propiciar auxílio a tais contingentes. Fora tais objetivos específicos, contudo, analistas sugerem que o que está em curso é, na realidade, um projeto chinês de projeção política, econômica e militar tanto na África quanto no Oceano Índico, onde a competição estratégica vem se demonstrando desafiadora, para garantir a segurança do seu entorno estratégico e de seus investimentos no exterior. A base no Djibouti, é necessário notar, proporciona à China a capacidade de projetar poder para o continente africano e para o Oriente Médio (MELVIN, 2019a; MELVIN 2019c).

**Figura 5** – Bases Militares na República do Djibouti (setembro de 2019)



Fonte: Blanchard e Collins (2019). Traduzido pelo autor.

Autoridades estadunidenses, como exposto acima, veem a presença chinesa na região com alguma preocupação; não mantêm, contudo, tal percepção sozinhas. A saber, a Força Marítima de Autodefesa do Japão (FMAJ) também observa a base da China como uma ameaça à sua própria, situada também no Djibouti – vide Figura 5 acima. A base militar japonesa no Djibouti, também intitulada Base das Forças de Autodefesa, é a primeira instalação militar extrarregional permanente do país asiático desde a Segunda Guerra Mundial. Seguindo certo padrão, também foi estabelecida, em 2011, sob o pretexto de combate à pirataria no Golfo de Áden, no contexto de ápice de tal ameaça não-convencional na região. Desde então, no entanto, a agenda de atuação da base foi expandida, sendo hoje algo similar àquela dos chineses. Dentre as atribuições das forças japonesas assentadas no Djibouti, tem-se o apoio à participação do país na missão de paz no Sudão do Sul, bem como o recebimento de nacionais evacuados de cenários conflitivos na região e no seu entorno. Um aspecto especialmente relevante ao analisar a presença do Japão no Chifre diz respeito às restrições constitucionais relacionadas ao engajamento das forças japonesas com tropas estrangeiras, de tal maneira que está vedado, por exemplo, atividades de treinamento a forças africanas; há a possibilidade, no entanto, de repasse de conhecimento técnico militar em áreas como respostas a desastres e assistência humanitária (KUBO, 2016).

Juntamente à China, aos EUA e ao Japão, dois países europeus possuem bases militares próprias<sup>33</sup> no Chifre da África: a Itália e a França. Enquanto a Itália, desde 2013, mantém uma pequena base militar no Djibouti, a *Base Militare Nazionale di Supporto*, cujas atribuições estão majoritariamente relacionadas a atividades de contra-pirataria, as instalações francesas são, em comparação, significativamente substanciais. A presença militar da França no Djibouti, sua antiga colônia – a ex-Somalilândia Francesa, conforme analisado anteriormente –, representa o maior contingente permanente francês no continente africano. As instalações francesas são diversas, incluindo uma base naval utilizada para o lançamento de submarinos nucleares franceses às suas operações no Oceano Índico. Desde 2014, está vigente um acordo de cooperação em defesa entre os países, por meio do qual o Djibouti concede facilidades às tropas francesas lá estabelecidas, na mesma medida que a França fica encarregada da defesa territorial e aérea da nação africana – o texto do acordo reitera o compromisso francês com a independência e soberania djibutianas, especialmente relevante no contexto do passado colonial entre ambos. A atuação francesa no Chifre da África se dá

---

<sup>33</sup>A Alemanha e a Espanha possuem contingente na base militar francesa no Djibouti em função da sua participação na Operação Atalanta da União Europeia, que visa à segurança marítima na região. O Reino Unido, por sua vez, possui uma pequena quantidade de oficiais em *Camp Lemmonier*, dos Estados Unidos, bem como centros de treinamento de tropas para o exército somali em Mogadíscio e Baidoa (MELVIN, 2019b).

principalmente em nome das operações da UE e da OTAN, em atividades de contra-pirataria, no treinamento de forças armadas africanas, em missões de paz, bem como no resgate de cidadãos franceses em meio a conflitos armados. Há, ainda, um traço fundamental que motiva a presença da França no Chifre, qual seja: a possibilidade de auxiliar o contingente empregado nas operações do país na região do Sahel, a exemplo da Operação Barkhane, que visa à neutralização de forças insurgentes na referida região (MELVIN, 2019b).

Faz-se imperativo observar, por outro lado, o cenário político-diplomático que vigora, em anos recentes, entre a França e a referida nação africana. Em 2015, Ismail Omar Guelleh, Presidente djibutiano (1999-...), teceu críticas ao que apontava ser um distanciamento de Paris em relação ao Djibouti, representado pelo esfriamento do contato bilateral e pelo esvaziamento relativo dos fluxos de investimento a este. Tal contexto reverberou no governo francês, culminando com a proposição de algumas iniciativas, em especial a partir de 2018. A saber, no recém mencionado ano, houve debates no âmbito do parlamento francês quanto ao aumento do contingente empregado no Djibouti, o que também ocorre motivado pela percepção do processo em curso, de militarização por potências extrarregionais e de instabilidade em torno de Bab-el-Mandeb e do Mar Vermelho, como uma ameaça aos interesses estratégicos franceses (MELVIN, 2019b). Há, além disso, a percepção em Paris de que as lacunas geradas pela reduzida presença francesa nos últimos anos, em termos econômicos e militares, foram preenchidas pelo crescente envolvimento da República Popular da China na região. Emmanuel Macron, atual Presidente francês (2017-...), assim, realizou viagem à capital Djibouti em março de 2019, sendo apenas o segundo líder a fazê-lo em vinte anos, na tentativa de reaproximar-se da administração djibutiana em meio a um cenário regional permeado por novos atores (IRISH, 2019).

Nomeadamente, dentre tais novos atores, somando-se à recente presença chinesa, tem-se o renovado e gradativo engajamento da Federação Russa com a África e, em específico, com o Chifre. Como visto em capítulos anteriores do presente trabalho, a União Soviética, no contexto de Guerra Fria, foi parte atuante dos principais acontecimentos continentais e regionais, a exemplo do seu papel decisivo junto à Etiópia contra a Somália na Guerra do Ogaden. Desde a dissolução da URSS, no entanto, a Rússia estava majoritariamente distante<sup>34</sup> – em termos comparativos consigo mesma – das dinâmicas de ambos, cenário que vem sendo

---

<sup>34</sup>Sob Iéltsin (1991-1999), no período imediatamente subsequente à dissolução da URSS, a Rússia diminuiu a sua presença na África, inclusive com o fechamento de embaixadas e a retirada unilateral russa de acordos técnico-comerciais. A partir de 1996, contudo, houve certa reaproximação, uma tendência que se manteve quando da transição de poder para o primeiro governo Putin (2000-2008). Desde então, a Rússia reabriu as embaixadas fechadas e estabeleceu novos acordos econômicos, além da sua importante participação em missões de paz da ONU no continente africano (BESENYÓ, 2019).

alterado em anos recentes. Nesse sentido, uma vez em curso o processo de reaproximação, pode-se argumentar que Moscou é um ator tanto *tradicional* quanto *emergente* na África e no Chifre, dado o seu histórico engajamento com a região, o qual não foi rompido integralmente após a dissolução da URSS (OGULTÜRK, 2017). Em 2015, o Presidente russo Vladimir Putin (2012-...) aprovou uma nova versão do documento intitulado “Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa para 2020”, originalmente de 2009, que modificava o anterior ao acrescentar como objetivo estratégico o recrudescimento do engajamento russo com a África em diversas áreas, quais sejam: “cooperação política, comercial, econômica e técnico-militar; colaboração na área de segurança; contatos humanitários e educacionais; associação regional com Estados africanos” (OGULTÜRK, 2017, p. 128, tradução nossa).

Em outubro de 2019, a Rússia promoveu a Cimeira e Fórum Econômico Rússia-África em Sochi, ocasião na qual 43 líderes africanos se reuniram com oficiais russos para o incremento de relações, simbolizando o avanço diplomático do país em direção ao continente. O Presidente do Governo Federal da Somália, o Presidente do Djibouti, o Primeiro-Ministro da Etiópia e o Ministro de Relações Exteriores da Eritreia compareceram ao evento (SHABAN, 2019). Especificamente quanto à região Chifre da África, Moscou já havia sinalizado o desejo de integrar o grupo de nações com presença via instalações próprias no Djibouti. Por pressão contrária exercida pelos Estados Unidos, no entanto, a nação africana evadiu-se à proposta (STRONSKI, 2019), o que impeliu os russos à busca de outro parceiro regional preferencial. Nesse ínterim, a região da Somalilândia demonstrou interesse em receber instalações russas, movimento o qual foi percebido como uma manobra para obter, em contrapartida, apoio à sua reivindicação por reconhecimento estatal. Seria apenas junto à Eritreia, contudo, que as negociações russas prosperariam, senão vejamos. Há aproximadamente um ano, o Ministro das Relações Exteriores russo, Sergey Lavrov, recebeu o seu homólogo eritreu, Osman Saleh, com quem discutiu acordos de cooperação para a construção de oleodutos e infraestrutura de transportes, bem como para o estabelecimento de uma base logística russa em território eritreu. Conquanto a confirmação e formalização da construção de tal instalação ainda esteja pendente, tal possibilidade tornou-se especialmente oportuna no contexto da reaproximação Etiópia-Eritreia – que será tema do próximo capítulo do presente trabalho –, por meio da qual o comércio etíope via portos eritreus converteu-se em uma possibilidade novamente (KORYBKO, 2018).

### 3.2.3 As Monarquias do Golfo Pérsico, a Turquia e o Irã: as disputas geopolíticas no Chifre da África

O Chifre da África e o Oriente Médio são regiões vizinhas, porém não apenas em termos geográficos. As interações entre ambas, bem como o compartilhamento de uma série de traços de razão demográfica, religiosa e econômica, datam ainda da era pré-colonial, como vistos em capítulos anteriores do presente trabalho (TODMAN, 2018). Chazam *et al.* (1999, p. 387) apontam ainda que, no contexto de intervenções extracontinentais ao Chifre no século XX, houve também o envolvimento de países do Oriente Médio, notadamente da Arábia Saudita, em meio à atuação das superpotências à época. Apesar desse histórico de engajamentos, a rápida e intensa expansão da influência do Oriente Médio – atualmente, em especial, do Golfo Pérsico – sobre tal região africana ocorreu apenas na última década, já no século XXI, com diversos acordos de cooperação econômica e militar sendo firmados entre os Estados concernidos. Tal processo, de maneira geral, é levado a cabo pelos países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) – composto pela Arábia Saudita, Bahrein, EAU, Kuwait, Omã e Qatar – junto aos pares africanos Djibouti, Eritreia, Somália e Etiópia, não raramente desempenhando as regiões de Puntlândia e Somalilândia também relevante papel nesse contexto. Paralelamente, outros atores do Grande Oriente Médio (VISENTINI, 2014), em especial a Turquia e o Irã, este hoje em menor escala, também percebem a região do Chifre da África como oportuna para seus investimentos e para a projeção de poder militar, adentrando, assim, o já complexo sistema regional. A questão que atua como pano de fundo sobre o qual as referidas dinâmicas se desenvolvem são, fundamentalmente, as rivalidades existentes entre os atores extra-africanos mencionados. Tais rivalidades, assim, acabam sendo transpostas para o cenário regional. Nesse sentido, o estabelecimento de parcerias e a alocação de recursos acabam acompanhando o alinhamento a seguir: de um lado, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos; de outro lado, Qatar e Turquia (IISS, 2018; TODMAN, 2018).

Embora hoje muito se debata sobre o papel do Golfo e da Turquia no avanço ao Chifre da África, é bem verdade que o Irã foi um dos precursores deste movimento, ainda na primeira década do século XXI. Em um momento no qual os Estados Unidos e o sistema regional de segurança estavam com as atenções voltadas ao combate ao terrorismo e a demais ameaças não-convencionais, os iranianos perceberam a oportunidade de alinhamento junto aos eritreus já em 2008. À época, o isolamento da Eritreia parecia atingir um de seus mais altos pontos, uma vez que o país era acusado de apoiar células terroristas na Somália, ao mesmo tempo que se mantinha envolvido no contencioso fronteiro junto à Etiópia –

assentada sobre uma aproximação etíope-estadunidense. Isso abriu espaço para que Teerã explorasse uma parceria com a nação africana sediada em Asmara, por meio da qual eram facilitadas as operações de sua marinha no Mar Vermelho, via utilização do porto de Assab, e, como consequência, em teatros no Oriente Médio. Tal movimento constituía uma estratégia iraniana para a construção de uma oposição ao poder estadunidense na região, tradicionalmente validado pelas suas parcerias com as monarquias do Golfo Pérsico (LEFEBVRE, 2012). Paulatinamente, contudo, o CCG passou a perceber a movimentação estratégica de Teerã, buscando, assim, formas de contê-la. Nesse sentido, para contrabalanceá-la, o CCG passou a boicotar os acordos iranianos com os Estados africanos, fornecendo-lhes mais altos contratos nas áreas de defesa e ambiciosos projetos de investimentos, além da valiosa promessa, no caso do Sudão e da Eritreia, de apoiá-los nas negociações relacionadas ao término das sanções internacionais que lhes eram aplicadas. Atualmente, é possível afirmar que tal estratégia, operada majoritariamente pela Arábia Saudita e pelos Emirados Árabes, surtiu o efeito desejado. Já em 2015, tanto a Eritreia quanto o Sudão – com os quais o Irã possuía proximidade – haviam sido colocados sob o guarda-chuva de influência da Arábia Saudita e dos EAU. Desde então, embora os iranianos mantenham presença no Golfo de Áden no Mar Vermelho – como visto em subseções anteriores –, a sua atuação no Chifre propriamente é hoje minoritária (MELVIN, 2019a).

A relevância geopolítica do Irã, contudo, não é de forma alguma minoritária. Muito embora, diretamente, a sua presença no Chifre da África esteja reduzida, os atores hoje lá atuantes cultivam rivalidades e divergências entre si, tendo o Irã como contexto. A saber, atualmente, as rivalidades estratégicas entre atores do Oriente Médio no Chifre Africano giram em torno da polarização Arábia Saudita e EAU vs. Turquia e Qatar. Fundamentalmente, tal divisão possui origem na crise do Conselho de Cooperação do Golfo, iniciada em junho de 2017, quando a Arábia Saudita, os EAU, o Bahrein, o Egito e o Djibouti – que não cortou relações bilaterais, mas que as diminuiu –, dentre outros, operaram um bloqueio político-diplomático ao Qatar. As principais alegações para a realização de tal ato envolviam, na visão dos sauditas, o apoio catari a células terroristas via engajamento com o Irã. Dentre as demandas para a retirada do bloqueio, Riade requisitava que Doha reduzisse significativamente as suas relações com Teerã, bem como que cancelasse a sua contemporânea cooperação em defesa com a Turquia. Nenhuma das demandas foi acatada pelo Qatar, que vem desempenhando uma política externa por um viés mais independente face a seus vizinhos do Golfo Pérsico. As inquietudes quanto à Turquia são provenientes, em maior escala, de Abu Dhabi, que percebe o alinhamento de Ancara com o Qatar como uma

potencial redução da sua própria influência regional (ARAS; YORULMAZLAR, 2018). Desde a eclosão da crise, as monarquias árabes demandaram dos seus pares africanos um posicionamento, o que hoje define os eixos de alinhamento na região.

De maneira quase imediata, Djibouti e Eritreia anunciaram seu apoio ao eixo Riade-Abu Dhabi, em detrimento de Doha, rompendo relações diplomáticas. Como visto em seções anteriores do presente trabalho, o Qatar, contudo, era a força de pacificação na fronteira entre ambos os países, desde o contencioso de 2008 pela região de Doumeira. Sem explicações oficiais, porém com uma mensagem tácita, Doha retirou os seus 450 oficiais que lá atuavam. Como resultado, poucos dias depois a Eritreia voltou a ocupar o território disputado, intensificando novamente o tensionamento entre os dois países (WESTALL, 2017). A Etiópia, por outro lado, não adotou um posicionamento, optando apenas por clamar pelo diálogo entre ambos os eixos da polarização que se formava. O Governo Federal da Somália, por sua vez, também pressionado a vincular-se a uma das partes, evadiu-se à decisão. Tal posição, no entanto, contrariou especialmente Abu Dhabi, que, na sequência, diminuiu seu engajamento com o governo federal de Farmajo, à época recém-eleito (MISHRA, 2019).

Nessa esteira, os EAU incrementaram seus laços com as regiões autônomas somalis, o que foi percebido como uma reação ao não-alinhamento da autoridade central, culminando com uma base militar na região da Somalilândia e contratos de reforma do porto de Berbera, além da administração emirati do porto de Bosaso, na região da Puntlândia.<sup>35</sup> O posicionamento do GFS, contudo, não foi resultado de um cálculo fácil: ao fazê-lo, considerava-se, de um lado, o maior investidor estrangeiro na Somália, a Turquia (alinhada ao Qatar no contexto da crise diplomática), e, de outro lado, o principal parceiro comercial do país, os EAU. Nesse sentido, a neutralidade frente à disputa no CCG indicou não exatamente uma desaprovação somali aos emiratis, mas sim uma ponderação algo positiva à Turquia. Decorrente do afastamento de Abu Dhabi, ocorreu a aproximação de Farmajo, reativamente, não apenas a Doha, mas também a Ancara, que opera portos e aeroportos na capital Mogadíscio, onde também possui uma base militar. O Qatar, por sua vez, tem trabalhado para preencher os vácuos deixados pelos EAU na Somália; em 2019, por exemplo, forneceu 68 veículos blindados às forças nacionais (MISHRA, 2019). Nesse sentido, é possível analisar que, na Somália, assim como ocorreu na fronteira Djibouti-Eritreia, as consequências da crise interna no CCG reverberaram de maneira explicitamente desestabilizadora, uma vez que

---

<sup>35</sup> Cardoso (2019, p. 281) contribui de maneira muito significativa para este debate. Segundo o autor, o GFS teceu veementes críticas aos acordos firmados entre os EAU, uma vez que ferem “o princípio da integralidade territorial do Estado somali, na medida que o território da Somalilândia é parte integrante da República [Federal] da Somália”.

dificultaram o processo de reconstrução estatal em curso ao promoverem a polarização entre o GFS e as regiões autônomas no norte do país (MELVIN, 2019a; SOUTHERN, 2019).

A atuação da Turquia no Chifre da África está circunscrita ao novo papel que o país visa a ocupar na política internacional, em especial no continente africano e no Oriente Médio. Por meio do estabelecimento de bases militares e do acesso a portos, Ancara almeja firmar a sua presença em regiões estratégicas, a exemplo do Mar Vermelho, Golfo de Áden e Leste da África (MELVIN, 2019a). Tal movimento turco data já de 2005, quando o país estabeleceu como meta estratégica a aproximação de relações com Estados africanos, acarretando não apenas a visita de seu primeiro-ministro, Recep Erdogan, ao continente, mas também o aumento substancial dos investimentos deste nas economias africanas. As relevantes relações com a Somália, como visto acima, refletem-se por meio da hospedagem da maior base maior base militar extrarregional turca, desde setembro de 2017. Os motivos oficialmente declarados por Ancara para o estabelecimento de tal instalação dizem respeito ao treino de tropas ao exército nacional somali (MELVIN, 2019c). Paralelamente, embora por um viés mais econômico e menos militar se em comparação à sua atuação na Somália, a Turquia também mantém proximidade junto ao Djibouti. A saber, o referido país, em 2017, “concordou em abrir uma zona econômica especial turca para permitir e incentivar as empresas desse país a estabelecerem indústrias na região, possibilitando uma maior entrada de produtos turcos no continente” (CARDOSO, 2019, p. 293). Ressalta-se, ainda, que, além de iniciativas direcionadas à consecução de seus objetivos de política externa e econômica, a Turquia também atua no Chifre da África a fim de balancear a expansiva influência saudita e emirati, principalmente no contexto das rivalidades geradas pela crise do Golfo de 2017.

Antagonicamente à Turquia e ao Qatar, há o outro polo do engajamento extrarregional com o Chifre Africano, composto, essencialmente, pela Arábia Saudita e pelos Emirados Árabes.<sup>36</sup> Lançando mão dos argumentos de Melvin (2019c, p. 9, tradução nossa), obtém-se a percepção de que, em um primeiro momento, o avanço saudita e emirati à região era fomentado pela necessidade estratégica de “frustrar as ambições iranianas na região”. Como foi apontado anteriormente na presente seção, tal imperativo estratégico, contudo, foi executado e Teerã já não mais configura entre as ameaças imediatas destes países no Chifre

---

<sup>36</sup>Muito embora os interesses sauditas e emiratis caminhem de maneira próxima no Chifre da África, principalmente quando em oposição ao eixo Turquia-Qatar, faz-se a ressalva de que, analisando-se minuciosamente, percebem-se objetivos estratégicos distintos dentro de tal aliança. “Por um lado, a prioridade da Arábia Saudita é combater o Irã na região, principalmente os Houthis no Iêmen. Por outro lado, os Emirados Árabes Unidos desenvolveram um objetivo estratégico mais amplo de projetar sua influência geopolítica no Chifre, inclusive através da guerra no Iêmen. Os EAU estabeleceram bases militares e portos comerciais na região e construíram alianças ao longo da costa do Iêmen, o que aponta para uma estratégia de longo prazo (MELVIN, 2019, p. 15, tradução nossa).

da África. Isto posto, observa-se que, dadas as crescentes necessidades táticas relacionadas à coalizão saudita na Guerra Civil do Iêmen, o Chifre se tornou importante não mais pela necessidade de conter a influência iraniana *per se*, mas sim pela possibilidade de receber bases militares e instalações logísticas dedicadas ao lançamento de operações no teatro de guerra iemenita, uma vez que os litorais tanto do Djibouti quanto da Eritreia estão imediatamente dispostos à frente da costa oeste do Iêmen. Posteriormente, somou-se a isso a necessidade de balancear a expansão tanto da Turquia quanto do Qatar na região, a Arábia Saudita e os EAU passaram a conceber o Chifre também como um “espaço para a competição por procuração” entre tais potências do Oriente Médio. Larsen e Stepputat (2019) contribuem para o debate ao afirmarem que, além das motivações imediatamente acima dispostas, há dois outros pontos nevrálgicos nos objetivos de Riade e de Abu Dhabi para a região, quais sejam: (i) a diversificação das suas economias, hoje integralmente indexadas às oscilações dos mercados globais de petróleo; (ii) o combate à proliferação de movimentos como a Irmandade Muçulmana – vistos como uma ameaça existencial ao Estado – mediante o estabelecimento de alianças com Estados localizados no Chifre e Norte da África, bem como no Oriente Médio.

Para além de motivações táticas e estratégicas, é necessário enfatizar que oportunidades econômico-comerciais desempenham também um papel central na política africana de ambas os Estados em questão – aqui, é possível estender a análise também ao Qatar. Nesse sentido, há uma tendência crescente, no contexto da bibliografia sobre a temática, a perceber a influência do Golfo na região por meio de um “estadismo econômico”. A hipótese do estadismo econômico, assim, vê-lo-ia como um instrumento de política externa econômica por meio do qual a promoção de investimentos e o estabelecimento de parcerias comerciais estariam, na verdade, circunscritos e condicionados à consecução dos objetivos político-militares desses Estados na região (KHAN, 2018; YOUNG, 2016). O questionamento apresentado a seguir auxilia na exemplificação do dilema envolvido na hipótese do estadismo econômico: “os EAU realmente têm claros os dividendos econômicos que sua parceria com a Etiópia pode proporcionar ou tal aproximação se trata fundamentalmente de enfraquecer a posição da Turquia e de contrabalancear o Qatar?” (KHAN, 2018, p. 11, tradução nossa). Ainda que a confirmação da hipótese do estadismo econômico demande futuras pesquisas e análises, constitui-se já em um fato que a Arábia Saudita e os EAU disputam portos, recursos, mercados e contratos com seus pares turcos e cataris no Chifre da África (ICG, 2019a).

Uma vez analisados os principais objetivos de Riade e de Abu Dhabi na região, parte-se, pois, para avaliação da configuração da sua atual presença no Chifre Africano. Inicialmente, o aliado preferencial para o recebimento de instalações desses Estados seria a

República do Djibouti – a qual, reitera-se, rompeu relações com o Qatar quando da crise do CCG. De fato, emiratis e sauditas haviam já enviado tropas à região de Haramous, dentro da cidade de Djibouti, próxima à base americana de Camp Lemmonier, de onde operariam em suporte às operações no Iêmen. Em 2015, no entanto, um contencioso diplomático entre Djibouti e Abu Dhabi, cujas razões permanecem turvas, intensificou-se rapidamente, inclusive culminando com o rompimento de relações diplomáticas entre ambos.<sup>37</sup> Estas foram reestabelecidas já em 2016, porém as movimentações político-econômicas já haviam preparado o caminho para um acordo de cooperação militar com a Eritreia, vizinha e rival à época do Djibouti. Segundo Abdi (2017, p. 4, tradução nossa), o interesse da Arábia Saudita e dos EAU na Eritreia era evidente, dado que o país “possui instalações militares bem desenvolvidas, forças armadas experientes e fica perto do importante flanco sul do Iêmen”, motivando os dois Estados a assinarem tal acordo, o qual lhes concedeu “um contrato de arrendamento de 30 anos para usar o porto de Assab e um aeroporto militar próximo a este”. O país africano, por outro lado, também mantinha seus próprios interesses estratégicos na aproximação com os vizinhos do Golfo. A saber, considerando o isolamento regional de Asmara, seria possível capitalizar tal parceria para fins políticos, não apenas passando a desempenhar um papel mais assertivo no sistema regional, mas também adquirindo apoio às suas reivindicações por redução das sanções internacionais a si impostas naquele momento (ABDI, 2017). Fora tais macropropósitos, a Eritreia recebeu, em termos práticos, “investimentos em diversos setores por parte dos EAU e aumento no fornecimento de combustíveis, bem como compromissos para a modernização de suas Forças Armadas e do Aeroporto Internacional de Asmara” (CARDOSO, 2016, p. 285).

Analisando-se a crescente competição estratégica entre Arábia Saudita, EAU, Qatar e Turquia pelo Chifre da África, ainda não é possível afirmar, categoricamente, se tal processo promove estabilidade ou instabilidade. É bem verdade, contudo, que houve momentos em que se acarretou instabilidade – como quando da retirada das tropas cataris da região fronteiriça entre Djibouti e Eritreia, bem como quando da aproximação emirati às regiões autônomas da Somália em detrimento do governo central. Além disso, os padrões de investimento de tais atores externos estão dando o tom das relações bilaterais, suscitando alegações de que um clientelismo competitivo estaria sendo gerado na região. Por outro lado, houve o

---

<sup>37</sup> Abdi (2017), como dito acima, aponta que não se tem acesso às motivações concretas da disputa. Cardoso (2019) e Melvin (2019a) afirmam que, em primeiro plano, a crise foi deflagrada pelo pouco indevido de um avião militar emirati no Aeroporto Internacional; como plano de fundo, contudo, havia o descontentamento dos EAU com o crescente envolvimento djibutiano junto à China.

estabelecimento de iniciativas que alteraram o cenário regional em direção à estabilidade, como o recente acordo Etiópia-Eritreia, analisado no capítulo a seguir (MELVIN, 2019a).

#### **4 A NOVA POLÍTICA EXTERNA ETÍOPE E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA A REGIÃO**

O presente capítulo visa à apresentação de recentes eventos político-diplomáticos que acometeram o cenário regional do Chifre da África, almejando analisar se eles representam uma mudança estrutural ou apenas circunstancial na correlação de forças regional. Em capítulos anteriores, objetivou-se, de maneira preliminar à presente análise, a descrição das estruturas, dos atores e dos padrões de aproximação e rivalidade entre estes no contexto de uma correlação de forças “tradicional”, ou seja, vigorante, virtualmente, na integralidade das duas últimas décadas. Faz-se oportuno, portanto, previamente à discussão que se sucederá neste capítulo, concatenar algumas informações apresentadas anteriormente.

Conforme já analisado, desde 1998, vigorava, no Chifre da África, uma correlação de forças cujo mais destacado traço do seu componente regional dizia respeito ao tensionamento entre a Etiópia e a Eritreia. Em torno de tal hostilidade bilateral, suscitavam-se outros polos de aproximação e rivalidade, quais sejam: (i) a aproximação Etiópia-Djibouti e a dependência mútua assimétrica de razão econômica em favor de Addis Abeba; (ii) a rivalidade Djibouti-Eritreia em função de litígios fronteiriços e de competição econômica por alocação de investimentos; (iii) a rivalidade Eritreia-Somália catalisada por acusações de envolvimento de Asmara a insurgentes em território Somali. Há, ademais, fatores que atuam na estrutura do sistema de correlação de forças regional; dentre eles, citam-se: (i) o vulto da economia e da população etíopes, locomotivas econômicas da região, ao mesmo tempo que o país não possui acesso ao mar desde a independência da Eritreia em 1993; (ii) o engajamento político-diplomático do Djibouti via instituições internacionais, em especial, aqui, a IGAD; e (iii) a Guerra Civil na Somália e a fragmentação do poder central, representado pelo fortalecimento e atuação autônoma das regiões federais, especialmente Somalilândia e Puntlândia.

Soma-se ao componente regional da correlação de forças no Chifre da África o componente extrarregional, caracterizado pela presença dos seguintes atores: EUA, China, França, Japão e Rússia, Arábia Saudita, EAU, Qatar e Turquia. Tais Estados, em um processo crescente desde 2001, o qual adquiriu intensidade na segunda década do século XXI, firmaram a sua presença não apenas em termos econômicos e diplomáticos, mas também estratégico-militares, inclusive com o estabelecimento de bases militares em solo africano. A

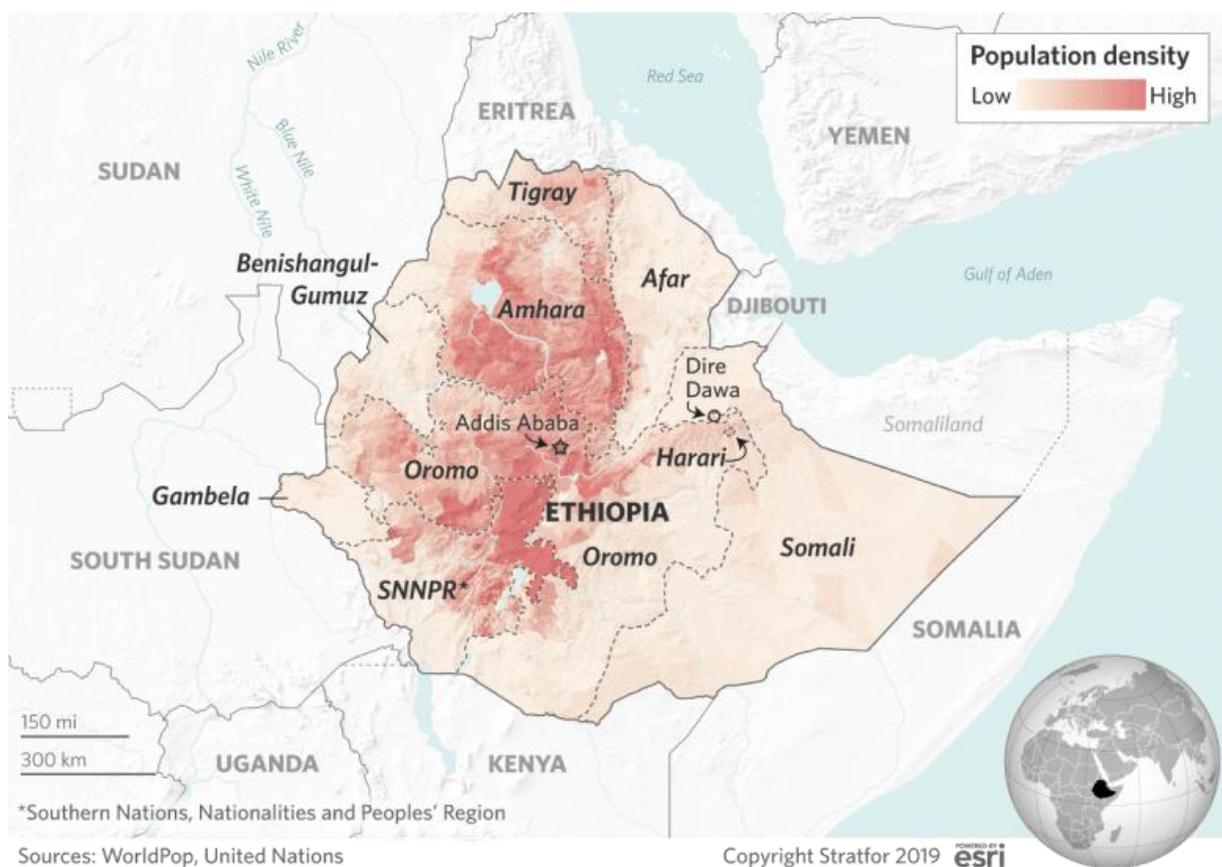
referida presença extrarregional aliou-se às já existentes rivalidades regionais, criando uma cadeia complexa de interações e (re)alinhamentos. As expectativas de que tal processo acarretasse instabilidade generalizada – em certos casos, de fato concretizada – no cenário regional em cimentação, contudo, observaram desenvolvimentos inesperados e, de certa forma, até contraintuitivos. Ainda há a necessidade, por outro lado, de examinar se tais desenvolvimentos irão maturar, tornando-se estrutura. Faz-se válido ressaltar, nesse sentido, que, muito embora haja no Chifre transformações de origem fundamentalmente endógenas, frequentemente atuam os atores extrarregionais como variáveis intervenientes ora facilitadoras ora desestabilizadoras da cooperação intrarregional.

Isto posto, adentra-se, pois, na discussão do presente capítulo propriamente. A saber, dentre tais desenvolvimentos contraintuitivos acontecidos recentemente no Chifre da África, o mais significativo, simbólico e talvez emblemático foi o re-estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Democrática Federal da Etiópia e o Estado da Eritreia, no dia 09 de julho de 2018, no contexto de uma cúpula bilateral realizada em Asmara, após vinte anos em estado de guerra. Este movimento reverberou de tal maneira no sistema regional que rivalidades históricas e dinâmicas já consolidadas estão, paulatinamente, abrindo espaço para novas frentes de cooperação. Por um lado, a reaproximação etíope-eritreia acontece em meio a um processo de transformações domésticas na Etiópia, marcado pela ascensão de um Primeiro-Ministro reformista, Abiy Ahmed Ali, que busca imprimir um renovado padrão à política externa e de segurança do país. Por outro lado, tal movimento está também circunscrito à influência de atores do Oriente Médio – nesse caso, especificamente, a Arábia Saudita e os EAU –, que atuaram como facilitadores dos acordos entre Etiópia e Eritreia, inclusive com a ocorrência de uma cúpula trilateral – da qual também participou o Secretário-Geral da ONU, o português Antônio Guterres – em Jeddah, na Arábia Saudita (EDOM, 2018).

O acordo de paz entre a Etiópia e a Eritreia acontece em meio às transformações políticas que hoje envolvem o Estado etíope. A saber, como analisado no primeiro capítulo do presente trabalho, a Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (FDRPE), em 1991, depôs o DERG, instituindo um novo período político na história do país. Dada a diversidade étnica e o histórico conflitivo relacionado a tal condição, em 1994, adota-se uma Constituição que subdividia a administração entre nove estados regionais étnicos, aos quais era garantida certa autonomia de gestão. A FDRPE, desde então, continuou sendo o partido de maior expressão em escala federal, contando hoje com 7 milhões de membros afiliados e exercendo pleno domínio sobre os sucessivos processos eleitorais. No pleito eleitoral de 2015, a título de exemplo, obteve 100% dos assentos no parlamento etíope. Cumpre ressaltar que a FDRPE é

resultado de uma coalizão entre quatro partidos étnicos, quais sejam: Organização Democrática dos Povos Oromo (ODPO), Movimento Nacional Democrático Amhara (MNDA), Movimento Democrático dos Povos do Sul da Etiópia (MDPSE) e Frente de Libertação do Povo Tigré (FLPT). Dentre estes, por 27 anos, a FLPT exerceu maior expressividade nos quadros do partido. Recentemente, no entanto, insatisfações quanto à política por ela implementada cresceram na Etiópia, em especial nas regiões mais populosas de Amhara e Oromo, conforme ilustra a Figura 6 abaixo (SOLIMAN, 2019).

**Figura 6** – Estados regionais étnicos da Etiópia



Fonte: Rakowski (2019).

A crise teve início, assim, em 2014, sendo lançada pelos Oromos, que constituem o maior grupo étnico da Etiópia, porém logo proliferando-se para outras regiões do país. Os movimentos eram especialmente motivados pelo descontentamento quanto ao que tais grupos percebiam como um favorecimento das “terras altas” etíopes, referindo-se à região do Tigré, a norte, pelo governo federal da FLPT. Desde então, sucederam-se quatro anos de perenes e intensos protestos populares, os quais foram respondidos pelo então Primeiro-Ministro Hailemariam Desalegn (MDPSE) de maneira algo repressiva, incluindo a prisão de líderes de

oposição e de manifestantes nas ruas. Mesmo com a instauração de um estado de emergência nacional, o Primeiro-Ministro não resistiu às demandas populares e renunciou em fevereiro de 2018. Nesse momento, iniciaram-se os debates quanto à nova liderança etíope, tradicionalmente ocupada pelo também líder da FDRPE. Na ocasião, personalidades oromo perceberam a oportunidade de se capitalizar politicamente sobre a insatisfação popular, posicionando-se, assim, de maneira empática aos manifestantes e passando-lhes a mensagem de que poderiam desempenhar uma força política alternativa, muito embora integrassem o mesmo partido formalmente do antigo governante. Dessa forma, em uma das primeiras vezes que tal fenômeno ocorreria, as eleições internas da FDRPE foram acirradas, sendo um líder Oromo da OPDO o favorito ao pleito. Após algumas horas de discussões e de votações, de fato, Abiy Ahmed Ali foi eleito líder do partido e, conseqüentemente, designado Primeiro-Ministro. Isso significou o primeiro mandato da ODPO, cujos representados concernem cerca de 35% da população etíope, no cargo máximo do executivo. Abiy tomou posse, por conseguinte, em 2 de abril de 2018 (RAKOSKI, 2019; SOLIMAN, 2019).

Desde a sua inauguração, Abiy Ahmed implementou uma série de reformas em diversos setores da administração etíope. Antes de avançar para debates em matéria de política externa, cabem ainda outras constatações quanto a reformas implementadas pelo novo Primeiro-Ministro no âmbito doméstico. A saber, Abiy Ahmed, “um ex-oficial do exército e do serviço de inteligência, reformista oromo, cristão protestante evangélico devoto com um nome muçulmano, possuía o perfil correto para tranquilizar vários segmentos descontentes da sociedade etíope” (ICG, 2019b, p. 15, tradução nossa). Assim, em meio a um cenário de certa euforia quanto à sua eleição, uma vez que o simbolismo de um líder oriundo da marginalizada região da Oromia era substancial, Abiy visou à adoção de medidas que o distanciassem das administrações anteriores, às quais teceu duras críticas em função de acusações de abuso de poder pelo alto escalão do governo e do partido (ICG, 2019b; LYONS, 2019).

Inicialmente, o novo Primeiro-Ministro visitou quase todas as capitais das regiões componentes do Estado etíope a fim de dirimir a crescente tensão entre as comunidades dentro das fronteiras nacionais. Propôs também a retração do desenvolvimentismo de Estado com o objetivo de solucionar a dívida pública e a crise cambial pela renegociação dos termos de empréstimos junto à China, de quem percebe a Etiópia demasiadamente endividada (SOLIMAN, 2019). Foram estabelecidos, além disso, acordos junto a organizações anteriormente consideradas terroristas, como a Frente de Libertação Oromo e a Frente de Libertação Nacional do Ogaden, as quais concordaram com o término da luta armada e com o seu cadastro como partidos políticos na Etiópia. Eleições gerais multipartidárias também estão

sob preparação para maio de 2020 (LYONS, 2019), em um contexto no qual o governo “libertou centenas de prisioneiros políticos, encontrou-se e engajou-se com a oposição política e com a sociedade civil para discutir reformas, especialmente dos setores de justiça e segurança” (GAAS, 2019, p. 14, tradução nossa).

Apesar das iniciativas acima descritas, foi na área de política externa que as ações do novo Primeiro-Ministro etíope mais repercutiram. Nesse sentido, o seu primeiro – e talvez um dos mais significativos – esforço foi no sentido de reverter um ponto chave da política de segurança de Meles Zenawi, que ocupou o atual cargo de Abiy até 2012, qual seja: a percepção de que os EAU e a Arábia Saudita seriam rivais estratégicos da Etiópia no Chifre da África. Nesse sentido, imediatamente após as suas primeiras visitas a Estados da região – Djibouti, Sudão e Quênia –, Abiy embarcou para Riade e Abu Dhabi, sinalizando o intuito da nação africana de aproximar-se de tais atores. Este movimento surtiu efeitos de cunho prático, de tal maneira que, em junho de 2018, autoridades emiratis viajaram a Addis Abeba, onde assinaram um contrato de US\$3 bilhões em assistência financeira e investimentos, dos quais US\$1 bilhão seria destinado ao Banco Central da Etiópia a fim de remediar a escassez crônica de divisas do país. Nesse contexto, faz-se necessário lembrar, conforme apontado no capítulo anterior, os laços da vizinha Eritreia, até então sem relações diplomáticas junto à Etiópia, com a Arábia Saudita e, em especial, com os EAU, os quais lá mantêm uma base militar. Assim, no contexto da aproximação iniciada por Abiy em relação a tais Estados do Golfo, analistas argumentam que houve pressão saudita e emirati, via canais diplomáticos extraoficiais, para que Addis Abeba restabelecesse relações com Asmara (ICG, 2019b; LONS, 2018). Nas palavras de ICG (2019b, p. 18, tradução nossa), “a injeção de capital do Golfo proporcionou o impulso econômico e parece ter acelerado as tentativas já em andamento para o término do conflito congelado de duas décadas com a Eritreia”.

O conflito Etiópia-Eritreia, que perdurava desde 1998 em um estado de guerra irresoluto, não parecia estar caminhando para uma solução imediata, opinião inclusive compartilhada entre pesquisadores e autoridades relacionados à região (BEREKETEAB, 2019). Assim, de maneira contraintuitiva, em 5 de junho de 2018, o Primeiro-Ministro Abiy anuncia o comprometimento “completo e incondicional” da Etiópia à decisão da Comissão de Fronteiras Eritreia-Etiópia (CFEE) de 2002. Tal parecer colocava a cidade de Badme, cuja invasão deflagrou o conflito fronteiro, em território da Eritreia. Tal anúncio por parte da Etiópia representou o primeiro passo em direção à resolução do conflito bilateral. Nessa ocasião, também foi enviado um convite ao Presidente eritreu, Isaias Afewerki, para que viajasse à Etiópia a fim de negociar e concluir um eventual acordo de paz, o que foi aceito, no

dia 20 de junho do mesmo ano, e cumprido alguns dias após. Reciprocamente, no mês seguinte, entre os dias 8 e 9 de julho, Abiy Ahmed viajou à capital da Eritreia, Asmara, a fim de analisar os pontos finais do acordo e, assim, formalizá-lo. O Acordo de Paz e Amizade entre a Etiópia e a Eritreia, foi, portanto, firmado nessa ocasião. Estabeleceu-se:

- (i) o término do estado de guerra; (ii) a cooperação em questões políticas, econômicas, sociais, culturais e de segurança, e a abertura de embaixadas nas respectivas capitais; (iii) conexões em comércio, comunicações e transportes; (iv) implementação da decisão de fronteira; (v) trabalho conjunto em prol da paz e da segurança na região (BEREKTEAB, 2019, p. 14, tradução nossa).

Na sequência, o Presidente eritreu foi à Etiópia, novamente, para uma visita de Estado de três dias, onde foi recebido com tom de esperança entre os nacionais etíopes. Nesse ínterim, o Secretário-Geral da ONU, Antônio Guterres, salientou que a aproximação etíope-eritreia parecia representar “poderosos ventos de mudança soprando pelo Chifre da África” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018). Berekteab (2019, p. 14, tradução nossa), por outro lado, enfatiza um importante argumento: “em nenhum momento nas últimas três décadas a paz no Chifre da África pareceu estar tão perto; no entanto, por vezes a região aparenta tanto querer a paz, que parece esquecer o quão recente foi a guerra”. Tal constatação visa a pontuar que, muito embora os recentes acontecimentos suscitem expectativas positivas para a região, a volatilidade das relações intrarregionais e a proximidade temporal com que tal quadro se manifesta demandam cautela em termos analíticos. De qualquer maneira, no entanto, dois meses após a assinatura de tal primeiro acordo, tanto a Etiópia quanto a Eritreia foram à Arábia Saudita, em Jeddah, para, nesta ocasião, assinarem o Acordo de Paz, Amizade e Cooperação. A especial relevância desse acontecimento reside no fato de que, com isso, os novos arranjos político-diplomáticos entre ambos os países estavam sendo selados em âmbito internacional, sob observância tanto do Rei da Arábia Saudita quanto do Secretário-Geral da ONU, conforme visto anteriormente (ICG, 2019b).

Ambos os acordos, de Asmara e de Jeddah, adquiririam substância, em termos práticos, a partir do dia 11 de setembro de 2018, quando foi aberta a comunicação rodoviária em partes da fronteira que anteriormente estavam sob ocupação militar. Haja vista o longo intervalo de tempo sem utilização, contudo, tais rodovias tiveram que passar por reparos antes da reinauguração, a exemplo da estrada que conecta o Porto de Assab, na Eritreia, à capital etíope, Addis Abeba, em um movimento quase simbólico, dado o histórico da problemática portuária para a Etiópia. Para além do restabelecimento de fluxos comerciais possibilitado pela abertura das rodovias, é necessário enfatizar também que o fluxo de pessoas na fronteira

foi um desdobramento positivo dos acordos de paz, considerando que havia famílias e comunidades divididas, nessas regiões, devido à militarização do controle fronteiro até então vigente (BEREKTEAB, 2019). Uma das principais repercussões do Acordo de Paz entre a Etiópia e a Eritreia foi concessão do Prêmio Nobel da Paz de 2019 ao Primeiro-Ministro etíope, Abiy Ahmed. A premiação reconheceu os seus esforços em direção à paz e à cooperação internacional, refletidos principalmente pelo acordo (BURKE; HENLEY, 2019).

De acordo com o ICG (2019b), por outro lado, deve-se assinalar que os movimentos de Abiy em termos de política externa não são integralmente novos. A saber, ainda na gestão de Hailemariam, já se conservava o intuito, no governo etíope, de reaproximar-se da Eritreia; tal líder, contudo, não usufruía do capital político necessário para levar a cabo tais mudanças, situação a qual não ocorre com o novo Primeiro-Ministro Abiy. Por outro lado, é bem verdade que tal capital político é também resultado do apoio, no plano de fundo, que Abiy logrou conquistar junto à Arábia Saudita e aos EAU, os quais, por sua vez, possuem interesses estratégicos na reaproximação Etiópia-Eritreia. A empresa emirati Dubai Ports World está visando ao desenvolvimento, para fins comerciais, do Porto de Assab, por meio do qual, uma vez reatadas as relações bilaterais entre ambas as nações africanas, entrarão e sairão mercadorias para e da Etiópia, a qual, como já visto, é a economia africana que mais cresce. Cumpre enfatizar, além disso, que, em agosto de 2018, apenas um mês após o acordo ser firmado, Abu Dhabi anunciou a construção de um oleoduto conectando Addis Abeba também ao porto de Assab na Eritreia. Addis Abeba e Asmara fortalecidas comercialmente vão ao encontro dos objetivos estratégicos de Riade e Abu Dhabi na região, os quais, como já explorado, visam à contensão da influência turca e catari, bem como à expansão das suas próprias (LONS, 2018).

#### 4.1 OS DESDOBRAMENTOS REGIONAIS DA APROXIMAÇÃO ETIÓPIA-ERITREIA

A partir do Acordo de Paz selado junto à Etiópia, a Eritreia obteve a oportunidade de contornar o isolamento regional e internacional sob o qual estava circunscrita desde a primeira década do século XXI. A aproximação acarretou uma série de vantagens estratégicas ao país tanto no curto quanto no longo prazo, e, de imediato, a questão relacionada diretamente à fronteira é a vantagem que parece ser mais tangível, senão vejamos. Uma vez abertas as fronteiras, os fluxos de capital, de pessoas e de mercadorias são possibilitados, de tal maneira que os investimentos, por exemplo, anteriormente restritos à atuação dentro das fronteiras nacionais, agora poderão ser alocados no Estado vizinho. Há a questão, ademais, como

apontado em demais partes do presente trabalho, que o restabelecimento de relações bilaterais permite a utilização dos portos eritreus pelos etíopes. A Etiópia, que possui a maior economia da região, opera cerca de 90% do seu comércio marítimo pelo Porto de Djibouti, dado o bloqueio até então vigente à utilização dos portos eritreus, principalmente em Assab. Tal cenário fazia com que a Eritreia não obtivesse os dividendos resultantes da potencial circulação de mercadorias e de serviços pela utilização etíope de suas instalações marítimas. Agora, com o comércio aberto, é notável o influxo de ganhos econômicos a Asmara, juntamente ao engajamento saudita e emirati de anos recentes (GAAS, 2019).

Há outro desenvolvimento político-diplomático recente que também contribuiu para a retirada do isolamento sob o qual vivia a Eritreia. Desde 2009, a Eritreia estava sob sanções internacionais multilaterais, aplicadas pela Organização das Nações Unidas. Dentre os motivos para a aplicação das sanções constava o suposto apoio eritreu a atores armados não-estatais na Somália, bem como a permanência da sua posição beligerante em conflitos de fronteira com Estados vizinhos – a Etiópia e o Djibouti. Em novembro de 2018, contudo, as sanções à Eritreia foram retiradas, em uma iniciativa do Reino Unido, apoiado pelos EUA e aliados, no âmbito do Conselho de Segurança da referida organização. O Acordo de Paz junto à Etiópia foi uma das principais razões para tal movimento, uma vez que demonstrou o comprometimento de Asmara com a promoção da estabilidade no Chifre da África. É necessário pontuar, ademais, que, em anos recentes, a Eritreia obteve apoio dos Emirados Árabes e da Arábia Saudita às suas reivindicações políticas a nível internacional, o que também contribuiu para o aumento da robustez dos pleitos do país junto às instituições multilaterais (SOLIMAN, 2019). Não foi apenas junto à ONU, contudo, que houve o incremento de relações. A saber, desde a crise fronteiriça com o Djibouti, em 2008, ambos os Estados não mantinham relações diplomáticas oficiais. Em setembro de 2018, no entanto, seguindo o padrão estabelecido com a aproximação Etiópia-Eritreia, Asmara retomou relações bilaterais com o Djibouti, encerrando o estado de guerra entre ambos, reabrindo representações diplomáticas e estabelecendo acordos de cooperação na construção e modernização de portos (BEREKETEAB, 2019).

A Somália, por sua vez, que não mantinha relações com a Eritreia em função das acusações do envolvimento de Asmara a grupos terroristas em território somali, também seguiu o movimento de aproximação que caracterizou o Chifre da África em 2018. Estabeleceram-se, assim, relações diplomáticas bilaterais, acarretando a abertura de embaixadas. Em dezembro de 2018, o Presidente eritreu foi à Somália pela primeira vez. Desde então, emerge um quadro “tripartite” entre Somália, Eritreia e Etiópia na região, as

quais, também desde 2018, vêm organizado reuniões trilaterais para a discussão de temas relacionados à segurança regional e a questões econômicas (SHABAN, 2018).

Por fim, analisando-se a atuação do Djibouti frente às novas dinâmicas regionais e às reaproximações junto à Eritreia, é necessário, antes, reforçar que a referida nação africana obtinha benefícios estratégicos de ordem econômica e de segurança pela manutenção do status quo, ou seja, pela permanência do isolamento eritreu. Tal argumento está assentado no fato de que, uma vez fechada à Etiópia, a Eritreia automaticamente transpunha o seu potencial comercial marítimo a portos ou na Somália ou no Djibouti. Não à toa, hoje, o Djibouti opera a grande maioria das transações etíopes com o mundo via oceanos. Deve ser lembrado, além disso, o contencioso protagonizado pelo Djibouti e pelos Emirados Árabes Unidos em função do Porto de Doraleh. Tal disputa econômico-diplomática é um dos fatores que distancia o Djibouti dos arranjos tripartites entre Etiópia, Eritreia e Somália, uma vez que o lobby saudita e emirati – o qual, como visto, é uma força cada vez mais presente nas políticas externa e de segurança tanto de Asmara quanto de Addis Abeba – atua de maneira punitiva a este ator regional (SIDRA, 2018).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas na presente monografia buscaram sistematizar as diversas variáveis, bem como os objetivos destas, que hoje atuam no cenário regional do Chifre da África. O quadro que se impõe não é, de forma alguma, simples, sendo permeado por uma complexa cadeia de atores que, via engajamentos conflitantes, incrementam as suas relações com a região. Na seção de introdução deste trabalho, foram apresentados alguns objetivos. No momento, uma vez completa a análise a que se propunha, cabe retomar tais objetivos de pesquisa, a fim de avaliar os resultados obtidos para cada um particularmente. Parte-se da premissa de que os objetivos específicos se somam e se entrelaçam entre si para a construção de uma possível resposta, ou ao menos avaliação, ao objetivo geral.

O primeiro objetivo específico visava, pois, ao “estudo acerca da base histórica e dos macroprocessos sobre os quais se assentam as estruturas do atual sistema regional no Chifre da África, analisando-se desde as formações políticas da África pré-colonial até os desdobramentos imediatos do fim da Guerra Fria”. De fato, da discussão apresentada, obtém-se o resultado de que a base histórica constitui parte fundamental das dinâmicas hoje existentes entre os Estados do Chifre da África. A consideração quanto às formações populacionais, seja da Etiópia seja da Somália, continuam relevantes para o entendimento das fragmentações observadas ainda hoje, por exemplo, no contexto da Guerra Civil na Somália. De igual maneira, vê-se que a política externa de segurança da Etiópia conserva ainda o seu grau de prioridade à defesa nacional, o que ocorre em observância ao passado de invasões que caracteriza a história nacional.

O segundo objetivo específico, que visava ao entendimento dos elementos que conferem ao Chifre da África uma condição geoestratégica, obteve, como resultados, a percepção, por um lado, de que tal condição está atrelada à proximidade da região com o estreito de Bab-el-Mandeb, com o Mar Vermelho e com o Golfo de Áden, considerando-se, ademais, a relevância destes espaços para trânsito marítimo tanto em termos econômicos quanto militares. Nesse sentido, o Chifre é estratégico, pois propicia a possibilidade de combater ameaças à estabilidade de tais ativos marítimos, a exemplo da Guerra Civil no Iêmen, das atividades de pirataria no Golfo de Áden, bem como da crescente militarização destas porções de água. Por outro lado, observou-se que a relevância do Chifre da África também se dá em termos continentais, ou seja, relacionados à possibilidade de determinado ator projetar poder tanto para operações no continente africano quanto no Oriente Médio. Dentre tais operações, ressaltam-se as atividades de contraterrorismo na região.

O terceiro objetivo específico dizia respeito à análise da correlação de forças no Chifre da África, considerando os componentes tanto regional quanto extrarregional. Como resultados, assim, obteve-se o entendimento de que, no componente regional, a mais forte característica estava relacionada ao tensionamento entre a Etiópia e a Eritreia, em torno da qual giravam outras polarizações, quais sejam: (i) a aproximação Etiópia-Djibouti e a dependência mútua assimétrica de razão econômica em favor de Addis Abeba; (ii) a rivalidade Djibouti-Eritreia em função de litígios fronteiriços e de competição econômica por alocação de investimentos; (iii) a rivalidade Eritreia-Somália catalisada por acusações de envolvimento de Asmara a insurgentes em território Somali. Em relação ao componente extrarregional, identificou-se a presença física de Estados Unidos, China, França, Japão e Rússia como atores externos à África e ao Oriente Médio. Dentre os atores do Oriente Médio, percebe-se o engajamento de EAU, Arábia Saudita, Qatar e Turquia. Nesse sentido, dada a já intensa interação entre tais atores, essas potências compõem a correlação de forças regional.

O quarto objetivo específico almejava verificar “dos recentes eventos político-diplomáticos que influenciaram o cenário regional do Chifre da África, no contexto de transformações na Etiópia”. Como resultado, obtém-se a noção de que, motivada por mudanças implementadas pelo novo Primeiro-Ministro do país, a Etiópia acena para sua vizinha Eritreia, em um processo que culmina com o restabelecimento de relações diplomáticas bilaterais, reverberando também nos demais Estados que compõem o sistema regional, a exemplo da aproximação entre Eritreia e Djibouti. Abaixo, considerações adicionais são tecidas em relação a tais resultados.

Por fim, portanto, uma vez considerados os quatro objetivos específicos dispostos acima, bem como os seus respectivos resultados, avança-se, agora, para a avaliação do objetivo geral, o qual, na verdade, relaciona-se com o problema de pesquisa do presente trabalho. Assim, retoma-se: “a presença de atores extrarregionais e transformações na política externa e de segurança da Etiópia acarretam mudanças na estrutura da correlação de forças do Chifre da África?”. Uma vez realizado o estudo proposto, parece ser inegável, de fato, a existência de novas formas e novos padrões de relacionamento entre os Estados que compõem a correlação de forças no Chifre da África, em especial no seu componente regional. A aproximação Etiópia-Eritreia, além de ser o mais relevante desenvolvimento político desse contexto, é também o mais expressivo exemplo da resposta que aqui obtemos. Ao mesmo tempo que mudanças internas na política etíope provocaram o intuito de reaproximação com a Eritreia, tal intuito – endógeno – foi catalisado pelos objetivos estratégicos tanto dos Emirados Árabes Unidos quanto da Arábia Saudita, que percebiam vantagens para si na

potencial reaproximação entre Addis Abeba e Asmara. Nesse sentido, vemos que tanto a presença extrarregional quanto o protagonismo etíope provocaram substanciais alterações no padrão de relacionamento entre os Estados na região. *No entanto*, e este parece ser o ponto crucial para responder o problema de pesquisa, não é possível afirmar, ainda, se tais transformações dar-se-ão no nível estrutural, ou seja, se elas irão maturar no longo prazo. Assim, permanece incerta a indagação quanto a sustentabilidade do acordo etíope-eritreu em anos futuros. A proximidade temporal com que tais acontecimentos são avaliados é ainda muito próximo. Este aspecto parece ser fundamental para o entendimento dos resultados obtidos. Em conclusão, portanto, respondendo diretamente ao problema de pesquisa disposto acima, pode-se inferir que a presença de atores extrarregionais e transformações na política externa e de segurança da Etiópia acarretam mudanças no padrão de relacionamento atual entre os Estados envolvidos no Chifre da África; por outro lado, o esforço de pesquisa não foi capaz de atingir conclusões categóricas quanto a mudanças na *estrutura* da correlação de forças do Chifre da África, o que, como dito acima, requer distanciamento temporal.

## REFERÊNCIAS

- ABDI, Rashid. **A Dangerous Gulf in the Horn: How the Inter-Arab Crisis is Fuelling Regional Tensions**. Nairóbi: International Crisis Group, 2017. Disponível em: <<https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/gulf-and-arabian-peninsula/dangerous-gulf-horn-how-inter-arab-crisis-fuelling-regional-tensions>>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- ADEBAJO, Adekeye. **The curse of Berlin: Africa after the Cold War**. New York: Oxford University Press, 2013.
- ADEJUMOBI, Saheed A. **The History of Ethiopia**. Westport: Greenwood Press, 2007.
- AFRICAN DEVELOPMENT BANK (AfDB). **Investing in Transition States: The Horn of Africa Opportunity**. Abidjan: African Development Bank, 2018. 14 p.
- AHMED, Ismail. The Heritage of War and State Collapse in Somalia and Somaliland: local-level effects, external interventions and reconstruction. **Third World Quarterly**. v. 20, n. 1, p. 113-127. 7. <https://doi.org/10.1080/01436599913947>.
- ALAO, A.; MACKINLAY, J.; OLONISAKIN, F. **Peacekeepers, politicians and warlords: the Liberian peace process**. Tóquio, Nova Iorque, Paris: United Nations University Press, 2000.
- ARAS, Bülent; YORULMAZLAR, Emirhan. Turkey, Iran and the Gulf Crisis. **HSF Policy Brief**, [s.l.], p.1-3, mar. 2018. Disponível em: <[http://humsf.org/wp-content/uploads/2018/05/HSF\\_PolicyBrief\\_3.pdf](http://humsf.org/wp-content/uploads/2018/05/HSF_PolicyBrief_3.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2019.
- ARAYA, Mesfin. The Eritrean Question: an alternative explanation. **Journal of Modern African Studies**. Cambridge, v. 28, n. 1, p. 79-100.
- BARRINGTON, Lowell W. (Ed.). **After Independence: Making and Protecting the Nation in Postcolonial and Postcommunist States**. Ann Arbor: The University Of Michigan Press, 2006.
- BEREKETEAB, Redie (Ed.). **The Horn of Africa: Intra-State and Inter-State Conflicts and Security**. Londres: Pluto Press, 2013.
- BEREKETEAB, Redie. **The Ethiopia-Eritrea Rapprochement: Peace and Stability in the Horn of Africa**. Uppsala: Nordic Africa Institute, 2019.
- BESENYŐ, János. The Africa Policy of Russia. **Terrorism And Political Violence**, [s.l.], v. 31, n. 1, p.132-153, 2 jan. 2019. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09546553.2018.1555976>.
- BLANCHARD, Lauren Ploch; COLLINS, Sarah R.. **China's Engagement in Djibouti**. Washington: Congressional Research Service, 2019. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/IF11304.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2019.
- BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História Geral da África VII: África sob dominação colonial 1880-1935**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 1. p. 1-20.

BURKE, Jason; HENLEY, Jon. Abiy Ahmed, Ethiopia's prime minister, wins 2019 Nobel peace prize. **The Guardian**. Londres. 11 out. 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2019/oct/11/abiy-ahmed-ethiopian-prime-minister-wins-2019-nobel-peace-prize>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CARDOSO, Nilton César Fernandes. **Análise da arquitetura africana de paz e segurança: o papel da IGAD na estabilização do chifre da África**. 2015. 214 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/147466>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. **Conflito Armado na Somália: análise das causas da desintegração do país após 1991**. 2012. 95 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71689/000880118.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 09 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Segurança Regional no Chifre da África: conflitos, agendas e ameaças. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p.137-172, dez. 2016. Semestral. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/68849>>. Acesso em: 10 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Segurança Regional no Chifre da África (1974-2017): Conflitos, Atores, Agendas e Ameaças**. 2019. 357 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/197420>>. Acesso em: 22 set. 2019.

CARR, Edward Hallet. **Que é História?** [s.l.]: Paz e Terra, 2002.

CASTELLANO, Igor da Silva. **Congo, a guerra mundial africana: Conflitos armados, construção do Estado e alternativas para a paz**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012<sup>a</sup>.

CAULK, Richard. Ethiopia and the Horn. In: ROBERTS, A. D. **The Cambridge History of Africa (1905-1940)**. 7. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 702-742.

CERIOLI, Luíza Gimenez. Roles and International Behaviour: Saudi–Iranian Rivalry in Bahrain’s and Yemen’s Arab Spring. **Contexto Internacional**, [s.l.], v. 40, n. 2, p.295-316, ago. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-8529.2018400200010>.

CHAZAN, Naomi *et al.* **Politics and Society in Contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1999.

CLAPHAM, Christopher. **Africa and the international system: The politics of state survival**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CLAPHAM, Christopher. **War and State Formation in Ethiopia and Eritrea**. Paper apresentado na Conferência CERI “La guerre entre le local et le global: sociétés, états et systemes”. Paris: 2000.

CLIFFE, Lionel. 1999. Regional dimensions of conflict in the Horn of Africa. *Third World Quarterly*, Londres, v. 20, n. 1, p. 89-111, fev. 2019.

CORDESMAN, Anthony H. **America, Saudi Arabia, and the Strategic Importance of Yemen**. Washington: Center For Strategic And International Studies, 2016. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/america-saudi-arabia-and-strategic-importance-yemen>>. Acesso em: 15 out. 2019.

DANIDA. Dinamarca. Ministry Of Foreign Affairs. **Country Policy Paper for Somalia 2018-2023**. Copenhagen, 2018. Disponível em: <[file:///C:/Users/Rodrigo%20Cassel/Downloads/Landepolitikpapir\\_Somalia\\_UK.pdf](file:///C:/Users/Rodrigo%20Cassel/Downloads/Landepolitikpapir_Somalia_UK.pdf)>. Acesso em: 09 set. 2019.

EDOM, Gemma. **Transformation Euphoria in the Horn of Africa**. Londres: London School Of Economics, 2018. Disponível em: <<https://blogs.lse.ac.uk/africaatlse/2018/08/09/transformation-euphoria-in-the-horn-of-africa/#comments>>. Acesso em: 08 set. 2019.

ERITREIA. Missão Permanente da Eritreia para as Nações Unidas. **Peace and Security in the Horn of Africa: Eritrea's View**. Nova Iorque, 2012. Disponível em: <[http://www.eritreaembassy-japan.org/data/Peace\\_and\\_Security\\_in\\_the\\_Horn\\_of\\_Africa\\_Eritrea's\\_View.pdf](http://www.eritreaembassy-japan.org/data/Peace_and_Security_in_the_Horn_of_Africa_Eritrea's_View.pdf)>. Acesso em: 09 set. 2019.

ESFANDIARY, Dina; TABATABAI, Ariane. **Yemen: an opportunity for Iran-Saudi Dialogue?** *The Washington Quarterly*, Washington DC, v. 39, n. 2, p. 155-175, 2015.

FLINT, John E. (Ed.). **The Cambridge History of Africa (1790-1870)**. 5. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

GAAS, Abdirahman Osman. Challenges and Breakthrough for Horn of Africa Regional Integration. **Journal of Political Science and International Relations**, [s.l.], v. 2, n. 1, p.11-17, 2019. Science Publishing Group. <http://dx.doi.org/10.11648/j.jpsir.20190201.12>.

GIBBONS-NEFF, Thomas. How Iranian weapons are ending up in Yemen. **Washington Post**. Washington, Dc, p. 1-2. 30 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/checkpoint/wp/2016/11/30/how-iranian-weapons-are-ending-up-in-yemen/>>. Acesso em: 15 out. 2019.

HALLIDAY, Fred; MOLINEUX, Maxine. **The Ethiopian Revolution**. Londres: NLB, 1981.

HARPER, Mary. **Getting Somalia Wrong?** Faith, War and Hope in a Shattered State. Londres: Zed Books, 2012.

HEALY, Sally. **Lost Opportunities in the Horn of Africa: How Conflicts Connect and Peace Agreements Unravel**. Londres: Chatham House, 2008. 50 p.

HENZE, Paul B. **The Horn of Africa: from war to peace**. Londres: Macmillan, 1991.

HERACLIDES, A. **The Self-determination of Minorities in International Politics**. Londres: Frank Class, 1991.

HERBST, Jeffrey. **States and Power in Africa: Comparative Lessons in Authority and Control**. Princeton: Princeton University, 2001.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG). **Intra-Gulf Competition in Africa's Horn: Lessening the Impact**. ICG. Nova Iorque, p. 1-20. set. 2019a. Disponível em: <<https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/gulf-and-arabian-peninsula/206-intra-gulf-competition-africas-horn-lessening-impact>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG). **Managing Ethiopia's Unsettled Transition**. ICG. Nova Iorque, p. 1-51. 21 fev. 2019b.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). Strategic rivalries around the Bab el-Mandeb Strait. **Strategic Comments**, [s.l.], v. 24, n. 4, p.8-10, 21 abr. 2018. [Http://dx.doi.org/10.1080/13567888.2018.1485341](http://dx.doi.org/10.1080/13567888.2018.1485341).

IRISH, John. As China prevails, France's Macron shuffles his cards in Djibouti. **Reuters**. Djibouti/Addis Abeba. 11 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/djibouti-france/as-china-prevails-frances-macron-shuffles-his-cards-in-djibouti-idUSL8N20Y6QQ>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

IYOB, R. 1995. **The Eritrean Struggle for Independence: domination, resistance and nationalism (1941-1993)**. Cambridge: Cambridge University Press.

KESSELS, Eelco; DURNER, Tracey; SCHWARTZ, Matthew. **Violent Extremism and Instability in the Greater Horn of Africa: An Examination of Drivers and Responses**. Goshen: Global Center On Cooperative Security, 2016. Disponível em: <[https://www.globalcenter.org/wp-content/uploads/2016/05/GCCS\\_VIOLENT-EXTREMISM\\_low\\_3.pdf](https://www.globalcenter.org/wp-content/uploads/2016/05/GCCS_VIOLENT-EXTREMISM_low_3.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2019.

KHAN, Taimur. **Gulf Strategic Interests Reshaping the Horn of Africa**. Washington: Arab Gulf States Institute, 2018. Disponível em: <[https://agsiw.org/wp-content/uploads/2018/11/Khan\\_GCC-Horn-of-Africa\\_ONLINE.pdf](https://agsiw.org/wp-content/uploads/2018/11/Khan_GCC-Horn-of-Africa_ONLINE.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2019.

KHAYRE, Ahmed Ali M.. **Somalia: An Overview of the Historical and Current Situation**. Ssrn Electronic Journal, [s.l.], p.1-50, 2016. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2771125>.

KORYBKO, Andrew. **Russia's Pivoting to the Horn of Africa and the Red Sea via Eritrea and the UAE**. Moscou: Global Research, 2018. Disponível em: <<https://www.globalresearch.ca/russias-pivoting-to-the-horn-of-africa-and-the-red-sea-via-eritrea-and-the-uae/5653692>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

KRIPPENDORFF, Ekkehart. **História das Relações Internacionais**. 40. ed. [s. L.]: Antídoto, 1979.

KRIPPENDORFF, Ekkehart. The Dominance of American Approaches in International Relations. **Millennium: Journal of International Studies**, [s.l.], v. 16, n. 2, p.207-214, jun. 1987. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/03058298870160022601>.

KUBO, Nobuhiro. Japan to expand Djibouti military base to counter Chinese influence. **Reuters**. Tóquio, p. 1-1. 13 out. 2016. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-japan-military-djibouti-idUSKCN12D0C4>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

LARSEN, Jessica; STEPPUTAT, Finn. **Gulf state rivalries in the Horn of Africa: Time for a Red Sea policy?** Copenhagen: Danish Institute For International Studies, 2019. Disponível em: <<https://www.diiis.dk/en/research/gulf-state-rivalries-in-the-horn-of-africa-time-a-red-sea-policy>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

LATA, Leenco. **The Horn of Africa as Common Homeland: The State and Self-Determination in the Era of Heightened Globalization.** Waterloo: Wilfrid Laurier University Press, 2004.

LEFEBVRE, Jeffrey A. Iran in the Horn of Africa: outflanking U.S. allies. **Middle East Policy**, Washington, v. 19, n. 2, p.117-133, 2012.

LEWIS, Ioan M. **Understanding Somalia and Somaliland: culture, history, society.** Londres: Hurst & Company, 2008.

LONS, Camille. **Saudi Arabia and the UAE Look to Africa.** Washington: Carnegie Endowment For International Peace, 2018. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/sada/77561>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

LUSCOMBE, Stephen. **1930s Horn of Africa.** 19---. Disponível em: <<https://www.britishempire.co.uk/maproom/africamaps.htm>>. Acesso em: 09 set. 2019.

LYONS, Terrence. **Abiy's Nobel Achievements Are Real but Brittle.** [s.l.]: Foreign Policy, 2019. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2019/10/12/abiys-nobel-achievements-are-real-but-brittle/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: história e civilizações – Tomo I (até o século XVIII).** São Paulo: EDUFBA, 2009.

MACEDO, José Rivair. **História da África.** São Paulo: Contexto, 2013.

MAHMOOD, Omar. Yemen's Impact on the Horn of Africa. **Italian Institute for International Political Studies.** Roma, 22 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.ispionline.it/en/publicazione/yemens-impact-horn-africa-22610>>. Acesso em: 20 out. 2019.

MARCUS, Harold. **A History of Ethiopia.** Berkeley: University of California Press, 1994.

MARTÍN, Ana López. **International Straits: concept, classifications and rules of passage.** Heidelberg: Springer, 2010.

MARWAH, Sonal; CLARK, Tom. **The War in Yemen (2011-2018): The elusive road to peace.** 18. ed. Waterloo: Project Ploughshares, 2018. ISBN 978-1-927802-24-3. Disponível em: <<https://ploughshares.ca/wp-content/uploads/2018/11/YemenWorkingPaperFINALLoRes.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.

MELVIN, Neil John. Managing the New External Security Politics of the Horn of Africa Region. **SIPRI Policy Brief**, Estocolmo, p.1-12, abr. 2019c. Disponível em: <<https://www.sipri.org/publications/2019/sipri-policy-briefs/managing-new-external-security-politics-horn-africa-region>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. The Foreign Military Presence in the Horn of Africa Region. **SIPRI Background Paper**, Estocolmo, p.1-32, abr. 2019b. Disponível em: <<https://www.sipri.org/publications/2019/sipri-background-papers/foreign-military-presence-horn-africa-region>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. The New External Security Politics of the Horn of Africa Region. **SIPRI Insights On Peace And Security**, Estocolmo, p.1-32, abr. 2019a. Disponível em: <<https://www.sipri.org/publications/2019/sipri-insights-peace-and-security/new-external-security-politics-horn-africa-region>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

MESGHENNA, Yemane. **Italian Colonialism: a case study of Eritrea (1869-1934)**. Lund: University of Lund. 1988.

MISHRA, Abhishek. **Gulf's involvement in Horn of Africa: Lessons for African countries**. [s.l.]: Observer Research Foundation, 2019. Disponível em: <<https://www.orfonline.org/expert-speak/gulfs-involvement-in-horn-of-africa-lessons-for-african-countries/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MULUGETA, Kidist. **The Role of Regional Powers in the Field of Peace and Security: The Case of Ethiopia**. Addis Abeba: Friedrich Ebert Stiftung, 2014. 42 p.

NICHOLS, Michelle. U.N. Security Council removes Eritrea sanctions after years. **Reuters**. [s.l.]. dez. 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-eritrea-sanctions-un/u-n-security-council-removes-eritrea-sanctions-after-years-idUSKCN1NJ28P>>. Acesso em: 19 set. 2019.

NOVATI, Giampaolo Calchi. Colonialism as State-Maker in the History of the Horn of Africa: a reassessment. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF ETHIOPIAN STUDIES, 16. 2009, Trondheim. **Proceedings...** . Trondheim: Mek'ele University, 2009. p. 233 - 244.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). **Ethiopia**. 2019. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/country/eth/>>. Acesso em: 30 out. 2019.

OGULTÜRK, Mehmet Cem. Russia's Renewed Interests in the Horn of Africa as Traditional and Rising Power. **Rising Powers Quarterly**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 121-143, 2017. <http://risingpowersproject.com/wp-content/uploads/2017/02/vol2.1-Mehmet-Cem-Ogulturk.pdf>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **'Wind of hope' blowing through Horn of Africa says UN chief, as Ethiopia and Eritrea sign historic peace accord**. 2018. Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2018/09/1019482>>. Acesso em: 16 set. 2018.

PANDYA, Amit A. et al. **Maritime Commerce and Security: the Indian Ocean**. Washington: Stimson, 2011.

PAQUIN, J. **A Stability-Seeking Power: U.S. Foreign Policy and Secessionist Conflicts**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2010.

PATEMAN, Roy. The Eritrean War. **Armed Forces & Society**, [s.l.], v. 17, n. 1, p.81-98, out. 1990. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0095327x9001700104>.

PATMAN, Robert G. **The Soviet Union in the Horn of Africa: the diplomacy of intervention and disengagement.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. África pré-colonial: ambiente, povos e culturas. In: VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos Africanos.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. Cap. 1. p. 15-55.

PHAM, J. Peter. **Somalia: State Collapse, Terrorism and Piracy.** Nova Iorque: Routledge, 2011.

PIKE, John. **Eritrea: Foreign Relations.** 2019. Disponível em: <<https://www.globalsecurity.org/military/world/eritrea/forrel.htm>>. Acesso em: 09 ago. 2019.

QUIRK, Joel. Historical Methods. In: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan (Ed.). **The Oxford Handbook of International Relations.** Nova Iorque: Oxford University Press, 2008. Cap. 30. p. 518-538.

RAKOWSKI, Stephen. **A Make-or-Break Moment Nears for Ethiopia's Political Transformation.** [s.l.]: Stratfor, 2019. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/article/make-or-break-moment-nears-ethiopias-political-transformation-abiy-ahmed-election-democracy-africa>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. Da Conquista Europeia à Descolonização. In: VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos Africanos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. Cap. 2. p. 56-98.

RODRIGUE, Jean-paul. Straits, Passages and Chokepoints. **Cahiers de Géographie Du Québec,** [s.l.], v. 48, n. 135, p.357-374, 29 nov. 2005. Consortium Erudit. <http://dx.doi.org/10.7202/011797ar>.

SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign Intervention in Africa: from the Cold War to the War on Terror.** Cambridge: Cambridge University Press. 2013.

SCHNEIDER, Luiza Galiuzzi. **O Papel da Guerra na Construção dos Estados Modernos: o caso da Etiópia.** 2010. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28772/000771722.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 set. 2019.

SCHWAB, Peter. **Ethiopia: Politics, Economics and Society.** Londres: Francis Pinter Publisher, 1985.

SELASSIE, Bereket Habte. **Conflict and Intervention in the Horn of Africa.** Nova Iorque: Monthly Review Press, 1982.

SHABAN, Abdur Rahman Alfa. African presidents, PMs attending Russia: Africa Summit. **AllAfrica.** Sochi. 23 out. 2019. Disponível em: <<https://www.africanews.com/2019/10/23/list-african-presidents-pms-attending-russia-africa-summit/>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

SHABAN, Abdur Rahman Alfa. **Ethiopia, Eritrea, Somalia summit**: Integration, united voice, security tops agenda. [s.l.]: Africanews, 2018. Disponível em: <<https://www.africanews.com/2018/11/10/ethiopia-eritrea-somalia-summit-integration-united-voice-security-tops-agenda/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

SHARAMO, Roba; MESFIN, Berouk (Ed.). **Regional Security in the post-Cold War Horn of Africa**. [s.l.]: Institute For Security Studies, 2011. 456 p.

SHARP, Jeremy M.. **Yemen: Civil War and Regional Intervention**. Washington: Congressional Research Service, 2019. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/mideast/R43960.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

SHERMAN, R. Eritreia: a revolução inacabada. Nova Iorque: Praeger. 1980.

SIDRA. Regional Integration in the Horn of Africa: is Prime Minister Abiy's Initiative an Institution ahead of its Time?. Mogadíscio: Somali Institute For Development, Research And Analysis, 2018.

SOLIMAN, Ahmed. **Can Abiy Ahmed Continue to Remodel Ethiopia?** Londres: Chatham House, 2019. Disponível em: <<https://www.chathamhouse.org/expert/comment/can-abiy-ahmed-continue-remodel-ethiopia>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

SOUTHERN, Nathan Paul. **UAE's relations with Somalia flounder over Qatar**. [s.l.]: Global Risks Insight, 2019. Disponível em: <<https://globalriskinsights.com/2019/02/uae-relations-with-somalia/>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

STRONSKI, Paul. **Late to the Party**: Russia's Return to Africa. Washington: Carnegie Endowment For International Peace, 2019. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/2019/10/16/late-to-party-russia-s-return-to-africa-pub-80056>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

STYAN, David. **Djibouti**: Changing Influence in the Horn's Strategic Hub. Londres: Chatham House, 2013. 20 p.

STYAN, David. Djibouti: small state strategy at a crossroads. **Third World Thematics: A TWQ Journal**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.79-91, 2 jan. 2016. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/23802014.2016.1175316>.

SUN, Degang; ZOUBLER, Yahla. The Eagle's Nest in the Horn of Africa: US Military Strategic Deployment in Djibouti. **Africa Spectrum**, Hamburgo, v. 51, n. 1, p.111-124, dez. 2016. Disponível em: <<http://nbn-resolving.org/urn/resolver.pl?urn:nbn:de:gbv:18-4-9254>>. Acesso em: 20 out. 2019.

TAREKE, Gebru. **The Ethiopian Revolution**: war in the Horn of Africa. New Haven: Yale University Press, 2009.

TESFAGIORGIS, Mussie. **Eritreia**: Natos in Focus. Santa Bárbara: Abc-clio, 2010.

THOMPSON, William. **Identifying Rivals and Rivalries in World Politics**. International Studies Quarterly, Oxford, v. 45, n. 4, p. 557-586, 2001.

TODMAN, Will. **The Gulf Scramble for Africa**: GCC states' foreign policy laboratory. Washington: Center For Strategic And International Studies, 2018. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/gulf-scramble-africa-gcc-states-foreign-policy-laboratory>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

TROCO, Albano Agostinho. Entre a Política Doméstica e a Política Global: os determinantes para a secessão bem-sucedida da Eritreia. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p.1-18, dez. 2019. Semestral. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbea/>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA) Estados Unidos da América) (Org.). **The Bab el-Mandeb Strait is a strategic route for oil and natural gas shipments**. Washington, 2019a. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=41073>>. Acesso em: 06 set. 2019.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA) Estados Unidos da América) (Org.). **What countries are the top producers and consumers of oil?**. Washington, 2019b. Disponível em: <<https://www.eia.gov/tools/faqs/faq.php?id=709&t=6>>. Acesso em: 06 set. 2019.

UGOLINI, Marco. **Mapping the Yemen Conflict**. Londres: European Council on Foreign Relations, 2019. Disponível em: <<https://www.ecfr.eu/mena/yemen>>. Acesso em: 20 out. 2019.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História Geral da África VII: África sob dominação colonial 1880-1935**. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. Cap. 2. p. 21-50.

VERSCHAVE, François-Xavier. **De la Françafrique à la Mafrafrique**. [s.l]: Flibuste, 2003.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes et al. **Revoluções e Regimes Marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013. 408 p.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A África Moderna**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2010.

\_\_\_\_\_. **A África na Política Internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial**. Curitiba: Juruá, 2012.

\_\_\_\_\_. **Grande Oriente Médio: Da descolonização à primavera árabe**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2014.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos Africanos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. A África na Economia-Mundo. In: AJAYI, Jacob Festus Adeniyi. **História Geral da África VI: África do Século XIX à década de 1880**. Brasília: Unesco, 2010. Cap. 2. p. 27-46. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000323.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Africa: the politics of independence and unity**. Lincoln: University Of Nebraska Press, 2005.

WARNER, Jason; WEISS, Caleb. A Legitimate Challenger?: Assessing the Rivalry between al-Shabaab and the Islamic State in Somalia. **CTC Sentinel**, West Point, v. 10, n. 10, p.27-32, nov. 2017. Disponível em: <[https://ctc.usma.edu/app/uploads/2017/11/CTC-Sentinel\\_Vol10Iss10-18.pdf](https://ctc.usma.edu/app/uploads/2017/11/CTC-Sentinel_Vol10Iss10-18.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2019.

WATSON, Adam. **The evolution of international society: a comparative historical analysis**. Londres: Routledge, 1992.

WESTALL, Sylvia. Qatar withdraws troops from Djibouti-Eritrea border mission. **Reuters**. [s.l.]. 14 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-gulf-qatar-djibouti/qatar-withdraws-troops-from-djibouti-eritrea-border-mission-idUSKBN1950W5>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

WILLIAMS, Paul D. **Horn of Africa: webs of conflict and pathways to peace**. Washington: The Wilson Center, 2011.

WINTOUR, Patrick. Saudi-led forces launch airstrikes on Yemeni city of Hodeidah. **The Guardian**. Londres, p. 1-1. 20 set. 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2019/sep/20/saudi-led-forces-launch-airstrikes-on-yemen-city-hodeidah>>. Acesso em: 10 out. 2019.

WOODWARD, Peter. **The Horn of Africa: State, politics and international relations**. Londres: I.B. Tauris Publishers, 2002.

ZEWDE, Bahru. **A History of Modern Ethiopia: 1855-1991**. Addis Abeba: Addis Ababa University Press, 2001.

**APÊNDICE A – CRONOLOGIA DO CHIFRE AFRICANO ATÉ 2008**

<b>ANO</b>	<b>EVENTO</b>
1855	Rei Tewodros II assume o trono do Império Etíope;
1869	Inauguração do Canal de Suez;
1872	Rei Yohannes IV assume o trono do Império Etíope;
1885	Conferência de Berlim;
1889	Morte do Rei Yohannes IV e ascensão de Menelik II ao trono etíope;
1889	Assinatura do Tratado de Ucciali e proclamação da Eritreia Italiana;
1894	Administração permanente sobre a Somalilândia Francesa;
1896	Invasão italiana à Etiópia e vitória das forças etíopes; Assinatura do Tratado de Adowa;
1906	Assinatura do Tratado Tripartite;
1909	Morte de Menelik II;
1928	Ascensão de Hailé Selassié I ao trono etíope;
1935	Invasão e ocupação italiana sobre o território etíope;
1941	Retorno de Hailé Selassié I após a vitória britânica sobre a Itália;
1942	Acordo de Addis Abeba;
1947	Tratado de Paz de Paris;
1948	Reincorporação dos territórios do Ogaden à Etiópia;
1950	Retorno italiano à Somalilândia sob regime de tutela internacional da ONU;
1952	Federação eritreia à Etiópia;
1960	Independência da Somalilândia Britânica; Unificação com a Somalilândia Italiana sob a República Somali;
1962	Revogação do pacto federal e incorporação da Eritreia como a 14ª província do Império Etíope;
1961	Início da Guerra de Libertação da Eritreia;
1963	Criação da Organização da Unidade Africana (OUA) com sede em Addis Abeba;
1969	Golpe militar e ascensão do General Mohammed Said Barre como presidente somali;
1974	Revolução Etíope e ascensão do DERG;
1977-1978	Guerra do Ogaden;
1977	Independência e proclamação da República do Djibouti;
1986	Criação da IGAD
1988	Etiópia e Somália reatam relações diplomáticas;
1991	Deposição de Said Barre e início da Guerra Civil na Somália;
1991	Deposição do governo DERG e início de um governo de transição; Proclamação da República Federal Democrática da Etiópia;
1993	Referendo e reconhecimento formal da independência da Eritreia;
1998	Invasão de Badme e conflito entre Etiópia e Eritreia;
2000	Acordo de Paz de Argel;
2008	Conflito fronteiriço Eritreia-Djibouti;